



MARGARIDA ALVES

II COLETÂNEA SOBRE ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

ORGANIZADORAS:

ELLEN F. WOORTMANN

ADRIANA L. LOPES

ANDREA BUTTO

CAROLINE MOLINA



MARGARIDA ALVES

II COLETÂNEA SOBRE ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

ORGANIZADORAS:

ELLEN F. WOORTMANN

ADRIANA L. LOPES

ANDREA BUTTO

CAROLINE MOLINA

MDA/NEAD

Brasília/DF, 2007

O protagonismo das mulheres rurais se deu pela iniciativa em modificar a situação de anonimato no qual se encontravam, passando a participar nas decisões da comunidade, do município, além das políticas públicas. Também obtiveram a credibilidade e o respeito da sociedade local pelas suas conquistas até aqui alcançadas. As alianças com instituições estaduais e federais, com o intuito de neutralizar ideologicamente a dominação, foram

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Guilherme Cassel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Marcelo Cardona Rocha

Secretário-Executivo do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Rolf Hackbart

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e
Reforma Agrária

Valter Bianchini

Secretário de Agricultura Familiar

Eugênio Peixoto

Secretário de Reordenamento Agrário

José Humberto Oliveira

Secretário de Desenvolvimento Territorial

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as
Mulheres

Andrea Butto

Coordenadora-Geral do Programa de Promoção
da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Caio Galvão de França

Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

Adriana L. Lopes

Coordenadora-Executiva do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

Nead Especial 4

Copyright 2007 by MDA

Projeto gráfico, capa e diagramação

Caco Bisol

Revisão e preparação de originais

Ana Maria Costa

**Ministério do Desenvolvimento
Agrário (MDA)**

www.mda.gov.br

**Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Agrário Rural (Nead)**

SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Trade Center,
5º andar, sala 501 – CEP 70711-902

Brasília/DF

Telefone: (61) 3328-8661

www.nead.org.br

**PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social
no Desenvolvimento Rural Sustentável**

P925 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA.

Prêmio Margarida Alves : II coletânea sobre estudos rurais / Ellen F.
Woortmann, Adriana L. Lopes, Andrea Butto, Caroline Molina
(organizadoras). – Brasília : MDA, 2007.

164 p. ; 21 x 28 cm. – (NEAD Especial ; 4).

Vários autores.

I. Título. II. Woortmann, Ellen F. III. Série. 1. Trabalhadora rural.
2. Memória camponesa. 3. Gênero

CDD 305.4



SUMÁRIO

5

PREFÁCIO

9

APRESENTAÇÃO

PREMIADOS CATEGORIA ENSAIO ACADÊMICO

19

MARIA, MARIA: UMA LUTADORA DO POVO

KATIANE MACHADO DA SILVA

41

LUTA, SOBREVIVÊNCIA E COTIDIANO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE TIJUAÇU - BA

CARMÉLIA APARECIDA SILVA MIRANDA

59

EMPATES NOS BABAÇUAIS: DO ESPAÇO DOMÉSTICO AO ESPAÇO PÚBLICO -

LUTAS DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO MARANHÃO

LUCIENE DIAS FIGUEIREDO

79

MENÇÃO HONROSA

AS VIDAS DE MARIA: DA VISIBILIDADE DE UMA MULHER TRABALHADORA RURAL QUILOMBOLA

CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS

PREMIADOS CATEGORIA MEMÓRIA

107

A MULHER RURAL, PROTAGONISTA NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE CACHOEIRA DO SUL

CLEUDIA RIBEIRO CAMARGO

123

HISTÓRIA DE LUTA DA TRABALHADORA RURAL FRANCISCA DAS CHAGAS DO NASCIMENTO PEREIRA

FRANCISCA DAS CHAGAS DO NASCIMENTO PEREIRA

135

MEMÓRIA DA CAMPONESA MARIA APARECIDA

MARIA APARECIDA ALVES DE SOUSA

147

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE OTACÍLIO COSTA - SC

EMÍLIA DE FÁTIMA VELHO DE SOUZA





PREFÁCIO

Esta publicação contém os trabalhos premiados da segunda edição do Prêmio Margarida Alves realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) em parceria com entidades acadêmicas e movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais. Desta vez o Prêmio incluiu uma nova categoria: Experiências e Memórias, e as organizações de mulheres como parte da comissão julgadora. Trata-se de uma valorização do conhecimento dessas mulheres e de uma tentativa de preservar a sua história.

No livro tem destaque o registro das lutas das mulheres, seja através dos trabalhos acadêmicos, seja através de experiências e memórias das camponesas. É importante observar como as mulheres quilombolas receberam atenção especial, além das quebradeiras de coco babaçu já abordadas nos trabalhos premiados na primeira edição. Temas como agroecologia e envelhecimento aparecem também nesta coletânea, indicando uma atualização na agenda acadêmica.

Na categoria Experiências e Memórias, o livro publica o trabalho classificado em 3º lugar que descreve a organização das mulheres trabalhadoras rurais de Cachoeira do Sul/RS. Trata-se de um relato que busca caracterizar o município e a trajetória de luta das mulheres que, em aliança e também em contradição com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), foram fortalecendo iniciativas para buscar a melhoria de vida da população e enfrentar problemas das mulheres, em especial o tema da violência doméstica. O maior resultado das distintas alianças e apoios construídos foi o surgimento da Casa da Trabalhadora Rural que se efetivou pela ação da Associação Municipal de Mulheres, esta resultou da auto-organização das mulheres e do confronto à discriminação que sofreram no STR daquela localidade.

O 3º lugar também foi alcançado pela trabalhadora rural do assentamento Santa Luzia. A *historia de luta da trabalhadora rural Francisca das Chagas* retrata a constituição de uma liderança feminista na localidade de Cabeceiras e adjacências no estado do Piauí. A partir da sua origem familiar e de sua inserção nos movimentos sociais

de igreja, sindical e de mulheres, Francisca conta as estratégias para fortalecer a luta. Um destaque especial está na diversidade dos movimentos sociais que contou com a sua presença, especialmente o de mulheres. Ela também fez opções partidárias e em conflito e diálogo com os poderes executivos construiu muitas conquistas para a sua comunidade. Francisca nos fala também das suas dificuldades e da percepção das barreiras, ainda bem maiores, que outras trabalhadoras rurais têm de enfrentar para superar a exclusão econômica e a desigualdade que vivem como mulheres trabalhadoras rurais. Dentre elas as ameaças do ex-marido que uma assentada ainda vive na tentativa de preservar o seu direito à terra após uma separação. Fato ainda comum e que nos leva a pensar na necessidade de efetivar direitos conquistados ainda recentemente.

Em *Memórias da camponesa Maria Aparecida*, premiado como 2º lugar, encontramos também o relato da experiência de luta de uma liderança feminista na mesma região do Piauí, mas desta vez no município de Piri-piri. Da mesma forma que Francisca, Maria Aparecida conta do início do trabalho na terra desde a infância. A diferença é que ela relata sua preferência por trabalhos agrícolas em detrimento do trabalho doméstico, da fuga para se casar, da lamentável perda de dois filhos causada pela fome e da reação à sua dor com engajamento nos movimentos sociais. A forma de consolidação e fortalecimento da participação das mulheres que até então era ainda tímida. Foi esta participação que fez Maria Aparecida cruzar fronteiras nacionais, conhecer a realidade de outras trabalhadoras rurais e estimular a produção das suas memórias e difundi-las inicialmente na Europa e agora por meio do Prêmio Margarida Alves, também no país. Para além do relato da sua experiência como liderança dos movimentos sociais, também nos conta sua integração em partido político e suas candidaturas a vereadora e a deputada federal. Concluindo, sobre o seu desafio atual à frente da Secretaria de Assistência Social no poder executivo estadual na condição de responsável por políticas para as mulheres.

Finalmente a 1ª colocação, a experiência da Associação das Famílias Agricultoras de Otacílio Costa, região serrana de Santa Catarina, relatada por Vera, conta a experiência de um grupo de mulheres que a partir de práticas agroecológicas resistem à ampliação da monocultura do pinus e que vem se consolidando na economia da região, em detrimento da agricultura familiar, com grande impacto na migração de jovens. O artigo aborda a participação em redes, cooperativas e políticas públicas que foram por elas acessadas. Também registra as dificuldades e preconceitos que enfrentam cotidianamente na família, na comunidade e a coragem que foram adquirindo para participar de espaços predominantemente masculinos, especialmente aqueles onde se faz gestão e controle social das políticas públicas para a agricultura familiar. Termina o relato com depoimentos sobre os sistemas agrofloretais e o sentimento das mulheres com o modo de produção e as conquistas obtidas com a sua auto-organização.

Na categoria Ensaio, a menção honrosa foi atribuída ao artigo de Carlos Alexandre dos Santos sobre as “Marias” que envolvem a quilombola rural. O autor revela o processo de constituição da liderança que articula a luta pela transformação das desi-

gualdades entre homens e mulheres, negros e brancos e pela superação da pobreza. Mostra como, distintas identidades, sindicalista, militante negra e feminista constituem a identidade individual e coletiva, de forma que não se trata de identidades fragmentadas, mas sim, como comenta o autor, um processo identitário construído pelas relações sociais do sujeito com as pessoas que o circulam. O fardo que a Maria carrega pela responsabilidade que resultou da sua liderança no entanto, indica como os sujeitos políticos constituídos têm desafios para socializar mais as responsabilidades coletivas.

Respondendo também pelo nome de Maria, em 3º lugar o artigo de Katiane Machado registra a partir de uma experiência concreta de uma mulher assentada, o tema do envelhecimento no campo. A monografia que resultou do curso de pedagogia da terra da Via Campesina na região serrana do Rio Grande do Sul dialoga com as ciências sociais e o trabalho de campo para buscar categorias explicativas da vivência do envelhecimento, dentre as quais as perdas, o desengajamento, o enraizamento, a pertença e a contradição a partir da sua condição militante do MST, integrante de uma família e de sua trajetória nas organizações de mulheres. O artigo trata das transformações de uma mulher, da necessidade dos movimentos sociais incluir esta dimensão na construção do projeto político e na saudade como sentimento de envelhecimento que carrega as perdas, mas também a vontade de transformar o futuro.

Em 2º lugar, Carmélia Miranda reconstrói a história e o presente etnográfico das mulheres quilombolas de Tijuçu. A origem da comunidade, as atividades culturais dentre as quais se destacam o Samba de Lata e a narração de histórias, além da presença das chamadas *ganhadeiras* e das lideranças da associação quilombola são relatadas a partir da memória feminina para mostrar aos leitores que a história de Tijuçu embora contraposta ao patriarcado atual, a origem da comunidade é marcada pela “compleição do matriarcado....e elas estão visíveis, destacando-se em vários setores.... e conquistando um espaço expressivo...”. Embora a antropologia não ateste a existência do matriarcado na história, a referência das mulheres na organização e na cosmologia da comunidade indica que o jogo entre passado e futuro pode ser um instrumento importante para transformar a vida dessas mulheres e superar a tristeza de Anísia ao lembrar a frase da mãe quando do seu nascimento: “se a bichinha se criar, se cria sem sorte”.

O 1º lugar foi obtido por Luciene Figueiredo, abordando a transformação das mulheres *quebradeiras de coco*. Analisando o chamado agroextrativismo problematiza a divisão sexual do trabalho e a integração que ocorre entre a agricultura familiar, percebida como atividade predominantemente masculina e o extrativismo do babaçu, uma atividade feminina. Resgatando representações de poder e outros aspectos que influenciam na dinâmica social, tal como a migração dos nordestinos que não valorizam o extrativismo presente na região amazônica, retrata as mudanças do extrativismo na economia local e a sua valorização pela garantia do chamado *passadio*.

A autora resgata esses temas e os articula com a ação política das mulheres, que vêm da Assema, do movimento de quebradeiras de coco babaçu e que julga responsável pelas mudanças que se manifestam na família, especialmente com o novo padrão



MARGARIDA ALVES

II COLETÂNEA SOBRE ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

8



de homem que esperam ter: o chamado *cuidadoso*. Na comunidade do Médio Mearim Maranhense, o destaque ao papel das mulheres durante as carreiras nos momentos de conflito de terra na região e da auto-organização que resultou desses anos de luta. Apesar de atribuir esses avanços a ações políticas das mulheres, a autora aborda vários entraves que elas enfrentam para efetivar a participação política e fazer valer as conquistas obtidas.

Uma boa leitura!

Adriana Lopes

Andrea Butto

APRESENTAÇÃO

MARGARIDA

*No dia doze de agosto
do ano oitenta e três
Parece que a natureza
Se descuidou-se ou não sei
Fazendo com que MARGARIDA
víssemos pela última vez*

*MARGARIDA porque tinha
Trabalho na consciência
Saiu deixando um trabalho
Por outro de mais urgência
Sem saber que os patrões
Usavam da violência*

*Estando na sua casa
conversando com o marido
foi visto por um vizinho
quando chegou um bandido
chegando deixar seu corpo
sem vida no chão caído*

*O Rio Grande do Norte
E Pernambuco também
O povo da Paraíba
de Itambé e Belém
Sentiram este drama triste
por tanto lhe querer bem*

*Chora toda a Paraíba
que conhecia a mulher
por ser muito combativa
e mantinha a classe em pé
A morte de MARGARIDA
pra o povo é taça de fê*

*Com ela são trinta e dois
já vítimas de violência
Queremos que a Justiça
Use de mais consciência
tomando de imediato
as devidas providências*

(Extraído de poesia da autoria de Raimundo Francisco de Lima,
presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro –
Rio Grande do Norte)



Da luta eu não fujo

“Da luta eu não fujo”. Foi esta a frase que Margarida Maria Alves disse poucos dias antes de tombar, brutalmente assassinada ... em sua residência no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, ao receber o aviso de que sua vida estaria ameaçada” (Boletim Informativo do Centro de Educação do Trabalhador Rural (Centru), agosto de 1983).

Esta 2ª Coletânea constitui o desdobramento de uma exitosa iniciativa do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em colaboração com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e com atuantes movimentos sociais da área rural brasileira: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Fetraf), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural – Nordeste (MMTR-NE). Ela é composta de um novo conjunto de trabalhos premiados, de acordo com o II Edital do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e de Gênero, correspondente ao ano de 2006. Enquanto a Primeira Coletânea incluiu várias categorias de trabalhos, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e ensaios inéditos, esta segunda versão unificou as categorias acadêmicas numa só, a de Ensaio Acadêmico Inédito e, por sugestão do PPIGRE, criou a modalidade Relatos de Experiências e Memórias. Com essa iniciativa, a 2ª Coletânea passou não apenas a falar *sobre* as mulheres rurais, mas deu voz a elas, incluindo assim textos *das próprias* mulheres rurais.

No total foram 49 trabalhos apresentados e oito premiados.

Os trabalhos acadêmicos foram avaliados por uma comissão composta de docentes/pesquisadoras e doutoras do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade de Brasília (UnB) e da Univesidade Estadual de Campinas (Unicamp) com larga experiência em estudos rurais e de gênero, indicadas pela ABA e pela Anpocs. Os Relatos de Experiências e Memórias de Trabalhadoras Rurais, por sua vez, foram avaliados pelas representantes dos movimentos sociais citados.

O Prêmio tem como objetivo estimular a produção de pesquisas no âmbito das ciências humanas e agrárias, revelando a diversidade da condição social da mulher rural no Brasil, buscando promover o desenvolvimento crítico e prático dos estudos sobre a mesma e, sobretudo, valorizar a participação das próprias mulheres rurais na formulação ou aprimoramento de políticas sociais. Enfim, busca-se dar visibilidade a uma agente fundamental do mundo rural, freqüentemente esquecida ou ocultada.

O nome do Prêmio constitui justa homenagem a Margarida Alves (1943-1983) – heroína e mártir – em reconhecimento a sua luta em defesa dos camponeses. Por

este motivo, e em sua memória, reproduzimos aqui trechos de pronunciamentos já incluídos na apresentação da primeira Coletânea.

Além de esposa e mãe, Margarida Alves foi também trabalhadora rural e como líder sindical destacou-se na luta por direitos que estavam sendo retirados e pela conquista de novos direitos para a área rural, tais como o pagamento do 13º salário, férias anuais, jornada de trabalho de oito horas diárias, etc. Desempenhando esse papel, ela foi eleita para o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Se sua eleição foi algo inédito no Nordeste da época, mais inédito ainda foi o fato de Margarida ter permanecido no cargo por 12 anos, apesar das constantes ameaças contra sua vida, num período ainda marcado pela memória das ligas camponesas e de sua repressão.

Numa região caracterizada pelo analfabetismo e pela subordinação dos camponeses aos grandes proprietários e latifundiários, ela foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, do qual foi diretora de 1981 a 1983. Essa iniciativa marca seu esforço em promover a consciência cidadã, o acesso a conhecimentos e direitos e o fortalecimento da agricultura familiar, além da contribuição para o empoderamento feminino na luta por melhores condições de vida no campo. Por isso, ela foi assassinada. Significativamente, seus assassinos foram absolvidos.

Não foi o único ato de violência na região. Antes, segundo o Centru, havia sido assassinado Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé.

A morte de Margarida Alves, contudo, não foi em vão. Ela se tornou inspiração para que muitas outras mulheres desafiassem suas antigas situações de gênero e se tornassem líderes rurais. Devido ao seu carisma, ela foi inspiradora do chamado Movimento das Margaridas, um dos mais significativos movimentos rurais até hoje.

Assim, homenageando Margarida, homenageia-se novamente, nesta segunda Coletânea, todo o contingente feminino que, com frequência, permanece ainda invisível, seja no trabalho cotidiano, seja na luta sindical, na ótica das autoridades e mesmo no discurso acadêmico. É o caso das mulheres seringueiras, cuja participação nos chamados “empates” tem sido fundamental para a preservação da floresta Amazônica e para a sobrevivência dos seringueiros, embora no Museu da Borracha, no Acre, não houvesse nenhuma referência a essas mulheres; ou cuja atividade agrícola tem sido tão ou mais importante que a pesca masculina em comunidades definidas apenas como “pesqueiras”.

Além de homenagear a trabalhadora rural, esta segunda Coletânea, tal como a primeira, possui um objetivo maior que é o de contribuir com conteúdo e criticamente para a formulação e o refinamento de políticas públicas ou privadas, voltadas para o atendimento das demandas das mulheres rurais e das comunidades tradicionais. Ela pretende ser também, assim como o próprio Prêmio que ela expressa, um estímulo para que mais trabalhos e novos temas acadêmicos sejam pesquisados. Da mesma forma, é um estímulo para que mais trabalhos sejam realizados pelas mulheres rurais, voltados para a questão e como parte do seu empoderamento e consciência de cidadania.



Os trabalhos apresentados permitem identificar algumas questões significativas. Em primeiro lugar, destaca-se a pequena participação masculina entre os candidatos ao Prêmio. De um total de 49 trabalhos inscritos e homologados, tão-somente seis foram apresentados por homens; tal como na Coletânea anterior, dentre os oito trabalhos selecionados, apenas um homem teve seu trabalho premiado.

Quanto aos temas escolhidos, identificam-se quatro grandes conjuntos, que se sobrepõem e interpenetram – temas tradicionais, temas atuais, temas emergentes e inéditos.

Dentre os temas tradicionais, temos aqueles que lidam, desde uma ótica sociológica de inspiração marxista, com a articulação entre processo de trabalho e modalidades de capitalismo, perspectivas de análise de saberes e comunidades tradicionais, assim como identidade e migração, por exemplo. Esses temas foram responsáveis por mais de 50% dos trabalhos submetidos ao Prêmio.

O segundo conjunto de trabalhos, o dos temas atuais – considerando-se como tais aqueles recorrentes na virada do século XX para o XXI – centram-se em análises de políticas públicas, gênero com ênfase no empoderamento de grupos de mulheres, memória, ideário e relações de poder. Neste conjunto, possivelmente inspirado pela própria homenagem a Margarida Alves, e com o intuito de valorizar outras mulheres que se destacaram na luta política, há vários trabalhos e relatos de líderes sindicais femininas, antigas ou mais recentes, conhecidas tão-somente em seus contextos locais ou regionais. Esse conjunto participou com quase 20% do total de trabalhos avaliados.

Dentre os temas emergentes, característicos do novo milênio e que iluminam novas dimensões das comunidades e das mulheres rurais, despontam questões como sexualidade/homossexualidade, infância e velhice. Esses temas e seus sujeitos, subsumidos em análises anteriores como questões secundárias e até mesmo limitados alguns parágrafos, agora conquistam lugar de maior destaque, tornado-se temas/sujeitos de pesquisas específicas. Esse conjunto corresponde a aproximadamente 8% do total avaliado.

Além desses temas, já presentes na Coletânea anterior, identificou-se dentre o conjunto de trabalhos uma nova tendência desenvolvida em pesquisas na área urbana, mas que constituem análises inéditas nos estudos de área rural, os estudos sobre concepções de corpo e lazer, que contribuem com quase 5% dos trabalhos apresentados.

Por outro lado, considerando a rede de divulgação do Prêmio, a bibliografia utilizada, o conteúdo e a linha metodológica empregada, verifica-se que a área de conhecimento mais representativa foi a sociológica, seguida pela perspectiva antropológica. Além desses, contam-se trabalhos bastante originais relativos às áreas de fisioterapia, serviço social, história, educação e ecologia/meio ambiente. Quanto a esses últimos, percebe-se que em algumas análises o meio ambiente é concebido como um palco, no qual os grupos sociais desempenham seus papéis; em outras, o mundo é concebido como um todo holístico, do qual as mulheres, os seres humanos são parte.

Nesta Coletânea identificam-se diferentes análises: as de cunho feminino, as análises feministas e as de gênero. Na base dessa dinâmica encontram-se as mudanças acontecidas no interior dos movimentos sociais.

Até a década de 1960, grosso modo, o movimento feminino centrava-se nas camadas médias e altas urbanas, reunia mulheres em torno de causas filantrópicas, fortemente vinculadas a concepções religiosas; sua participação política limitava-se a atuar em causas ligadas direta ou indiretamente com o bem-estar da família. Nesse sentido, Margarida era uma mulher à frente de seu tempo.

Posteriormente o movimento feminista emerge associado à abertura política, à conquista de novos direitos que incluíam o direito à especificidade e identidade femininas. A rigor, num horizonte mais amplo e ambicioso para a época, o movimento feminista era protagonista de uma luta em busca de transformações nas relações sociais da sociedade como um todo. Na área rural registram-se as primeiras conquistas femininas na luta por seus direitos.

Na década de 1990 os movimentos femininos e feministas passam a conduzir suas lutas orientadas pela noção de gênero. Dessa perspectiva - iluminada pelo *gender studies* desenvolvida por grupos de acadêmicas dos Estados Unidos e Europa – resultaram no Brasil um conjunto significativo de eventos e cursos promovidos junto a sindicatos e Organizações não-Governamentais.

Esses cursos, inicialmente limitados para grupos urbanos, foram gradativamente estendidos para grupos rurais, onde passaram a ser ministrados a trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças de movimentos sociais do campo, assim como para técnicos, extensionistas rurais etc.

Para o êxito dessa iniciativa, grande contribuição foi prestada por instituições de fomento e entidades, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), etc. Alguns organismos e Ong's internacionais igualmente deram suporte a esses eventos e cursos organizados pelos movimentos feministas, tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação Ford, a Caritas etc.

Mutatis mutandis, é interessante observar que, apesar da maioria dos trabalhos apresentados serem de autoria de mulheres, poucos são os definidos como “análises femininas tradicionais”, isto é, trabalhos em geral bastante detalhados, que se reportam a “assuntos de mulher”, ou seja, relativos aos domínios tradicionais da mulher, como saúde familiar, eventos e vida religiosa e aspectos simbólicos femininos. No conjunto de trabalhos inscritos e homologados que concorreram ao 2º Prêmio, poucos deles ainda podem ser arrolados nessa perspectiva.

É interessante observar que o ingresso de mulheres acadêmicas em pesquisas rurais, num primeiro momento não gerou pesquisas centradas na mulher. De forma análoga às pesquisas em seringais, comunidades quilombolas, pesqueiras e indígenas, em muitas das pesquisas realizadas por mulheres em área rural, foi adotada uma ótica masculina de análise. Com isso, mais uma vez as mulheres permaneceram invisibilizadas, face aos seus pais e ou maridos. Foram os movimentos feministas que efetivamen-

te contribuíram para o redirecionamento do olhar das pesquisadoras, mesmo para aquelas que não compartilhavam as suas lutas políticas e de gênero.

As análises femininas não se confundem com as análises feministas. Estas últimas partem de um plano teórico-político mais recentemente expresso pelo neologismo do “empoderamento”, iniciado na década de 1980 em toda a América Latina. Tal perspectiva, após resultar em excelentes trabalhos sobre camadas médias e populares urbanas – inclusive, mas raramente, por pesquisadores homens – posteriormente foi estendida ao mundo rural, em especial enfocando dimensões ligadas a direitos das mulheres.

Mais especificamente, (re)análises feministas tais como dos domínios produtivos e reprodutivos, a revisão de direitos tradicionais, equiparação de direitos legais das produtoras rurais sobre a terra com as urbanas, direitos a serviços de saúde, de acesso a crédito, etc. ao mesmo tempo que abriram novas perspectivas para pesquisas sobre grupos camponeses, contribuíram também para uma maior consciência das próprias mulheres rurais concernente à cidadania. Hoje, com a incorporação da perspectiva de gênero, novas linhas de pesquisa são acionadas e questões como o direito sobre o corpo e sexualidade, por exemplo, passam a ser discutidas.

Da combinação entre a perspectiva feminista e a participação mais visibilizada das mulheres nos movimentos rurais, uma série de direitos foram conquistados, muitos deles implementados por políticas públicas comprometidas com a causa feminista e de gênero. Vale ressaltar que todo o esforço realizado pelo MDA segue essa linha de atuação, do qual o próprio Prêmio constitui expressão. Do total de 49 trabalhos homologados, 18 deles direta ou indiretamente lançaram mão de perspectivas feministas.

Levando-se em conta os objetivos do Prêmio – promover o desenvolvimento do pensamento crítico e prático, assim como subsidiar a (re)formulação de políticas públicas – optou-se por dispor os artigos conforme a ordem de obtenção dos lugares alcançados.

Vale ressaltar ainda, que todos os artigos, independentemente de sua proveniência ou categoria, foram incluídos de forma equitativa, de maneira a valorizar todas as contribuições. Ambas as modalidades constituem expressões significativas desse universo fundamental que é o da mulher rural.

A seguir serão apresentados os artigos da categoria Ensaio Acadêmico Inédito, respectivamente 1º, 2º e 3º lugares, bem como da menção honrosa.

O **1º lugar** foi obtido por **Luciene Dias Figueiredo**, mestre em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, do NEAF/UFPA, com o trabalho “Empates nos Babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão”. É um trabalho que tem sua base na dissertação de mestrado defendida em 2005. O tema centra-se na análise de especificidades de atuação interna de comunidades ligadas à Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema). Na primeira parte da análise, a autora destaca as mudanças ocorridas recentemente nas relações de gênero no interior da unidade camponesa, mais especificamente no que diz respeito à atualização da divisão sexual e social do trabalho. Em categorias tais como “homem cuidadoso”, ela identifica aqueles homens que passaram a

contribuir com algumas atividades no trabalho doméstico. Na segunda parte do artigo, numa situação análoga a dos empates que ocorrem no Acre em defesa dos seringais, Luciene discute as peculiaridades de atuação das mulheres quebradeiras de coco e homens nos empates em defesa dos babaçuais.

Em **2º lugar** foi premiado o trabalho de **Carmélia Aparecida Miranda**, “Luta, Sobrevivência e Cotidiano das Mulheres Quilombolas de Tijuaçu - BA”. Ele tem como base sua tese de doutorado intitulada “Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuaçu-BA”, defendida na PUC- SP em 2006. No trabalho a autora analisa a crescente visibilidade sócioeconômica e política dessas mulheres quilombolas e sua importância na configuração da memória oral da comunidade. Analisa também a multiplicidade de papéis exercidos por essas mulheres, através dos quais elas conquistaram a liderança atual. Aponta ainda para sua contribuição musical, fundamental para o lazer do grupo e para as comunidades próximas.

Katiane Machado da Silva, do ITERRA / UERGS, obteve o **3º lugar** com o trabalho intitulado “Maria, Maria: uma lutadora do povo”. Centrando seu trabalho no estudo de caso de uma acampada da Encruzilhada Natalino, hoje viúva e assentada (RS), a partir das memórias da trajetória de vida dessa idosa, a autora centra-se na análise da relação entre processo de envelhecimento, a sua religiosidade e identidade de gênero face ao Movimento dos Sem Terra.

A **Menção Honrosa** foi atribuída a **Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos**, pelo seu trabalho “As Vidas de Maria: da Visibilidade de uma Mulher Trabalhadora Rural Quilombola”, que foi sua dissertação de mestrado defendida em 2005 no DAN/UnB. Analisando a luta e os diversos papéis fundamentais desempenhados por uma líder quilombola do Piauí, o autor centra sua discussão na trajetória de vida expressa pelos diferentes nomes pelos quais ela passa a ser conhecida. Carlos Alexandre analisa também a importância dessa líder para o desenvolvimento da qualidade de vida e cidadania das comunidades quilombolas do Piauí.

A seguir serão apresentados os artigos premiados da categoria Relatos de Experiências e Memórias. Tendo em vista as características e a qualidade dos trabalhos apresentados, optou-se por atribuir a dois deles o 3º lugar.

Emília de Fátima Velho de Souza, presidente da AFAOC – SC com seu trabalho “Relato de Experiência da Associação das Famílias Agricultoras de Otacílio Costa - SC”, obteve o **1º lugar**. Elas discutem a iniciativa de uma associação de mulheres que desenvolvem na agricultura familiar a produção agroecológica combinada com saberes tradicionais. Elas discutem também a constante luta empreendida pela sua entidade contra os impactos do desenfreado cultivo homogêneo de pinus das grandes agro-indústrias da região.

Maria Aparecida de Souza, trabalhadora rural e liderança de Piripiri – PI, foi premiada em **2º lugar** da categoria. Seu relato é iniciado pela descrição pormenorizada de suas vivências de infância, suas dificuldades no cotidiano e a sua gradativa inclusão, exitosa, nos movimentos sociais e religiosos rurais do Piauí. A autora mostra ainda sua crescente conscientização e participação político-partidária.



O **3º lugar** foi obtido pela trabalhadora rural **Cleudia Ribeiro Camargo**, com o trabalho “A Mulher Rural, Protagonista no Desenvolvimento Rural Sustentável de Cachoeira do Sul”. O trabalho apresenta em detalhes a experiência de constituição da Associação de Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Sul e a implementação de processos produtivos mais eficientes na agricultura familiar. O trabalho mostra a luta para obtenção de sua sede, assim como a luta promovida por essas mulheres pelo seu reconhecimento junto a sindicatos rurais e outras entidades e instituições locais e regionais.

O **3º lugar** também foi alcançado pela trabalhadora rural do assentamento Santa Cruz-PI, **Francisca das Chagas do Nascimento Pereira**. Em seu depoimento direto e coloquial a autora apresenta suas memórias. Francisca inicia o relato descrevendo sua infância difícil, caracterizada pelo modo de vida tradicional camponês e sua posterior e gradativa inserção em redes de movimentos sociais. Descreve ainda suas atuações marcantes em defesa das mulheres rurais nas políticas públicas.



PREMIADOS CATEGORIA ENSAIO ACADÊMICO





AUTORES CATEGORIA ENSAIO ACADÊMICO

KATIANE MACHADO DA SILVA

Nasceu em Ronda Alta, estudou na escola de assentamento Isabel de Orleans, assentamento Brilhante - RS, onde reside sua família. Atualmente é acampada no MST e integrante do setor de Educação. Fez Pedagogia da Terra convênio ITERRA/UERGS 2002-2005, Mestranda em Educação da UFRGS, tem seu trabalho e atuação voltado a Educação de Jovens e Adultos, pesquisa os idosos do MST.

CARMÉLIA APARECIDA SILVA MIRANDA

Graduada em História pela Universidade Católica de Salvador, Especialista em História do Brasil, Mestre em História Social pela PUC/SP e Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Ciências Humanas – Campus IV – Jacobina-BA.

LUCIENE DIAS FIGUEIREDO

Pedagoga, Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (NEAF/MAFDS/UFGA). Atualmente é consultora do MIQCB.

MENÇÃO HONROSA

CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS

Graduado em Ciências Sociais - habilitação em Antropologia, pela Universidade de Brasília – UnB. Licenciatura em Estudos Sociais, licenciatura plena em Geografia, ambos pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Especialização em Geografia do Brasil, pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília e Doutorando em Antropologia pelo PPGAS Universidade de Brasília. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.



MARIA, MARIA: UMA LUTADORA DO POVO¹

KATIANE
MACHADO
DA SILVA

*Nada é mais belo do que a vida.
A vida como um conjunto de momentos, situações, ações que produzimos.
Que ao longo do tempo se solidificam em semblantes, gestos, sentidos que falam por si só.
São pés descalços, rostos cansados e perfilados, tristes ou alegres, esperançosos, enfim,
homens e mulheres que movem o desejo de libertar-se.
Parece que em seus olhares nos falam em muitas línguas, que nós ainda não conseguimos
interpretar.
Buscar em cada gesto, rosto, sentido, a força para seguirmos adiante.
Olhar para todos os rastros deixados e fazendo desses um instrumento para achar respos-
tas. Por muitos feitos, mas por ainda poucos encontrados.
O que, de fato, faz cada um continuar caminhando e ensinando? Persistindo e resistindo?
Continuar vivendo com muita satisfação e acreditando na vida?
Mostrar, para cada um, um velho e, ao mesmo tempo, novo jeito de caminhar.*

Veranópolis, 28/01/03²

INTRODUÇÃO

Este trabalho não faz referência somente a Maria, fruto de uma pesquisa realizada. Reflete uma relação “ombro a ombro” com uma mulher idosa. Maria é uma lutadora, independente, um exemplo de vida, de mulher, de mãe, de militante, a despeito de todas as dificuldades, consegue demonstrar que o sentido da luta pela dignidade humana envolve muito mais do que objetivos imprescindíveis de

1. Parafrazeando a música *Maria, Maria* de Milton Nascimento, dedico o título deste artigo não só a Sem Terra Maria, mas a todas as Marias batalhadoras [...] que ri quando deve chorar e não vive apenas agüenta. [...] Mistura dor e alegria [...] Quem traz na pele esta marca possui a estranha mania de ter fé na vida.

2. Breve reflexão sobre os sujeitos idosos. É fruto da sensibilização realizada pelos orientadores da pesquisa em nosso primeiro encontro.



enfrentamento: revela laços fundamentais de vida com a família, seu jeito, sua maneira de ser. Durante a realização desse trabalho, Maria foi um exemplo de que as mulheres podem e devem assumir o comando de suas vidas. Sua experiência de vida é uma riqueza para todas as mulheres trabalhadoras rurais. Ela é uma das milhares, que está no campo, lutando por vida, terra, trabalho e dignidade.

Este texto é fruto de meu trabalho monográfico, realizado de março de 2002 a setembro de 2005, no curso de pedagogia da terra³ da Via Campesina,⁴ Convênio Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra)/Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Veranópolis, região serrana do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o presente trabalho torna-se um desafio, pois busca refletir e compreender a formação/educação do sujeito⁵ idoso dos movimentos sociais⁶ do campo, em específico, a mulher idosa. Logo, o mesmo tem como objetivo principal valorizar as experiências de vida dos lutadores do povo, aqui, em especial, a experiência de vida de uma lutadora Sem Terra,⁷ Maria. A principal questão deste trabalho é: por que, em muitos casos, as pessoas precisam morrer, para que seja valorizada sua experiência de vida?

O método que utilizei foi um estudo de caso a partir da história de vida de Maria, usando técnicas de pesquisa como, a observação participante, as entrevistas semi-estruturadas e o diário de campo, sendo que os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico.

3. Curso de pedagogia da terra é um curso que iniciou em 2002, em parceria com o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Com duração de oito etapas funciona dentro do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), em Veranópolis/RS. Neste há educandos (as) que fazem parte dos movimentos sociais da Via Campesina (articulação dos movimentos sociais do campo, movimento indígena e mulheres trabalhadoras) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

4. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de médios e pequenos agricultores, de trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. É um movimento autônomo, pluralista, independente de alcunhas políticas, econômicas ou de outra índole. É integrado por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é respeitada.

5. Esta tensão conceitual está na própria trajetória da palavra "sujeito." Segundo Konder: "o termo sujeito é mais complexo do que pode parecer a primeira vista (...) a palavra existia no latim medieval, escolástico, empregada em contraposição a *objectus*. Em sua origem latina, anterior ao seu uso medieval, *subjectus* é o particípio passado masculino do verbo *subjicere* (...), que, entre muitos outros sentidos, significa submeter, subjugar..." Ou seja, nesta acepção original, sujeito quer dizer sujeitado, subordinado e reduzido a passividade. Mas, também segundo nos chama a atenção Konder, paralelamente a história da conservação do sentido antigo, o mesmo termo passou a se firmar com um sentido novo entre sujeito e objeto. Kant e Hegel, na passagem do século XVIII, na Alemanha, foram os filósofos que "enfrentaram com disposição radical o desafio de repensar a relação sujeito/objeto à luz das novas condições históricas, nas quais os indivíduos, em número crescente, estavam se reconhecendo como sujeitos capazes de se afirmarem sobre os objetos, intervindo, de algum modo, no processo histórico da mudança da realidade 'objetiva.'" Marx, em que pese todo seu acerto de contas com o idealismo alemão, incorporou e levou adiante este novo sentido de sujeito, que hoje é mais comum entre nós. (Konder, 2002, p. 24 – 28) Nos movimentos sociais a palavra sujeito é empregada indicando ação. (CALDART; PALUDO, 2006, p.14)

6. Segundo Alberto Melucci: "Movimentos sociais são, simultaneamente, fenômenos discursivos e políticos localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e política (...) constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não cristalizaram (...) eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente através da qual problemas mais gerais podem ser abordados" (Cebrap, 1994, p.152 –156). Para nós do MST movimento social é símbolo de luta social, projeto, objetivo desde a ótica dos trabalhadores, é um espaço de formação de sujeitos coletivos e sociais, tem como característica a mobilização massiva com participação direta dos interessados, possui identidade coletiva, possui interesses comuns. Para nós, não é o movimento social que educa, mas o próprio movimento que o movimento social propicia que educa. Logo, é um princípio educativo, pois contribui para a formação/humanização dos sujeitos que dele fazem parte.

7. Alguns esclarecimentos sobre a grafia do nome Sem Terra: A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador e trabalhadora do campo que não possui terra de trabalho, é tão antiga quanto a apropriação privada desde bem natural. No Brasil, a luta pela terra e mais recentemente a atuação do MST, acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo "sem-terra", com hífen, e com o uso do s na flexão do número (os "sem-terras"), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra, e projetando, então, uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, *Sem-terra*, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje já consagrada a expressão *os sem-terra*. Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação da identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e do movimento que transformou em nome próprio, e a projeta para além de si. A partir disso é possível afirmar que não se deixa de ser um Sem Terra mesmo que venha a ser assentado.

Seu nome é Maria Siqueira; tem 66 anos. Ela se instalou no acampamento da Encruzilhada Natalino, em 1981 e assentada em 1983, com seu companheiro e seus oito filhos, no assentamento Vitória da União, no município de Ronda Alta, RS. Desde a morte de seu companheiro ela decidiu mudar-se para o assentamento Capela, município de Capela de Santana, região de Porto Alegre, onde residem seis de seus filhos.

Antes de conhecer um pouco mais essa história de vida, penso ser relevante realizar algumas considerações acerca do porquê da escolha do sujeito idoso e do tema envelhecimento. Assim, estruturei este texto para, no primeiro momento, realizar um breve histórico do processo da pesquisa e de seu significado. Em seguida, abordo um pouco das referências que me serviram de embasamento teórico. Então, apresento as categorias específicas e os aspectos que me chamaram a atenção, fazendo uma breve descrição dos dados empíricos, confrontando-os com minhas leituras teóricas. Por último, faço algumas considerações sobre o envelhecimento, que abrem espaços para novas reflexões e discussões acerca desse tema e sobre as idosas/os, trazendo algumas questões que considere preponderantes nesta pesquisa, quais as considerações, constatações, desafios e saudades que ficam.

POR QUE MERGULHAR EM ESTUDOS SOBRE OS SUJEITOS IDOSOS DO CAMPO?

No percurso realizado, tenho-me debruçado a estudar o envelhecimento, que considero um desafio, pois é algo que está eclodindo não só como uma realidade na sociedade brasileira, mas também como um tema a ser pensado no que se refere aos movimentos sociais e seus sujeitos.

Vivemos num país que, se analisado pela faixa etária, é essencialmente jovem, mas, no decorrer das últimas décadas, estamos vivendo um fenômeno no que se refere à questão do envelhecimento populacional, que tem aumentado ano após ano. Nessa perspectiva:

A população brasileira com idade ou superior a 60 anos estava em torno de 15 milhões de habitantes. A sua participação no total da população praticamente dobrou nestes últimos 50 anos passou de 4%, em 1940, para 9% em 2000. A previsão para o ano 2020 é 32 milhões de idosos, correspondendo a 15% da população. (CAMARANO, 2002, p.60)

Esses e outros elementos são alguns dos motivos que me fizeram, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estudar o envelhecimento no campo.

Com isso, percebi o quão importante é estudar/ pesquisar os idosos/as do campo, pois quase inexitem trabalhos sobre esses sujeitos - é como se vivessem na invisibilidade. Porém, pesquisar/estudar as relações que esses estabelecem no campo é de suma importância para compreendermos a totalidade de ser idoso. Mesmo que a maioria esteja na cidade, acredito ser importante olhar com atenção para o público do campo



que é menor, mas que apresenta fatores importantes de leitura sobre a questão das relações sociais e das relações que estabelecem com o trabalho.

Nessa perspectiva, observo que, no campo, ainda se preservam algumas tradições que, na cidade, pela aceleração em que vivem os sujeitos, muito vem se perdendo. Um exemplo é a relação dos idosos/as com a terra, com a natureza. Nesse sentido, os idosos/as mantêm um laço forte que está muito presente na questão do trabalho, pois é a partir dele que esses criam todo um conjunto de saberes/fazer sobre plantas, ervas medicinais, sementes, através das quais reproduzem sua existência. Tenho ciência, que tanto no campo quanto na cidade, há aqueles idosos/as que são menos ativos, vivem com muitas dificuldades, sendo extremamente dependentes de sua família.

Vale ressaltar, aqui, a importância de se estudar a questão do envelhecimento na perspectiva da cultura, registrando e redescobrimo alguns elementos de que os idosos se utilizam, como é o caso da arte. A arte, abrangendo artesanatos, culinária, artes plásticas, música e narração de histórias, na qual nossos idosos/as são verdadeiros educadores/as do povo.

Por isso, é interessante estudar, justamente para perceber quais são os elementos que agregam e desagregam esses idosos/as do campo. E como esse processo transforma-os, recria-os, ou, simplesmente, conserva-os com costumes, e como transmissores de um conhecimento acumulado. Isso tudo me remete, em especial, aqui, às questões voltadas à agropecuária, pois os idosos/as aos quais me refiro são basicamente os do MST.

Assim, estudar os idosos/as é também estudar a construção desses sujeitos e de sua identidade. Como acontece seu processo formativo, seja através do trabalho, da luta social, seja através de sua própria história. Enfim, conhecê-los melhor e poder projetar alternativas, possibilitando um melhor envelhecimento, com vida digna, e que esses possam viver plenamente esse processo, numa perspectiva mais humana possível.

Aos poucos, em cada processo, tanto de pesquisa como de orientação, fui construindo uma lente para poder olhar para o envelhecimento, hoje uma realidade presente no campo e nos movimentos sociais. Nesta perspectiva e no envolvimento com o tema fui desenvolvendo pertença e amor pelos idosos/as, aprendendo e resignificando muitas coisas na minha vida.

Já no início desse processo de aprendizagem, defini que iria contar a experiência de vida de apenas um sujeito, pois pensei e percebi que era necessário que fosse algo profundo. Escolhi a experiência de vida de Maria, por ela trazer aspectos que considero significativos para entender a mulher idosa.

Mas por que somente um sujeito, e uma idosa mulher? Justamente, por perceber e começar a abrir um novo horizonte. Essa percepção da mulher lutadora do povo, que com os filhos e família consegue conciliar a luta pela terra.

Este trabalho me proporcionou aprofundar, não só a história de Maria, mas por via de conseqüência, a história do MST. Pois, nesta pesquisa percebi a relação dialética entre a trajetória de Maria e a história do MST. Antes de elucidar essas histórias que se cruzam, penso ser necessário fazer algumas considerações sobre o envelhecimento.

O ENVELHECIMENTO

O envelhecimento percorre a vida toda do ser humano, ele está mais ou menos intenso em todas as fases de vida. Desde a Antigüidade, vem-se tentando compreender essa fase e o sujeito idoso/a. Muito se tem estudado e avançado, principalmente nos últimos séculos, em que, nesse sentido, conseguimos dar um salto. É claro que isso tudo se deu devido ao envelhecimento nas/das sociedades, por isso foi e é preciso estudar o processo de envelhecimento e os sujeitos que dele fazem parte.

A produção deste estudo proporcionou-me entender essa fase de vida e o processo do envelhecimento. Como ele se dá? O que a sociedade pensa sobre? Quais as visões que foram fixando-se a respeito dos idosos/as? Quais preconceitos formaram-se a partir dessa construção? Percebi que nada melhor do que a pesquisa teórica para ajudar a clarear algumas questões sociohistóricas.

A partir das leituras, fui construindo um conceito de envelhecimento e idosa/o. Com o diálogo com Ecléa Bosi, Anita Liberalesso Neri, Simone de Beauvoir, Guita Grin Debert, Mirian Moraes Lins de Barros, etc. Desse diálogo, pude chegar a seguinte compreensão: envelhecimento não é apenas um período de vida que acontece na velhice, mas que perpassa todas as fases dos sujeitos; é um processo, pois desde que nascemos estamos envelhecendo. Todos os dias envelhecemos um pouco, sendo que a vivência desse envelhecimento está relacionada à classe social e a fatores culturais, históricos e emocionais (psicológicos). Como Minayo (2002) traz em seu trabalho, esse processo não deve ser visto negativamente, ao contrário, podemos enriquecê-lo a partir de nossa experiência de vida, desde que não morramos prematuramente.

É importante valorizar as diferentes idades, pois em cada uma delas o sujeito vive um processo, e esse não pode ser ignorado. É preciso trabalhar o período da velhice, pois ele é o acúmulo que esse sujeito carrega, seja negativo ou positivo. O que não pode ocorrer é ignorar, ao contrário, é preciso deixar de trabalhar com os termos pejorativos, como velho, velhote e assumir o termo idoso/a, como aquele sujeito que vive seu envelhecimento, positivamente ou não, mas que tem possibilidade de ser sujeito e fazer história. Acima de tudo, na sociedade atual, é muito significativo desconstruir a visão de idosos como meros consumidores de mercadorias.

Dessa forma, o envelhecimento é uma fase tão importante quanto qualquer outra, devendo ser bem vivida e tão intensa quanto as demais. Assim como as demais fases trazem aprendizados para todas as fases de vida, a velhice é o resultado de um acúmulo de experiências, que deve servir como fonte de conhecimento para si mesmo e para os outros. Portanto, os sujeitos idosos devem ser valorizados, respeitados, pois representam a nossa cultura, a nossa história, enfim, a nossa raiz.

Além disso, é relevante destacar, conforme menciona Barros, que o envelhecimento,

[...] não é um processo homogêneo [...], mesmo em cada indivíduo. Há sempre partes, órgãos ou funções do corpo que se mantêm muito mais 'jovens', 'conservados', sadios, do que os outros. [...] do mesmo modo



que no terreno dos sentimentos e das representações, velhice nunca é um fato total. Ninguém se sente velho em todas as situações. (...) a velhice é uma identidade permanente e constante. (1998, p. 228)

Por isso concluímos que: “envelhecimento deve ser compreendido como um período integrado a toda a existência vivida, na qual a velhice recebe diferentes significados em relação à vida inteira das pessoas.” (MINAYO, 2002, p.184)

Percebi que não existem muitos materiais sobre envelhecimento no campo. Em um texto que li, o assunto aparece assim:

Constata-se que, apesar do avanço tecnológico, ainda em muitas regiões os velhos são os transmissores de conhecimento, que estão passando através dos tempos, de geração a geração, em relação à saúde, alimentação, trabalho, habitação, hábitos de lazer (canto, música, dança e jogos) num verdadeiro processo de ensino-aprendizagem. Além disso, mantêm hábitos, costumes, religião de seus antepassados. (SCHON; PARMA, 2000, p.166)

Por isso, as minhas principais leituras sobre o tema foram referentes aos idosos/as urbanos, pois, como não há muitos estudos, busquei fazer uma ligação com os sujeitos idosos do campo, uma vez que algumas das situações que se reproduzem são as mesmas no meio urbano e rural. Busquei pesquisar o máximo de autores para poder confrontar algumas idéias, principalmente no que diz respeito a conceitos, visões ou concepções sobre o envelhecimento.

À medida que observo os idosos/as à minha volta percebo que alguns deles também trazem consigo a visão negativa sobre o envelhecimento. Então, procurei me aprofundar nas raízes disso, e percebi que isso é fruto de como foi construída a sociedade capitalista, quais os valores que essa traz em sua matriz e o que isso implica no envelhecimento.

Fazendo uma releitura a partir da minha percepção quanto ao envelhecimento, questioneimei-me: por que, em minha formação, até antes de iniciar esta pesquisa, prevaleceu uma visão negativa sobre o envelhecimento, se durante toda a minha vida sempre tive muito mais exemplos positivos sobre essa fase da vida? Por que pensar sobre isso? Para problematizar e perceber como o senso comum é mais forte no que se refere ao envelhecimento. Com a pesquisa sobre esse tema, fui descobrindo, nas leituras e na própria vivência, esse reflexo negativo, que alguns autores colocam da seguinte forma:

Nas sociedades ocidentais, o envelhecer está intimamente ligado à questão da interdição dos velhos. Mesmo quando a velhice não está associada à pobreza e à doença, tende-se a encará-la como um problema, um período dramático do ciclo da vida. (...) A velhice, assim, nas sociedades capitalistas, passa a ser encarada como um problema, pois, no fundo, o que não é valorizado é o próprio homem. O idoso é apenas a explicação dessa contradição. (VIDAL, 2005, p, 26)

Ou, então, aparece como: “A velhice em sua maioria é considerada um problema.” (BARROS, 1998, p.117) “A velhice surge aos olhos da sociedade como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar.” (Beauvoir, 1970, p.6) Essas citações retratam um pouco dessa construção social sobre a velhice. No livro Memória e Sociedade: Lembranças de velhos, Ecléa Bosi também traz essa visão, refletindo:

O que é ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não exista para si, mas somente para o outro. E este outro é um opressor. (BOSI, 2004, p. 18)

A citação referida é somente parte do que a autora coloca sobre como o processo vem-se construindo ao longo dos diferentes tempos e espaços sociais. Quase todos os materiais que li trazem essa visão, porque é justamente como se constitui o envelhecimento nos moldes dessa sociedade capitalista. Assim como venho refletindo, todos esses e outros autores têm buscado compreender e desconstruir o senso comum sobre o envelhecimento e o ser idoso/a na nossa sociedade.

Nesse processo de construção histórica, cultural e social, percebe-se que os idosos constituem alguns elementos fundamentais para a perpetuação da humanidade, que vai, principalmente, desde sua memória até, por que não, à própria identidade do povo.

Logo, o interesse pelo tema fez com que eu desconstruísse a primeira visão e trouxesse isso para ser discutido e problematizado dentro dos movimentos sociais, em específico o MST, oportunizando, assim, que um número maior de sujeitos passasse a debater e discutir esse tema e sua importância na atualidade. Defendo e acredito no estudo referente aos idosos, pois, ao estudá-los, estaremos, em última análise, compreendendo a nós mesmos e certas relações e ações de nossa sociedade.

ASPECTOS IMPORTANTES DE UM SUJEITO IDOSO DO MST

A partir da produção desta pesquisa, gostaria de trazer neste texto, parte de meu trabalho de pesquisa de campo buscando refletir à luz das teorias que me embasaram durante este estudo/ trabalho. O presente trabalho foi realizado com o objetivo de compreender a formação da idosa Maria, sendo que a pesquisa de campo foi realizada no primeiro semestre de 2004, durante abril e maio.

O método utilizado foi um estudo de caso sobre a história de vida de Maria. Realizei entrevistas semi-estruturadas sobre os temas: ser idoso e envelhecimento, a sua história, a cultura, a vivência social (sociedade, MST, família), visão de mundo e de si. Também trabalhei com a observação participante, com anotações e observações no diário de campo. Tudo isso se deu da seguinte forma: durante o período em que estive com ela, fiquei alojada em sua casa e isso me propiciou conviver nas mais diferentes atividades desenvolvidas pela mesma, desde ir visitar suas filhas/os, ir para roça junto com ela, ajudar nas tarefas da casa, bem como em todas as atividades que realizou naquele período.



Nesse processo, cheguei a algumas categorias, ou aqui chamados aspectos que encontrei a partir da pesquisa de campo e dos estudos teóricos: as perdas; a religiosidade; enraizamento – voltar às origens; a relação com o MST – pertença; a contradição e a relação com a família.

As perdas

As perdas estão presentes nos idosos de hoje, e nas mulheres esse fenômeno apresenta-se de forma acentuada, ou seja, além de a viuvez estar mais presente entre a população feminina, há também as questões referentes ao gênero e preconceitos que perpassam suas relações sociais.

As mulheres idosas casam menos que os homens, parecem resistir mais ao envelhecer e são mais vaidosas que os homens. Com frequência, há um grande preconceito em relação às relações afetivas, pois, em muitos casos, a sociedade estereotipa as mulheres idosas como assexuadas. Isso é visível se observamos nossa sociedade: tudo que se refere ao comportamento sexual do idoso ou da idosa é visto como vergonhoso, ou, como Beauvoir coloca: “[...] Os velhos provocam escândalo quando manifestam os mesmos desejos, sentimentos, reivindicações dos jovens; o amor e o ciúme, neles, parecem ridículos ou odiosos, a sexualidade é repugnante.” (1970, p. 8)

No caso de Maria, em todo o tempo que estive com ela, inúmeras vezes me falou da falta que sente do companheiro, o que corrobora as considerações de Doll: “A perda do parceiro foi em todos os tempos um acontecimento drástico, que tocava todos os aspectos da vida humana, afetando a psique e a saúde das pessoas, bem como as relações sociais, tanto dentro da família quanto na sociedade.” (2002, p. 999)

Além disso, o autor referido anteriormente acrescenta que:

[...] pessoas idosas são mais vulneráveis, tanto física como socialmente, e a perda do parceiro de longa data significa, em geral, muito mais do que a perda da pessoa amada. Um casamento de muitos anos desenvolve um sistema de papéis, tarefas e costumes que se desfaz com a morte do parceiro. (DOLL, 2002, p.1005)

Em minhas observações, percebo que ela não quer ficar velha, tem medo de morrer. O próprio processo de envelhecer a faz sentir, ela sofre e não aceita. Em meu diário de campo fiz a seguinte observação: “ela é muito vaidosa, se penteia, se perfuma, chega a me dar receitas sobre como não envelhecer [...] me ensina que, para não ter rugas, é preciso lavar o rosto com a primeira urina da manhã. (Diário de campo, abril, 2004)

Quanto à negação do envelhecimento, MINAYO comenta:

[...] As perdas são tratadas como problemas de saúde, expressas em grande parte na aparência do corpo, pelo sentimento em relação a ele e o que lhe acontece: enrugamento, enfeimento, reflexos mais lentos, menos agilidades. [...] Mas são expressos mais pelo outro do que pelos próprios velhos. [...], mas ninguém quer ter essa beleza, essa aparência associada ao desgaste e à proximidade com morte. (2002, p.41-44)

A aproximação da morte também preocupa Maria, que busca fugir desse destino, afirmando parecer mais jovem do que realmente é. Em meu diário de campo, registro a seguinte observação:

Em vários momentos, observo que ela possui um grande medo da morte. Me diz que é a mais jovem, mesmo tendo mais idade que seus irmãos, não tem rugas, quem sabe poderia se casar. (...) É muito forte essa falta que o companheiro faz, ela fala o tempo todo dele. (Diário de campo, abril, 2004)

Maria é uma idosa muito animada, mas, ao mesmo tempo, constatei, com minhas observações, que ela tem uma tristeza em seu olhar e percebi que seu companheiro faz muita falta. Contudo, esses elementos ajudam a compor a teoria do desengajamento, uma teoria que surgiu, aproximadamente, entre os anos 1950 e 1960, e penso que pode servir para explicar um pouco dessa questão das perdas que sofrem os sujeitos idosos.

No livro *Velhice e sociedade*, Debert elucida isso muito bem:

Para ambas, a velhice é definida como um momento de perdas de papéis sociais e trata-se de entender, nos dois casos, como se dá o ajustamento pessoal à situação definida como 'perda', e medir o grau de conformidade e o nível de atividade dos idosos. (2004, p.42)

Na visão de Motta: “[...] na realidade, ainda coexistem as duas imagens: a tradicional ‘naturalizada’ do velho inativo, respeitável, mas ‘inútil’; e a nova imagem, mais dinâmica e participativa, embora apenas em determinadas situações sociais.” (MOTTA apud MINAYO, 2002, p.48)

A dinamicidade de Maria eu relato em meu diário de campo, com as seguintes palavras:

Observo na maioria dos dias que ela é uma mulher que brinca, conta piada, toca gaita de boca com músicas da luta, ri, mas me parece que falta algo? Será o vazio da perda do companheiro. [...] Me fala que quando ela for morrer quer estar braba. Eu pergunto por quê? Ela me diz que seu companheiro sempre pedia para morrer trabalhando e ele morreu assim. Mas insisto e pergunto sobre a morte, ela me fala que quer morrer braba e eu pergunto por quê? Ela me diz: É a única hora que quero morrer, quando estou braba. (Diário de campo, abril, 2004)

É como se ela fizesse tudo o que faz para esconder aquela tristeza que sente, mas também pode ser que não. Com essa forma de ver a vida, talvez ela sofra menos com as suas perdas. É uma situação importante e um tanto diferente que se apresenta nesse caso, mas é visível que as perdas a atingem, como a qualquer sujeito que vive essa fase, ou que passou o que ela já passou na vida.

Sabemos que as perdas perpassam todas as fases de vida do ser humano, mas que, com os sujeitos idosos, elas acontecem drasticamente, em alguns casos, o que fica



para eu compreender. E por que uns superam mais que os outros? Por que, mesmo vendo o envelhecimento como a proximidade com a morte, uns aceitam mais e outros não? Parece que aqui também entra a questão de costumes, das crenças, e do modo como cada sujeito leva sua vida, enfim, da cultura, que é um fator essencial para a análise do envelhecimento.

Nesse sentido, é importante aprofundar a compreensão das crenças que carregam as idosas e os idosos, e de como isso os influencia diariamente. Inclusive, isso contribui para que eu possa aprofundar o conhecimento sobre seus valores, seus costumes, e suas posturas perante algumas situações sociais.

A religiosidade

Neri, ao discutir a religiosidade, menciona:

A religiosidade, definida como 'crença, valores pessoais e atividades pertinentes àquilo que é sobrenatural, misterioso e reverenciado, àquilo que transcende a situação imediata e que diz respeito às razões e objetivos finais do homem no universo' (MOBERG, 1970 apud KOENIG, 1988), está ligada à vida do homem independente da raça, cultura ou tempo histórico. (1993, p. 83)

Além disso, é possível dizer que a religiosidade é uma categoria que faz parte do cotidiano da grande parte dos idosos do MST, pois suas relações são permeadas de mística.⁸ Na vida de Maria, além da participação nas místicas, essa categoria se manifesta das seguintes formas.

Ela me falou que Deus está presente em tudo na sua vida [...] Outra coisa que me chamou a atenção foi sua fé, é incrível, ela me conta que é benzedeira. O amor à terra, aos animais, enfim, à natureza, ela trata tudo com muito carinho. [...] Me conta que começou ir à igreja dos crentes, pois o padre só reza à noite, e me fala: 'Deus está em tudo, não importa onde vô, o que importa é a oração. [...] À noite, enquanto jantávamos, várias vezes ela agradeceu a Deus, pelo alimento na mesa, enfim, por tudo, chega a ser algo emocionante. É uma pessoa sensível, cheia de esperanças, estar com ela é tomar um banho de ânimo e força. (Diário de campo, abril, 2004)

Nesse sentido, corroboram-se as considerações realizadas por Neri. Para essa autora:

A relação entre o envelhecimento e religiosidade tem sido também corroborada por pesquisas que apontam para o fato que a religiosidade aumenta com a idade (MOBERG, 1965). Crenças, comportamen-

8. Mística não é apenas a "alma" do sujeito coletivo Sem Terra e da identidade do MST (...) nos coloca a caminho e nos encoraja a vencer obstáculos. É a energia que perpassa o cotidiano e que nos ajuda vivenciar valores (...) é também um dos mais densos momentos da formação humana: ela cola o conhecimento à emoção, através da cultura. Nela expressamos vivências e conteúdos humanos fundamentais através da poesia, do teatro (encenação), da música, do canto, da dança, dos gestos, dos símbolos do MST, das ferramentas de trabalho, dos elementos da natureza, do resgate da memória das lutas e do exemplo de grandes lutadores e lutadoras da humanidade. (...) A mítica irriga, pela paixão, a razão, nos ajudando a ser mais humanos, dispostos a desafiar pessoal e coletivamente os nossos limites; nos impulsiona ir além do esperado, alimenta os valores humanistas e socialistas..." (MST, 2003, p.49)

tos religiosos, práticas devocionais e atividades ligadas a grupos religiosos organizados são mais comuns entre os idosos que em qualquer outra faixa etária (Princeton Religion Research Center, 1982, apud Worthington, 1989). (1993, p.85)

Ao iniciar a reflexão sobre a religiosidade, não tinha a real dimensão e profundidade que traz esse assunto. Percebi que é um tema amplo, que envolve profundamente a Sem Terra idosa e os idosos. Pude constatar, durante minha pesquisa de campo, como Neri narra, que é visível a influência profunda que tem a religiosidade na vida do idoso.

Poderíamos levantar algumas hipóteses: que visão a idosa tem em relação à velhice e à morte? Como a experiência de vida acumulada a fez mais sensível a questões da subjetividade? Acredito que, no que toca a questão da subjetividade, os idosos, com o avanço da idade, tendem a trabalhar melhor com as questões relacionadas ao tema na vida cotidiana. Isto é, ponderam os eventos com maior grau de discernimento.

Percebo que esse é um tema bem interessante para ser, no futuro, melhor analisado, pois, para além do entendimento dessa relação do sujeito idoso com a religiosidade, é preciso refletir sobre as relações do ser humano com o mundo que o cerca. Nesse caso, existem muitas inquietações para serem aprofundadas: como isso pode estar presente na auto-estima que os sujeitos carregam ou não? Que influências a subjetividade tem na vida dos sujeitos?

Assim, cito algumas falas da Sem Terra que elucidam a importância da religiosidade na sua vida desde o período da Encruzilhada Natalino até hoje:

É, vencemo, graças a Deus, com a nossa luta, com a nossa e nós sempre fazendo devoção, rezando, rezando o terço todos os dias, todo o domingo tinha o horário do terço, no domingo nós fazia a nossa missa, sempre nós fazia uma sembléia vinha padre nós pegava a nossa cruz e levava de uma parte e prá outra fazendo devoção, levava nas costas tudo, vencemo.

Sempre fazendo nossas devoção certinho, com a graça de Deus e com as nossas devoções vencemo, senão não sei. E o padre Arnildo sempre dizendo a missa. Vinha uma vez, vinha 200 e poucos padres lá, Bispos e tudo lá, graças a Deus, com as nossas orações, com a nossa luta, com a nossa coragem, com o nosso movimento, a nossa corrente, nós vencemo e tem que ser assim, que tem que ser com luta, com o movimento e com o dar as mãos e com a graça de Deus, senão não vai.

[...] eu sou católica, acredito em Deus, em Jesus e isso, os meus santos que eu tenho, Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida. Eu tenho ali guardado o divino Espírito Santo tá ali, tem meu santo Expedito. Tenho minhas oração e meus santos, que eu faço minhas orações de noite e de manhã cedo. E quando faço um pedido e sou atendida, eu me joelho e agradeço a Deus, a Jesus e aos santos que me ajudaram. [...] Eu tenho



Deus comigo, e tudo a hora nem meio minuto eu tô lembrando de Deus, em Jesus, que me ajuda, né. Desde as veiz eu guardo uma coisa num lugar [...] e se esqueceu eu boto, guardo, daí vô campião e não tá onde eu pensei, eu digo: Meu Deus, me mostre já, eu me viro e me viro e já me alembro, já vô atrás e acho.

Além disso, nessa relação há inúmeros fatores a serem avaliados, como a sua cultura, a sua história e realidade que a cerca. Nesse caso, poderia destacar alguns elementos importantes para uma reflexão, como a cultura, que é um elemento formador do sujeito Sem Terra, e um dos fatores centrais do MST, a mística, sendo essa permeada de religiosidade.

Na análise dessa questão, gostaria de lembrar que a Sem Terra é fruto de todo o processo de fundamentação do MST, ou seja, na sua formação inicial, o movimento estruturou sua prática social sobre as bases lançadas pela Teologia da Libertação. O movimento teve uma raiz na Igreja Católica, mas é claro que a religiosidade de que estamos falando não é aquela que vem apenas da religião, pelo contrário, é bem mais a energia que move o ser humano, que é o combustível, que dá ânimo, enfim, que faz o sujeito saber viver, aprender com a natureza e com aquilo que o cerca. Para Maria, em questão, a religiosidade representa um pilar, uma raiz que compõe sua identidade.

Outro elemento para refletir é de como foi sua vida ou sua realidade, ou seja, pelas primeiras análises, percebo que a Sem Terra é humilde, muito ligada com a natureza, e isso faz com que ela desenvolva práticas de culto, com especial atenção à figura de Deus. Nas suas falas, isso está sempre muito presente, é como se sua vida fosse movida por essa energia.

Dessa forma, a presente pesquisa traz bons elementos para refletir sobre a questão da religiosidade e qual sua importância na formação da Sem Terra Maria, e no que isso reflete na vida da Sem Terra idosa.

Com isso, vai aparecendo algum elemento novo, e também na análise dos velhos. Temos, assim, um ponto de partida para avançarmos sobre esse assunto, que é amplo e requer um aprofundamento no futuro, tanto de minha parte quando do movimento social ao qual me identifico e em que atuo.

Por essa razão, não podemos desconectar a religiosidade do enraizamento que carrega o Sem Terra, nesse caso, a Sem Terra Maria, que possui uma identidade enraizada na luta e nas questões sociais.

O enraizamento – voltar às origens

A questão das raízes é um elemento muito forte, pois envolve uma série de fatores. Em minha pesquisa de campo, esse elemento apareceu muito explícito em falas da Sem Terra Maria: “Sinto muitas saudades de Ronda Alta.” No diário de campo, escrevi:

Percebo que ela tem muita vontade de voltar a morar em Ronda Alta e que veio para Capela de Santana porque ainda estava perdida com a morte de seu companheiro. Me fala que em Capela não consegue se virar,

e que em Ronda Alta era ela quem fazia os negócios, conhecia um por um, e que quando ia para cidade, no comércio, tinha crédito em qualquer lugar, pois todos a conheciam. (Diário de campo, abril, 2004)

Analiso que essa questão do enraizamento, como um dos eixos da questão cultural, é fundamental para constituição de qualquer ser humano, independente de fase. Ecléa Bosí, num texto sobre a cultura e o desenraizamento deixa essa importância bem explícita:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros dos passados e certos pressentimentos do futuro. (2003 p.175)

No caso de Maria, “os tesouros do passado” remetem ao sentimento de pertencimento a um grupo social onde ela havia fixado suas raízes, onde exercia funções importantes como coordenar grupos de mulheres trabalhadoras de seu assentamento. Segundo relatos da própria Sem Terra:

Aquelas minhas amigas mesmo, aquelas minhas companheiras da Anoni [Fazenda ocupada em 1985, um dos maiores acampamentos do Estado. Área de mais de nove mil hectares] que nós fazia reunião lá na Cooanol [Cooperativa de Produção e Comercialização Agropecuária Novo Sarandi, localizada em Sarandi-RS, região norte do Estado] com elas, a Lúcia, meu Deus do céu, [...] a Lúcia, a Irene, as minhas companheiras, amigas memo lá da anoni, lá dá Cooanol. Nois se reunia lá, eu sinto falta daquele tempo.

Aqui tem essas dificuldades, as mulheres não se reúne, eu não sei de nada, moro no meio das noras, das filhas, nenhuma participa, eu falo, isso aqui eu estranho, eu estranho, sabe, porque lá na Ronda alta eu tava lá, nós tinha nossas reunião, e a líder, eu era a líder. Nós participava da reunião era tudo, quando uma não podia ir tinha que botar uma no lugar daquela que não, e sempre tinha uma líder, e quando tinha lá na Cooanol sempre eu ia representá as outras companheiras, e sempre tinha reunião das mulher, aqui eu estranho, porque aqui não tem.

[...] a participação o que vale bastante é as pessoas se dedicá, aqui elas falam, eu não posso ir porque tenho vaca para tirar leite, e lá na Ronda alta não, não tinha essa desculpa, essa desculpa não tinha. Todos participavam junto, não tinha. Tudo tinha igual, trabalhavam, tiravam leite, mas não tinham essa desculpa, ninguém falava, e aqui eu vejo, eu não vô porque trabalho, eu não vô porque tenho vaca para tirar leite, e ali tem uma desculpa e não.



Como aparece anteriormente nas falas, a Sem Terra Maria coloca a dificuldade que enfrenta em participar nesta nova realidade, principalmente de organizar as mulheres. Ela demonstra que era mais feliz lá em Ronda Alta, que lá ela tinha uma raiz por participação. São nestas falas que percebo como a idosa está sofrendo um desenraizamento. Ela deixa de ter um papel que tinha no MST da regional Sarandi, onde conseguia desenvolver uma série de relações sociais que agora, nessa nova realidade, não consegue estabelecer.

É importante ligar essa questão do enraizamento com o papel que tem a memória dos nossos idosos, neste estudo, em especial, a memória que carrega a Sem Terra Maria sobre a história do MST. Ela é a memória viva da organização social, por isso, é preciso que o MST e seus sujeitos alertem-se para a intencionalidade da participação e, com isso, no enraizamento de nossos sujeitos, aqui centralizando nos idosos e idosas Sem Terra.

Bosi relata, em seu trabalho que “o enraizamento é um direito humano esquecido. [...] As chaves do futuro e da utopia estão escondidas, quem sabe, na memória das lutas, nas histórias simples, nas lembranças dos velhos.” (2003, p. 208)

Por isso, é interessante olhar a ligação que há entre o processo de enraizamento e a participação do sujeito, ou seja, fica difícil um ser humano que praticamente viveu a vida toda num mesmo lugar, que participou em toda a história e ajudou a formar, construir a cidade e o assentamento, não criar raízes.

A Sem Terra sai e vai para outra realidade, que é rural, mas perto de um grande centro como Porto Alegre, com outros costumes, outros hábitos, jeitos diferentes de ver a realidade. Penso que o choque que se apresentou na trajetória de Maria trouxe mudanças na construção de sua identidade. Nas diferentes linguagens utilizadas pela assentada Maria, percebo a presença recorrente de sentimentos como dor, tristeza e saudade.

Esse desenraizamento, ou querer voltar às raízes, chega a ser agressivo, e, em muitos casos já presenciados, se transforma em desgosto profundo, levando o sujeito à morte.

No caso dos sujeitos idosos do campo, isso pode ocorrer na sua migração para as cidades. As conseqüências disso são desastrosas, perdendo o sujeito suas raízes, que, nesse caso, estão muito ligadas a terra.

É importante não isolar essa participação, esse enraizamento com a relação que a idosa tem com o MST, e perceber que é a partir desses elementos ou aspectos que a mesma se constitui num sujeito autônomo. São essas relações que a constroem como mulher lutadora, independente. É essa pertença que a torna uma mulher rica de experiência.

Pertença – a relação com o MST

Junto com a história do MST e através da memória dos sujeitos que dele fazem parte, cresce um sentimento que poderia ser explicado de várias maneiras, mas que eu prefiro chamar de pertença, se sentir parte, identificar-se, compor este grande coletivo que é o MST.

A pertença entre os sujeitos e o movimento é algo muito forte, se constitui na própria identidade que o Sem Terra carrega. Ser Sem Terra, hoje, para muitos, é sinônimo de resistência, ter objetivos, o que poderíamos dizer: ter um projeto de vida.

Caldart conceituou o que é ser Sem Terra:

Ser Sem Terra hoje é bem mais do que ser um trabalhador ou trabalhadora que não tem terra, ou que luta por ela. Ser Sem Terra virou nome simbólico, referência de luta e organização, de ética, de cidadania, e até de irreverência cultural que altera as normas da gramática pela força de seu uso social de uma expressão que se tornou nome próprio, mas uma identidade que transcende a si mesma. (1999, p. 206)

Essa pertença faz com que cada um e cada uma se tornem, ou melhor, sejam as memórias vivas desse movimento. Ao analisar a vivência da Sem Terra Maria percebo como é vivo esse amor, essa pertença. Isso é perceptível na fala que segue:

O MST é minha vida. [...] Se não fosse a organização nós seríamos sem-terra, eu e meus filhos. [...] Se não fosse o MST não teríamos tudo isso na mesa. [...] Que sempre que me chamarem eu vô, estou sempre pronta. [...] Se o movimento chama, não importe a hora ou dia, se tivê que ir prá luta eu vô, vô até Brasília.

Nessa construção de se tornar sujeito de um movimento social que tem mais de 20 anos, dá para perceber qual o significado do movimento na construção da identidade da Sem Terra Maria, em cada fala, nos diferentes momentos em que estivemos juntas. Ela, em diversos momentos, trouxe a importância de estar num movimento social, e o que isso significou e significa em sua vida.

Em muitas de suas falas, Maria reflete sobre como seria a sua vida sem essa participação, sem o movimento social, o que me faz pensar a respeito do que significa, para um idoso e, nesse caso, para essa idosa, pertencer ao MST. O que isso lhe proporciona? É perceptível que quem faz parte desse movimento acredita não apenas nos sonhos que estão impulsionando a luta coletiva, a luta pela terra, mas na concretude dos mesmos.

Nessa linha mesmo, agora que a gente acertou o passo, daí depois que a gente acertou o passo do movimento de verdade. Porque a gente sempre lutando, porque quem luta é o movimento, a luta é do movimento, tá lutando direito, não tem quem não diga que não tá no movimento. Todo mundo tá no movimento, tens uns que não sabe que tá no movimento. Luta tá no movimento, nós agora sabemos que é o movimento, sabemos o nome que é o MST, a essa luta prá nós, mas tem gente que não dá o valor, e tá no movimento, não compreende e não sabe. (Maria)

É fundamental, também, questionar o que é esse sentimento de pertença, por que umas idosas/os participam mais e outros simplesmente se acomodam em relação à luta, como se não constituíssem mais essa história, esse movimento. É necessário



perceber que há diferentes formas de constituição desse pertencimento, e, sendo assim, torna-se imprescindível a busca pela interpretação dessas formas, pois não estar mais ativo nem sempre significa não ter pertença. Existem diversas formas de pertencer, que vão desde a cultura da resistência, como estar no assentamento produzindo sementes crioulas, cultivando ervas medicinais, produzindo alimentos orgânicos, mantendo algumas culturas vivas.

Poderia levantar algumas hipóteses sobre esse “acomodar-se” em relação à luta: quem vem ocupando os diferentes espaços da organização, que, nos últimos anos, tem sido ocupado por uma militância mais jovem? Qual o espaço que as idosas têm? E, nesse viés, trazer não só a questão das idosas, mas, principalmente, a luta de gênero, que tem se tornado um desafio pra o MST. Essas hipóteses ajudam a explicar o porquê de uma parcela de idosos/as estarem ausentes da luta. Entretanto, não justificam o afastamento, uma vez que todos e todas têm liberdade de participação.

Então, o que poderia ser? Será que é decorrente de uma descrença das idosas na organização, ou esperavam algum reconhecimento e não obtiveram? Sabemos que com todo esse processo que está acontecendo na sociedade, em que o idoso está na “moda,” já bem antes o MST tem buscado valorizar os seus idosos, pois sabe mais que ninguém o que eles representam para a organização e para a memória, e assim, consecutivamente, para o futuro. É como Ecléa Bosi escreve em seu livro: “(...) Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação da identidade.” (2003, p. 16)

E, ainda: [...] O velho, na comunidade, quer aprender os cantos novos e ensinar os cantos de outrora. Sua identidade precisa ser reconhecida, sua memória, preservada.” (2003, p.206)

Enfim, o movimento sabe muito bem o que significa a pertença na construção da sua identidade e na identidade de um Sem Terra. Significa muito mais do que autoestima, ou simplesmente crer em algo, significa se constituir sujeito de um movimento, um sujeito social. Ao mesmo tempo, nesses diversos aspectos, percebi algo comum, que é a contradição, a qual perpassa todas as categorias trabalhadas neste texto, e não poderia ser diferente nem ausente na formação da idosa Maria, porque somos contraditórios como humanos.

A contradição

A contradição foi uma palavra que apareceu muito em minha pesquisa de campo, mas é um desafio compreender o seu significado. Em muitos momentos, foi motivo de dúvida, pois é algo que não está explícito nas falas de Maria. Isso ocorreu nas observações, e resolvi investigar e tentar compreender melhor.

Tanto em minhas anotações no diário, quanto nas entrevistas, como nas falas, no geral, percebi essa contradição, e resolvi buscar o que, de fato, é essa palavra:

Existem aspectos da realidade humana que não podem ser compreendidos isoladamente [...] Não podemos dizer que tal objeto é redondo e é quadrado. Mas devemos dizer que o mais só se define com o menos. [...] As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam

unidades contraditórias. Em tais unidades a contradição é essencial. [...] A contradição é o reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. (KONDER, 1981, p 48-49)

Agora sim, gostaria de expor aqui o que me pareceu algumas contradições:

Me fala que nunca teve depressão. Mas investigo e ela mesmo me conta que após a morte de seu companheiro os médicos lhe receitaram remédios de taja preta e que pôs no lixo e tomou somente chá.[...] Me fala que vai construir uma casa, ao mesmo tempo que acha que vai voltar a morar em Ronda Alta. [...] Me fala que é alegre, mas percebo em seu olhar tristeza. (Diário de campo, abril, 2004)

Foi por isso que resolvi colocar essa questão como uma categoria, pois pretendo compreender, de fato, o que está em suas falas, como por exemplo: “Todo o tempo me fala da vontade de participar, mas ao mesmo tempo em suas falas ela espera que alguém a convide.” (Diário de campo, abril, 2004).

Então para compreender o que perpassa essas relações, percebo que precisarei estudar mais esta questão que aqui foi apenas um começo, porém tenho o desafio de compreender o que é mesmo essa contradição e como isto se faz presente na vida de Maria e no sujeito idoso, que na verdade está muito presente em todos nós.

É necessário entender a contradição como uma das categorias-chave de compreensão da realidade e do ser humano. Isso parece-me fundamental para apreender melhor os sujeitos e seus processos de formação.

É muito importante estudar essa contradição e as várias dimensões em que essa se revela na idosa Maria. Aqui poderia trazer a reflexão da contradição entre a sua independência *versus* dependência. Contradição posta na sua relação com a família. O que quero dizer com isso? Justamente, refletir sobre o cuidado que seus familiares têm para com ela e sobre como, em alguns momentos, isso a incomoda, assim como, em outros, ela faz disso uma situação que a fortalece. O quão conflituosa é essa relação cheia de dualidades e, ao mesmo tempo, muito prazerosa e enriquecedora.

A relação com a família

A relação da mulher e do homem idoso com a família, em muitos com frequência, apresenta-se difícil e conflituosa, pois, geralmente, se chocam as culturas, visões e concepções de mundo e de ser humano que cada geração carrega. Ou, então, o sujeito idoso/a é aquele que une a família, e parece que é só ele morrer que esse vínculo se corta. É como se ele fosse o esteio, a viga de sustentação.

Essa é uma realidade muito distinta, pois envolve não só esses casos, mas também casos de abandono, de negligência dos próprios familiares, de aproveitamento. Porém, existem outras realidades, onde os sujeitos idosos conseguem, através de sua vivência, desenvolver um processo de educação e de valores humanistas, mesmo dentro de uma sociedade capitalista. São legítimos educadores e formadores de seres humanos.



No caso de Maria, pude perceber que à sua volta estão seus filhos e filhas, netos e bisnetos. Ela é matriarcal, todos lhe pedem conselhos e dividem seus problemas e alegrias. Isso esteve bem presente em minhas observações. Seus filhos sempre estão por perto, e, em todos os momentos, sempre vem alguém, seja uma filha, uma nora ou os netos (as). Eles buscam, sempre de forma carinhosa, fazer não só os trabalhos de casa ou da lavoura, como também alguns negócios. Mas, ao mesmo tempo, permeiam relações que não ficam explícitas, como, por exemplo, algumas inquietações que percebi na Sem Terra, tanto em relação aos filhos/as como também em relação ao seu jeito de ser com seus familiares.

Para as mulheres que hoje têm mais de 60 anos, a família foi quase sempre o ponto de referência principal. [...] e a velhice é uma continuação desse predomínio doméstico, privado, porém do aspecto de centro de decisão que em outro momento prevaleceu. [...] Philippe Ariès mostra inicialmente como, na burguesia e na nobreza, nos séculos XIX e XX, a mulher como mãe, passa a ocupar o lugar de cento da família, antes atribuído ao pai. Uma das razões dessa mudança é a substituição da função econômica pela função educadora da mulher. Essa nova função dá a mulher um papel preponderante na família. (BARROS, 1981, p. 150)

Algumas das falas de Maria me chamaram a atenção, como esta: “[...]Prefiro morar sozinha ter minhas coisas.”

Ou conforme meu diário de campo: “[...] Observando percebo que são os filhos e filhas que fazem muitas das coisas para ela, inclusive os negócios.” (Diário de campo, abril, 2004)

Quando olho para esses escritos me faço inúmeras perguntas: será que é ou não o que ela realmente quer? Ou então: Até que ponto essa influência contribui para ajudá-la a enraizar-se nesse novo local? Essa ajuda contribui para que se estabeleçam novas relações sociais em suas vivências?

Então, reflito o que está por trás no que perpassa essas relações da Sem Terra com a família. Penso em algumas hipóteses, que vão desde sentir-se velha, ou incapaz, até se sentir a mais jovem. Qual, de fato, é a concepção que está por trás? Será que não é essa perda desses papéis sociais que tantos autores colocam? Por isso, é importante compreender o que está por trás dessas relações. Como se forjam? Qual a concepção que seus familiares têm em relação ao envelhecimento? O que eles pensam em relação à sua história de vida?

CONSTATAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES, SAUDADES E DESAFIOS QUE PERMANECEM

Após este estudo, que foi um grande desafio compreender não só a idosa Maria, mas entender um pouco mais sobre os sujeitos humanos, cheguei a algumas constatações, contribuições, saudades e desafios que permanecem.

Em primeiro lugar, começaria dizendo que esse assunto é um desafio para qualquer pesquisador, pois mexe com uma série de questões polêmicas, que vai desde a concepção de mundo que carregamos, os valores que nos norteiam e as nossas relações sociais, inclusive com o ser humano em suas diferentes fases, em especial, aqui, a relação com o envelhecimento e com o idoso. Também, por estudar um tema que dentro do movimento social é novo e, de certa forma, ainda precisa ser muito aprofundado e pesquisado.

Nesse momento da pesquisa, tive a chance de perceber um dos grandes equívocos que junto com a sociedade construímos, pois no caso do sujeito de minha pesquisa, e nos demais idosos da sociedade em geral, a sexualidade faz parte de sua vida, no entanto, percebe-se que há muito preconceito, como, por exemplo, as inúmeras piadas que existem nesse aspecto em relação aos idosos. Mas a sexualidade é uma das partes fundamentais na vida de qualquer ser humano, a não ser que esse faça uma opção de castidade. Mesmo assim, todo ser humano tem uma sexualidade.

Gostaria de refletir aqui sobre como a sociedade coloca a sexualidade da mulher idosa, mostrando a mesma como algo vergonhoso ou dando uma conotação de seres assexuados. Isso acontece no caso de Maria, que está viúva, que em diálogo comigo coloca que é uma mulher muito viva, com muitas vontades, que a família não consegue ver ou prefere não enxergar, justamente por essa idéia a que me referi. A questão da sexualidade da mulher idosa é um tema bastante pertinente na realidade atual, haja vista o grande contingente populacional de idosos na sociedade brasileira e mundial, bem como o entendimento de que são seres dotados de sexualidade, tema que não pode e não deverá ser negligenciado por debates mais aprofundados.

Além da questão descrita acima, existe outra coisa que observei e que gostaria de trazer presente aqui, que é a relação de “falarmos bem dos idosos e convivemos mal com eles.” O que quero dizer com essa frase? Ela está inserida no contexto do conflito de gerações, principalmente na relação da idosa com suas netas/os e filhas/os. Esse conflito não acontece só na velhice, porém nessa fase é mais acentuado, pois, nesse caso, os idosos vivenciam o conflito no dia-a-dia.

Acredito que as principais contribuições são justamente essas reflexões em relação aos idosos/as e ao MST. É importante destacar e perceber que no movimento, quando se fala ou se pensa em projeto social, o sujeito idoso/a aparece incluído na concepção socialista de novo homem e nova mulher, pois o MST, quando trabalha com os sujeitos humanos pensa nas suas diferentes fases da vida.

Nesse processo, precisamos avançar na compreensão do sujeito idoso. Por que escrevo sobre isso? No próprio movimento, o debate sobre o papel do MST na organização dos idosos é incipiente. Com isso, demonstro que, apesar de todas as discussões, apenas agora a organização dá-se conta dessa importância. Este trabalho reveste-se de uma intenção provocativa, de pensar no envelhecimento e nas idosas/os e, principalmente, trazer mais presente suas experiências de vida. Não afirmo que no MST faça-se essa exclusão do idoso, pelo contrário, apenas que o movimento está inserido em uma sociedade capitalista, onde se construiu toda uma visão de idoso, sobre produção e



sobre o ser humano como mercadoria, e, então, isso perpassa as nossas relações no dia-a-dia. Ainda que a sociedade seja para todos, infelizmente, a nossa matriz é capitalista, e, sendo assim, essas práticas acabam por se reproduzir no meio social.

Precisamos nos desafiar a entender o que é o envelhecer, o seu significado dentro da organização, e quais as relações que isso acarreta no sujeito que vive bem ou mal essa fase. Perceber isso como processo que pertence ao ser humano. Compreender a importância da memória. E, com isso, aproveitar o acúmulo de experiência que os idosos têm, com relação à história, à cultura, à relação com a terra e com a natureza. Trazer isso para dentro do movimento social. Aprender a cultivar a história e a cultura como ferramentas de resistência contra a realidade atual.

Penso que uma das saudades que permanecem é a relação do convívio que se estabelece com Maria, essa mulher que envelhece e deixa para seus familiares e a mim exemplos de vida. Com isso, moldou-se bem mais do que um trabalho, mas, acima de tudo, uma grande paixão por com aquilo que se construía: algo misturado com teoria, realidade, sentimentos, provocando em quem o produzia uma série de reflexões.

Enfim, fica uma enorme saudade, pois tudo acontece com seu determinado movimento. Agora, cabe a mim, beber a cada momento da vida, um golinho desse processo que é envelhecer, bem como Rubens Alves poetiza:

[...] velhice não é isso que acontece quando as marcas do tempo enrugam a superfície do corpo. Velhice é algo que vai crescendo por dentro, do mesmo jeito que do jardim cresce uma flor. Toda saudade é uma espécie de velhice. (...) Isto explica que haja jovens e mesmo crianças que, tenha vivido só um punhadinho de anos, já são velhos. É que a saudade pode aflorar já nas manhãs. Percebi, então, que a velhice não era coisa nova. Ela tinha morado sempre comigo. (...) Eu bebia um golinho de velhice todo o dia. E minhas manhãs já eram tardes. Eu tinha saudade sempre, mesmo sem saber por quê. (ALVES, 1995, p.61-63)

Hoje, a partir da experiência, posso afirmar que faço uma releitura sobre o que pensava ser envelhecer, e com este trabalho consegui perder o medo dessa realidade. Já posso perceber o que isso significa para a minha formação, tanto de vida como principalmente de consciência, e, agora, minha tarefa é transmitir essa riqueza para o MST, para que mais pessoas possam aprender, com essa experiência, a viver o seu envelhecimento de forma menos conflitiva e com sabedoria, trabalhando a sua realidade para que essa seja um meio de cada um e cada uma se conhecer mais para, assim, modificá-la, se preciso for.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *Sobre o tempo e a eternidade*. Campinas: Papyrus, 1995.
- BARROS, Miriam Moraes Lins de. *Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice, Memória e velhice: do lugar de lembrança, Chegando a velhice, entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso e terceira idade*. In: ____ *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1.
- BOGO, Ademar. *O MST e a cultura*. Caderno de formação, nº 34 outubro de 2002.
- BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira, temas e situações*. 4ª ed. São Paulo: Série Fundamentos, 2002.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CALDART, Roseli Salete. *Escola é mais que escola...pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (Orgs.). *Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores*. Brasília: Pronera/Nead, 2006.
- CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, Elizabete Viana de et al (Org). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p.58 – 71.
- DEBERT, Guita Grin. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil e a construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e Etnia. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1999. p.12-41.
- DOLL, Johannes. Luto e viuvez na velhice. In: FREITAS, Elizabete Viana de. et. al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p.999 -1113.
- GOLDSTEIN, L. Lucila.; SOMMERHALDER, Cinara. Religiosidade, espiritualidade e o significado existencial na vida adulta e velhice. In: FREITAS, Elizabete Viana de. et. al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 950 – 956.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense: 1981. (Coleção 23, Primeiros Passos).



_____. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MELUCCI, Alberto. *Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento - entrevista a Leonardo Vritzer e Timo Lyra*. Novos Estudos Cebrap, nº 40. São Paulo : Cebrap, 1994. p.152-166.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; JR Coimbra; Carlos E. (Org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MST. *Alfabetização de jovens e adultos: sempre é tempo de aprender*. Caderno de educação. nº 11, novembro. São Paulo: 2003.

NERI, Anita Liberalesso. Desenvolvimento do adulto e religiosidade: uma questão de Fé. In: _____. *Qualidade de vida e idade madura*. São Paulo: Papyrus, 1993. (Coleção vivacidade).

SCHON, Carmine Regina; PARMA, Lúcia Saccomori. Conversando com Nara Rodrigues sobre gerontologia social. In RODRIGUES, Nara. *Algumas considerações sobre o envelhecimento no meio rural na região sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2000.

VIDAL, Sandra Susigan. *Afetividade e prática docente com idosos*. Holambra: 2005.



LUTA, SOBREVIVÊNCIA E COTIDIANO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE TIJUAÇU - BA¹

CARMÉLIA
APARECIDA
SILVA
MIRANDA

Resumo: A presente investigação centra-se no estudo das experiências históricas das mulheres da comunidade negra rural do distrito de Tijuaçu, localizado no município de Senhor do Bonfim, norte do Estado da Bahia - Brasil. A visibilidade política, social e econômica, conquistada por essas mulheres, mantém-se através de outras e de seus diferentes papéis. Os depoentes atribuem a fundação da comunidade a Mariinha Rodrigues – uma negra fugida do Recôncavo Baiano – que, no início do século XIX, refugiou-se na região, criando estratégias de ocupação naquele território. Esta é a primeira entre outras que tem se destacado nesse perímetro quilombola. No processo de investigação discutiu-se sobre o papel desempenhado pelas mulheres, a razão de algumas delas haver conquistado o espaço da liderança. Essas artesãs, vendedoras de iguarias, domésticas, roceiras, lavadeiras, percussionistas, sambistas e lavradoras, trabalham e lutam pela sua sobrevivência e de sua família. Mulheres afro-brasileiras, pobres que no seu cotidiano resguardam traços da sua cultura e encaram o dia-a-dia com otimismo e esperança. A oralidade constituiu nossa fonte principal. Através dela pôde-se entender as diversas experiências vivenciadas por essas moradoras da comunidade negra rural de Tijuaçu. As lembranças sobre a ocupação do território e sobre os primeiros moradores estão presentes na fala dos mais velhos integrantes da comunidade quilombola, permitindo o mapeamento das experiências históricas acumuladas.

Palavras-chave: história; oralidade; memória; mulheres; experiências históricas.

1. Texto parcial da minha tese de doutorado, intitulada Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuaçu - BA, defendida em 28/06/06, no Programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação da professora doutora Yvone Dias Avelino.



Sobreviver, nas duras condições do dia-a-dia, parecia tarefa insana, que se realizava através de contatos mágicos e com intervenções sobrenaturais. Opunham-se metáforas da fome e imagens de luta pela sobrevivência nas figuras das velhas senhoras mandonas: o seu vulto esquálido, pescando no rio de águas vazias; como assombrações, em caminhos ermos, debruçadas sobre os feixes de lenha, que faziam e desfaziam, num encantamento compulsivo e fatal; velhinhos que tiravam água do poço com uma corda arreventada.²

A citação de Bosi referencia também as experiências cotidianas das mulheres residentes em Tijuacu, que, para sobreviver, enfrentam uma luta diária, principalmente no campo do trabalho. Para isso elas desempenham as tarefas de casa, da roça e da rua. Ocupam diferentes espaços, na ânsia pela sua sobrevivência e da sua família. Enfrentam o sol, a chuva e o sereno, se for preciso.

Em diferentes espaços e épocas, vários estudos têm apontado a mulher em distintos papéis, sejam os inerentes à “natureza feminina” – como a maternidade -, ou determinados pelo momento histórico, econômico, político e social. A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade das experiências históricas do seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado por meio da reconstrução global das relações sociais como um todo.³

Nas últimas décadas, a historiografia tem favorecido uma história social das mulheres que tem possibilitado diferentes pesquisas nesse campo, segundo Dias,⁴ “novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microssocial do cotidiano.”

Em Tijuacu,⁵ os caminhos trilhados por mulheres que viveram e outras que vivem no referido território têm marcado a história, a memória, a identidade e o cotidiano dessa comunidade negra rural. As experiências vivenciadas e a luta que estas têm travado pela sua sobrevivência e dos seus familiares mostram a força e a coragem para enfrentar as dificuldades cotidianas. Devido a essa postura, essas mulheres conquistaram visibilidade em diferentes setores dessa comunidade negra rural. Os homens também se fazem presentes em diferentes setores, assumindo e mobilizando a população em prol da conscientização dos seus direitos, mas o que nos chama mais atenção é a forma como essas mulheres têm se destacado, sobressaindo e não permanecendo no anonimato. Elas estão, juntamente com os homens, disputando espaço e participando de

2. BOSI, Ecléa. In: DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 8. A referida obra discute a reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo. Parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado por meio da reconstrução global das relações sociais como um todo.

3. DIAS, *op. cit.*, p. 13.

4. DIAS, *op. cit.*, p. 14.

5. Comunidade quilombola que pertence ao município de Senhor do Bonfim, localizado ao norte do Estado da Bahia – Brasil.

diferentes tarefas. Como exemplo, a participação da mulher na Associação Quilombola, que tem como presidente um homem - Antônio Marcos, mas os cargos de vice-presidência, tesouraria e primeira secretária são exercidos pelas mulheres. Percebemos então, que há um patriarcado ainda existente, mas a participação feminina é marcante. As mulheres dessa comunidade têm empreendido uma luta diária que tem como objetivo principal o bem-estar de sua família e da comunidade e a conquista do seu espaço, como mulher e cidadã. Os interesses do patriarcado em manter a mulher distante do patrimônio e numa relação hierárquica inferior, imputando-lhe a atribuição de prestar serviço social gratuito de importante relevância para sociedade pensada para o homem, não tem vingado em Tijuacu. Talvez pela própria história dessa comunidade, a mulher tem ido à luta e conquistado o seu espaço.

Ao pesquisarmos sobre a história do distrito, percebemos que a figura feminina sempre se fez presente desde os primeiros momentos do território, quando Mariinha Rodrigues – considerada a fundadora do território - desbravou as matas de Tijuacu, criando perspectivas de sobrevivência, fazendo desse espaço a sua paragem e criando laços familiares e de solidariedade.

Nessa tradição feminina, as mulheres aparecem e deixam suas marcas, constituindo o principal foco como personagens das tramas locais. Constituiu-se pela memória e oralidade a trajetória de uma comunidade que teve suas origens marcadas pela compleição de um matriarcado, em contraponto ao patriarcado da tradição. Assim, elas estão visíveis, destacando-se em setores como a educação, a religião, as manifestações culturais, a gestão pública e política e no comércio, conquistando um espaço expressivo e consolidando-o cada vez mais.

Pela falta de oportunidade de freqüentar escola, poucos são os membros da população que sabem ler. Dessa forma, temos, novamente, a oralidade como foco principal e é através desta, que os ensinamentos são passados. Desde muito pequenos seus habitantes aprendem com os mais velhos as relações de trabalho, as regras de comportamento, os afazeres domésticos e as ações cotidianas. Os mais velhos passam para os mais novos seus ensinamentos, que aprenderam, por sua vez, com seus pais e seus avós. Esta constitui a dinâmica da aprendizagem dentro da comunidade negra rural de Tijuacu. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores.”⁶

São vários os papéis assumidos por essas mulheres, percorrendo caminhos que passam da cozinha à rua; da roça à igreja; de mãe a provedora do lar, a fundadora da comunidade, como Mariinha Rodrigues. A partir dessa representação feminina, outras moradoras vão se destacando nas atividades religiosas, inclusive assumindo papéis de liderança a exemplo de Detinha,⁷ que organiza as atividades da Igreja Católica, principalmente nos preparativos da Festa de São Benedito; Ilca dos Santos, líder da comunidade, atualmente vice-presidente da Associação dos Quilombolas e Adjacências de Tijuacu;

6. BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 198.

7. Detinha é líder da Igreja Católica. Sob sua responsabilidade está a organização da igreja e os eventos que acontecem nesta como: o coral e a procissão; é, também, agricultora, lavadeira, além de desempenhar atividades domésticas no município de Senhor do Bonfim.



Dalva, líder da comunidade da Fazenda Alto;⁸ Anísia, exímia contadora de histórias, que relatou com perspicácia a trajetória da comunidade; Marinalva Santos da Silva (mais conhecida como Dinha), percussionista do Samba de Lata,⁹ Genoveva, a iniciadora, já falecida e Joana, sua filha, sambista que encanta a todos com seus passos leves e graciosos. Esses papéis trazem no seu bojo resquícios da cultura africana, na qual, a ordem familiar matrilinear, embora matizada conforme a região entregava-se a casa da família ao controle total da mulher, o que viria explicar a predominância dessas mulheres em Tijucaçu. Assim, as mulheres tijucaçenses em seus diferentes papéis quebraram o isolamento do lar e passaram a participar do espaço público que há muito estava destinado à condição masculina.

A intenção do referido artigo é discutir sobre o cotidiano, as vivências e funções que essas mulheres desempenharam e desempenham dentro desse território. Seus depoimentos constituem o mais verídico testemunho do passado e do presente. Essas artesãs, vendedoras de iguarias, domésticas, roceiras, lavadeiras, percussionistas, sambistas, lavradoras “têm astúcia de camaleão, de pequenos bichos, que não pretendem vencer, pois já foram vencidos,”¹⁰ mas viver e lutar pela sua sobrevivência, encarando o seu dia-a-dia com otimismo e esperança de dias melhores. Com serenidade, esse grupo feminino mantém o equilíbrio de sua casa, da sua família e das vivências do cotidiano. Elas têm consciência de suas dificuldades diárias, mas não se desesperam jamais, seguem em frente, pois todo dia é um recomeço.

As dificuldades enfrentadas tornam-se evidentes quando elas percebem que suas reivindicações não são atendidas ou quando as oportunidades de emprego, de qualidade de vida são barradas pela falta de instrução oficial. Experientes da negação dos seus direitos de cidadãs, elas respondem através da mobilização e organização da Associação Quilombola, buscando o respeito e a fruição dos seus direitos como mulher e cidadã. Vivem atribuladas de diferentes funções, pois trabalham em casa e na rua, pois o homem, de modo geral, ainda continua ausente na divisão das tarefas domésticas. Por não terem conquistado a equidade de gênero na esfera privada, ou seja, a participação do masculino nas tarefas da casa, essas mulheres assumiram uma carga de trabalho no espaço público semelhante ou mais exaustiva do que a do trabalhador masculino, e no âmbito privado cabendo-lhe responsabilidade de limpeza, organização e administração da casa, preparo da alimentação, do cuidado dos filhos e sua educação informal, cuidado dos velhos da família, da saúde dos familiares e da reprodução biológica e física da força do trabalho.¹¹ Essa exploração das múltiplas jornadas de trabalho desempenhada pela mulher se constrói no fato de que, mesmo se sacrificando para conciliar as várias tarefas cotidianas, essa trabalhadora descobre na esfera pública o caminho da sociabilidade, possibilitada pelo trabalho coletivo que lhe permite desconstruir preconceitos

8. Povoado próximo a Tijucaçu que segundo a memória social, foi nesse território que tudo começou. Nessa localidade, residiu Mariinha Rodrigues e segundo os depoentes o Samba de Lata teve início.

9. Modalidade de samba tradicional que toma o seu nome do emprego desse utensílio – a lata de zinco, como instrumento de percussão.

10. BOSI, Ecléa. In: DIAS, *op. cit.*, p. 8.

11. BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo: Vértice, 1990.

secularmente designados ao ser mulher, negra, pobre e moradora da zona rural e substituí-los por suas reais qualidades. Dessa forma, no espaço da sociabilidade do trabalho, ela toma ciência de que pode gerenciar a própria vida, pode exercer a chefia da família e, através do convívio coletivo, livra-se da timidez, aprende a sorrir e a criar sonhos.¹²

Nessa perspectiva, de ida e volta, buscando lembranças no fundo da memória, os depoentes destrincham sua história e narram episódios do passado e do presente, permitindo perceber as tramas dessa memória. Para Lowental: “Pela memória constituímos nosso passado: recoletamos cenas, reconformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, confirmamos termos experimentando um dado passado”.¹³ Assim, a memória escava o passado e deixa transparecer aqui e “acolá” sutis cores de um tempo não presente.

A oralidade por sua vez, através das histórias narradas, dá sustentação às lembranças que estão armazenadas na memória dos depoentes. Assim, os entrevistados narram suas experiências cotidianas:

A maioria desse povo mais velho está aposentado, mesmo assim, as coisas não andam bem, continuam ruim. As pessoas mais jovens, que têm menos de 50 anos estão sofrendo muito. Coitadinhos! Catam ouricuri,¹⁴ maracujá e seguem para Bonfim para vender esses produtos. Retornam à tarde para casa, depois que já tomaram alguns goles de pinga (risos).

Sei que tenho muita experiência de vida, criei meus filhos graças a Deus. Os moradores mais velhos daqui do Alto me ajudaram a criá-los. Eu costurava muito, costurei durante 20 anos, e, sempre contei com a ajuda desses moradores. (Entrevista realizada pela autora com Dalva Odilon Santana, em 11 de janeiro de 2002, em sua residência na Fazenda Alto Bonito).

Todavia, o olhar de Dalva volta-se sobre o ontem e as relações que eram travadas na comunidade: de solidariedade, compadrio e ajuda mútua, tão comum nas comunidades rurais. Ela fala como mãe, como trabalhadora, como mulher que atua. “O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória, esta por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência.”¹⁵

Na relação entre história e memória há significados entre as experiências do passado e as vivências do presente. As lembranças constituem a mola mestra na construção de uma história através da oralidade, dando sentido às experiências.

Na luta cotidiana em prol da sobrevivência da sua família, as mulheres de Tijaçu, em sua maioria, dirigem-se à cidade de Senhor do Bonfim para vender os produtos que

12. FISCHER, Isaura R. *A trabalhadora rural: conscientização na empresa agrícola moderna*. Recife: Administração rural e comunicação rural, Universidade Federal de Pernambuco, 1997. Dissertação.

13. LOWENTAL, apud PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. Projeto História, n. 17. São Paulo: EDUC, 1998. p.205.

14. Planta típica da região Nordeste, da família das palmeiras, conhecida popularmente por licuri.

15. AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História oral*. Revista de História, v. 14. São Paulo: UNESP, 1995. p. 131.



colhem e o artesanato que produzem. São quase anônimas no espaço da cidade, improvisam a própria sobrevivência. A improvisação, no seu dia-a-dia, envolvia e envolve uma contínua troca de informações, bate-papos, sociabilidade e toda uma rede de conhecimentos e favores pessoais, proteção, compadrio, concubinato, que intercede por elas e que elas sabem avivar e pôr em uso.

Essas mulheres não são refratárias ao trabalho, enfrentam-no com muita coragem para poder garantir a sobrevivência de suas famílias. Quando há chuva, vão para roça, plantam, colhem e vendem na feira livre e nas esquinas de Senhor do Bonfim. Quando a chuva não vem, trabalham no artesanato, como domésticas, na lavagem de roupas ou em qualquer outro tipo de trabalho que possibilite ganhar algum dinheiro. Quando chega a época de estiagem, quando a roça não produz, os homens geralmente são obrigados a sair do distrito e dirigem-se a outros municípios em busca de trabalho, principalmente na região de Juazeiro e Petrolina.¹⁶ Os que permanecem, trabalham nas fazendas da região, outros laboram como ajudantes de pedreiro ou outro tipo de trabalho.

Já se configura como tradição na feira de Senhor do Bonfim, a venda de produtos oriundos das pequenas roças de Tijuaçu e povoados vizinhos. Na roça, trabalham mulheres, homens e toda a família, negociando diferentes produtos e esperançosos por um ano de boa safra. É através dessas vendas que seus moradores conseguem alimentar sua família. Homens e mulheres disputam o mercado de vendas, negociando tudo o que conseguem de suas roças, de frutas a folhas medicinais. Apesar do significado econômico da feira, não podemos ignorar a sua importância na vida cultural desses vendedores.¹⁷ É nesse espaço que várias experiências são vivenciadas, a feira é o ponto de encontro, de venda, de diversão, de troca, de namoro e de lazer.

No Brasil do século XIX, como discute Wissenbach,¹⁸ e Reis,¹⁹ entre outros, o espaço das ruas estabelecia o esteio dos relacionamentos sociais experimentados pelos trabalhadores negros, constituindo a principal dimensão de sua interação com os demais grupos da sociedade e com o poder político da cidade, numa escala de proximidade bastante intensa. Assim, se no cenário citadino a visibilidade dos mesmos grupos, particularmente o do escravo, comprova o desfrutar da liberdade de ir e vir. A existência de margens amplas de sociabilidade delineia também, uma série de contrapartidas às quais, nessas circunstâncias, estavam sujeitos. Senhores das ruas, escravos e libertos enfrentavam a atuação das rondas e das sentinelas dos chafarizes, conviviam com a intervenção dos agentes da ordem pública em suas questões internas, como também, eram facilmente identificados pelos testemunhos de seus delitos.

A rua constitui o espaço do trabalho e do “ganha pão.” É nesse espaço que as relações mercantis são concretizadas por esses habitantes, nesses locais são instalados elos e códigos de convivência. Chegam pela manhã, carregados de cestos com milho,

16. Região de agricultura de exportação, localizada à margem do Rio São Francisco-BA.

17. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 294. O referido autor esclarece que o significado econômico da feira típica do século XVIII parece ainda ser grande – os arrendamentos anuais, as feiras de gado e de cavalos, a venda de produtos variados – não podemos ignorar a sua importância na vida cultural dos pobres.

18. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 187.

19. REIS, João José. *A greve negra de 1857 na Bahia*. Revista USP, n. 18. São Paulo: Edusp, 1993. p. 8-29.

massa de acarajé e outros utensílios e distribuem pelo centro da cidade, próximo aos bancos e ao comércio. À tarde, juntam o que sobrou e retornam a Tijuacu. Esse vaivém marca a dura luta travada por homens e mulheres que batalham não só pela sobrevivência individual como também familiar. Percorrem o espaço da cidade, que contrasta com o espaço de Tijuacu - casas pequenas, humildes, com pouco ou nenhum conforto. Roceiras e vendedoras perambulam continuamente sob as vistas das autoridades locais e sobrevivem da venda dos seus produtos. “Tem muita coisa que a gente planta e vende, é gergelim, é milho, é fruta, é verdura, a gente planta depois colhe e vai vender em Bonfim.” (Entrevista realizada pela autora com Maria Vítor, em 11 de janeiro de 2002, em sua residência em Tijuacu).

Mott²⁰ chama atenção sobre o comércio no período colonial, afirmando que o comércio urbano ambulante, a varejo, de alimentos e pequenos objetos era de domínio feminino e negro. Impedia-se que homens comercializassem com “doces, bolos, alféola, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite, marisco, alho, pomada, polvilhos, hóstias, obréias, mexas, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados”.

A tradição de mercancia vivenciada pelas mulheres de Tijuacu remonta um costume da época colonial, *ganhadeiras*²¹ negras se dedicavam principalmente a mercadejar diversos gêneros secos e molhados, segundo Reis:²² “E lá iam as vendedoras de mingau, aberêm, acaçá, caruru, vatapá e outras delícias. E conversavam sobre fatos da terra”. O espaço público era ocupado por ganhadores e ganhadeiras, escravos libertos que disputavam esse espaço para vender seus produtos. Os senhores e senhoras de escravos ganhavam com esse comércio, pois parte do dinheiro adquirido por esses escravos era entregue ao seu senhor. As mulheres brancas, mesmo pobres, possuíam alguns escravos de ganho, que vendiam produtos pelas ruas dos povoados ou cidades da Colônia.

O comércio exercido pelas mulheres negras, livres e libertas, dava certa autonomia. Muitas vezes, com o dinheiro adquirido com a venda de seus quitutes, compravam alforria de seus filhos ou de algum parente. Algumas negras transformaram-se em exímias comerciantes, inseriram-se em associações de brancos e ocupavam cargos administrativos nas mesas diretoras das confrarias. Tal posição demonstrava importância social e, mesmo quando entre iguais, demonstrava ascendência no seio da comunidade.²³

Algumas mulheres negras, durante o período colonial, conseguiram constituir fortuna vendendo seus produtos na rua. Amas-de-leite, domésticas, vendedoras, usuárias, prostitutas, ladras, parteiras, feiticeiras e mais uma gama de atividades foram desempenhadas pelas mulheres que conseguiram acumular pecúlio e usaram de artimanhas para conseguir sua liberdade.

20. MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 24.

21. Ganhadores e *ganhadeiras* dividiam a soberania das ruas. Apesar de não participarem dos cantos, uma instituição masculina, as mulheres faziam parte da rede mais ampla de trabalhadores africanos urbanos. Cf. REIS, op., cit., p.25.

22. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês*. (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 14.

23. Sobre a prosperidade de algumas mulheres forras no século XVIII e que conseguiram ascender na camada social. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte. In: JANCÓS, István; KANTOR, Íris (Org.). *Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.



A possibilidade de mulheres escravas adquirirem bens parece se confirmar em Tijuacu, em relação à figura de Mariinha Rodrigues. Na memória de seus habitantes esta aparece como uma mulher que trabalhou demasiadamente e que conseguiu riquezas, deixando uma extensa terra para seus descendentes.

Nessa perspectiva do imaginário social sobre possibilidades e prosperidades de mulheres negras, Mariinha Rodrigues é um exemplo dessa realidade. Ela se faz presente como administradora e detentora de certo patrimônio material. Mas não foi somente nesse aspecto que essa mulher conseguiu sobressair. Parece ter chamado para si as responsabilidades políticas, organizacionais e econômicas da comunidade. Assim, os depoentes falam sobre o espírito empreendedor de Mariinha Rodrigues, considerada uma mulher próspera, estrategista que ocupou as terras de Tijuacu:

Como naquela época aqui era só mato fechado, Mariinha Rodrigues foi uma mulher que teve muitos filhos, estes posteriormente ocuparam os diferentes espaços de Tijuacu. Nessas terras, os filhos de Mariinha Rodrigues plantaram suas roças e construíram suas casas que hoje se transformaram em povoados e vilas, como Barreiras, Macaco, Quebra Facão e outros. (Fala de Valmir dos Santos, entrevista realizada pela autora em 22 de outubro de 2000, na residência de Ilca, em Tijuacu).

As histórias narradas pelos mais velhos, contam que Mariinha Rodrigues foi a primeira pessoa que veio residir aqui em Tijuacu. Dizem que se tornou fazendeira, mas continuou residindo em casa coberta por palha (risos). Fazendeira de gado, ela tinha muito gado. (Entrevista realizada pela autora com Bernardina, em 8 de abril de 2001, em sua residência em Tijuacu).

A visibilidade política, social e econômica, conquistada por Mariinha Rodrigues, mantém-se através de outras mulheres e de seus diferentes papéis. Com a simplicidade que lhes é inerente, somada à humildade, as mulheres da comunidade negra rural de Tijuacu têm conseguido muitas conquistas, possibilitando uma melhoria da vida familiar. “São as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida e não absolutamente como autômatos, mas criando elas mesmas, o movimento da história.”²⁴

Na perspectiva de direcionar o olhar sobre essas mulheres e seus papéis, pesquisamos suas atividades no tempo e no espaço. Como essas relações vêm sendo construídas ao longo do tempo e como essas mulheres têm conquistado diferentes espaços. Nas lembranças, o espaço localiza o tempo. Outros questionamentos são referentes à identidade dessas mulheres e suas conquistas.

HERÓINA DA VIDA, PERCUSSIONISTA DA ALEGRIA — MARINALVA SILVA SANTOS

A primeira mulher a ser apresentada no rol das que se destacam em Tijuacu pelas diferentes funções que exerce é a percussionista Marinalva Santos da Silva, conhecida

24. Cf. PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 187.

por Dinha. Tem 46 anos de idade e na luta pela sobrevivência assume diferentes papéis, a exemplo de merendeira, (prepara a merenda da escola do povoado Quebra Facão), lavradora e vendedora de milho assado. Reside numa pequena casa no povoado de Quebra Facão, localizado a cerca de um quilômetro de Tijuacu. Mulher forte, tanto física quanto interiormente, traz nas mãos e na pele as marcas do trabalho árduo da roça e do sol escaldante do sertão. A vida dura e recheada de dificuldades não conseguiu abater sua alegria e felicidade. Essa postura ficou evidente e não passou despercebida nos vários encontros que tivemos com a mesma – a pesquisadora durante o trabalho de campo. Nesses eventos, mostrou-se muito feliz e satisfeita com a sua vivência cotidiana. Despreocupada de qualquer ambição, traz em seu interior a alegria e a descontração.

No Samba de Lata, Marinalva é uma das mais alegres do grupo. Bem disposta, está sempre com coragem para bater lata e dar início ao samba. Percussionista dessa manifestação cultural desde os oito anos de idade, marca a cadência do samba batendo com as mãos a lata de zinco (*Foto 1*). Mãos calejadas da roça, mãos que mexem a terra, que desembalam o milho, que preparam a merenda e que dão ritmo ao Samba de Lata. Com a sua voz aguda, a percussionista puxa os versos e contagia a todos com sua alegria. Uma das músicas mais cantadas pelo grupo chama-se “Tatu verdadeiro.” Quando o grupo do Samba de Lata entoia esses versos animação é indescritível:

Tatu verdadeiro

Fui ao mato caçar

Com o meu cachorro perdigueiro

Cachorro latiu (falou) acuado

Em cima do formigueiro.

Marchei pra lá era um tatu,

Tatu, tatu verdadeiro.

Matei tatu e dei tatu

Mandei pro Rio de Janeiro

Está com setenta e cinco anos senhor (a) fulano (a)

E ainda tem tatu no fumeiro!

Enveredar pelo mato, caçar tatu com cachorro perdigueiro e se alimentar da caça faz parte do cotidiano de alguns habitantes de Tijuacu. Quem é o cachorro perdigueiro? Aquele que acompanha o caçador nas suas aventuras, levando-o até sua presa, guiando o caçador a chegar à sua caça. Pequenas caças, além da agricultura, constituem meios de sobrevivência da população de Tijuacu. Quando os referidos versos são cantados, a alegria transborda e o samba entre num ritmo acelerado. Interrogados sobre a autoria do referido canto, os depoentes responderam que foi passado pelos sambistas mais velhos, sendo bastante antigo. No terceiro verso, alguns dizem latiu, outros dizem - falou, e no penúltimo verso, eles sempre expressam o nome da pessoa homenageada, o dono da casa, da festa, ou alguém de certa posição que esteja presente. E por que Rio de Janeiro? Não é somente este canto que menciona esta cidade, outros também fazem referência a ela. A menção ao Rio de Janeiro tem a ver com a migração de baianos desde

**Foto 1:**

Grupo do Samba de Lata, tendo ao centro Marinalva Santos da Silva. Apresentação realizada no povoado de Quebra Facão.

Fonte: OLIVEIRA, Nivaldo. 2003

o final do século XIX e início do XX para a capital do Brasil. Tal migração vai perdurar até os anos 1960. Com a industrialização de São Paulo, nos fins dos anos 1950, polarizou-se o eixo migratório para São Paulo e Santos.

Na foto 1, observamos a apresentação do Samba de Lata, tendo ao centro a percussionista Dinha, mostrando seus dotes artísticos. Com muita garra ela consegue dar ritmo ao samba levando o grupo à animação; a alegria é contagiante. Nesse momento, ela tira os versos e os outros componentes respondem em coro.²⁵

Marinalva dos Santos Silva, segura a lata com uma mão sobre o tórax, enquanto bate a lata com a outra. Para conseguir que a lata emita som, é necessário que tal instrumento esteja acoplado ao busto e que a pessoa que toca tenha disposição e força para dar início ao samba. As mulheres reúnem-se, como elas costumam falar: “ao redor do terreiro” e começam a sambar. Na roda de samba todos participam, homem, criança, todos quantos queiram participar. O samba não tem hora para findar, pois quando um se cansa há outros e outras para dar continuidade. Segundo Marinalva dos Santos: “O samba só tem uma lata. Atualmente o Samba de Lata conta com um grande número de mulheres. Mas antigamente muitos eram os homens que participavam da roda de samba.” (Entrevistada pela autora em 10 de janeiro de 2002, em sua residência no povoado de Quebra Facão).

Em tempos anteriores, os homens faziam-se presentes em maior número, tinham uma participação mais significativa, mas sempre a participação predominante era das mulheres. Hoje, o grupo de mulheres do Samba de Lata deseja que pessoas do sexo masculino participem com mais intensidade, pois a participação masculina é reduzida.

Os componentes do Samba de Lata aprenderam a valorizar essa manifestação cultural e têm consciência de que para dar continuidade ao samba, é necessário que algumas inovações sejam feitas. Essas inovações contribuíram para a continuidade

25. Segundo REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês*. (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 12: “Dentro da tradição rítmica africana, havia o “puxador” do canto, a quem os demais respondiam em coro.”

dessa tradição, que tem permanecido pela inserção de novos elementos.²⁶ Essas inserções são necessárias e importantes para sua continuidade. Marinalva, juntamente com os componentes do Samba de Lata, trazem para a população a alegria, o lazer e a descontração. Dessa forma, a cultura herdada dos seus antepassados está representada num momento de união, de alegria e de solidariedade dos seus componentes. Nesse momento, todos se reúnem para mostrar seus dotes festivos e compartilhar a alegria. A dança, o ritmo e o gingado dos participantes do Samba de Lata deram continuidade aos valores culturais herdados dos ancestrais africanos, permanecendo através dos costumes e das manifestações culturais.

LEMBRANÇAS SEMPRE PRESENTES DE UM TEMPO EM CONTINUIDADE — A ALMA DO SAMBA: GENOVEVA E JOANA RODRIGUES

Outra figura de destaque que viveu em Tijuacu foi Genoveva, que já faleceu. Apesar de não mais conviver na comunidade, é personagem sempre lembrada como iniciadora do Samba de Lata. Quando os habitantes falam do samba, ligam de imediato à presença de Genoveva. “Contam que as pessoas aqui do Lagarto (antigo nome de Tijuacu) faziam aquela roda enorme, geralmente à noite. Quando todos estavam reunidos em torno dessa roda, Genoveva começava a contar história, depois a bater lata e o grupo começava a sambar. O Samba de Lata foi uma invenção de Genoveva, foi ela quem iniciou aqui em Tijuacu.” (Entrevista realizada pela autora com Dalva Odilon Santana, em 22 de janeiro de 2001, em sua residência, no Alto Bonito).

O depoimento acima abriu perspectivas sobre o início do Samba de Lata e as circunstâncias do seu surgimento. Outros contam que o samba teve início quando Genoveva estava desempenhando suas atividades domésticas, socando alimentos no pilão, juntamente com outras pessoas. A mesma começava a contar histórias e a cantar, fazendo a cadência com o pilão e os demais presentes acompanhavam com palmas, sambando e cantando. E assim, as atividades domésticas eram desenvolvidas, tendo como pano de fundo o batuque e a diversão.

Joana, filha de Genoveva, considerada exímia sambista, é personagem que tem se destacado nas apresentações do Samba de Lata. Pelo seu jeito de dançar e de se vestir, sempre com um turbante na cabeça, tem dado continuidade a essa tradição iniciada por sua mãe. Joana veste-se de branco, põe um torço na cabeça, colares no pescoço e vai fazer o que mais gosta – sambar. Para descontrair, ela gosta de beber alguns goles de pinga, o que aborrece alguns participantes, pois a bebida deixa-a muito alegre. Na roda do samba, Joana mostra seus dotes artísticos, participando intensamente, cantando e sambando. Reside no povoado Alto do Bonito, esporadicamente vai à Tijuacu, onde reside sua filha. A seguir a foto de Joana (*Foto 2*) com sua fisionomia cansada de mulher sofrida, envelhecida pela dureza da vida e ressecada pelo sol forte do sertão.

26. Segundo WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 119: “A maioria das versões de “tradição” são radicalmente seletivas. De toda uma possível área de passado e presente, numa cultura particular, certos significados e práticas são escolhidos para ênfase e certos outros significados e práticas são postos de lado, ou negligenciados.”



Foto 2:
Joana, a sambista
Fonte: OLIVEIRA, Nivaldo. 1998

DA ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS À TECEDORA DE SIGNIFICADOS: MARIA ANÍSIA RODRIGUES

Outra figura feminina de destaque dentro desse perímetro quilombola é Anísia Rodrigues, uma das mais antigas moradoras do lugar, exímia contadora de histórias sobre a localidade. É referência para aqueles que querem conhecer a história de Tijuaçu. Na sua tranqüilidade e simplicidade de mulher sertaneja, relatou histórias sobre essa comunidade e buscou, no fundo da memória, o nome dos seus avós, pais, tios, tias, filhos e netos. Entre uma lembrança e outra, episódios vão sendo contados sobre sua família e sua vida, desde o seu nascimento até o momento atual: “O meu nome é, é, é Maria Anísia Rodrigues” assim a depoente iniciou a sua narração:

Eu tenho 86 anos de idade. Nasci no ano de 1917, um dia de domingo, dia de Santo Antônio – 13 de junho. Eu nasci ao meio dia, na Fazenda Alto. Choro só em lembrar das circunstâncias do meu nascimento. Contaram-me que eu tinha uma tia que vendia cachaça e toda a família e amigos iam beber nessa sua venda, que era a casa da minha avó Josefa. A minha avó era parteira, estava me pegando, quando fui nascendo, uma tia dela chegou e chamou: Zeu, Zeu, Zeu, os meninos estão brigando, tudo brigando, estão se matando. Aí minha avó disse para a irmã: olha Alice repara aí que eu vou apartar essa briga. Quando ela disse isso, mamãe olhou e eu já tinha nascido em cima da cama de vara, caminha de vara minha filha. Depois mamãe me contou que nesse momento, olhou para mim e viu que era menina e disse:

“eheheheh, a bichinha é fêmea, se a bichinha se criar, se cria sem sorte.” Olha, quando me lembro dessas palavras, fico muito triste.

Essas palavras, até hoje não saem da minha mente e assim eu pergunto: Oh! Mamãe por que a senhora me contou essa história? Eu, já vivi até hoje e vejo que a minha sorte é mesmo escassa. O que vai acontecendo, no meu dia-a-dia faço referência as palavras expressadas por minha mãe. Agora, em dezembro não tive abono. Tenho dois netos adolescentes que ajudo a criar, minha filha não tem marido, e eles precisam de ajuda. (Entrevistada pela autora em de 26 de abril de 2002, em sua residência, em Tijuacu).

Anísia destrinchou sua história de vida, contando episódios ouvidos sobre o seu nascimento. Ao narrar sobre estes, se emocionou e diz sentir uma tristeza profunda ao rememorar algumas lembranças. “Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir;”²⁷ Anísia, narrou com muita veemência as histórias ouvidas sobre suas vivências passadas. Essa “contadora” de histórias relatou o que sua memória guardara e selecionou o que ouviu dos mais velhos, lembrança e esquecimento são mecanismos da memória. Assim, a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é “interpretar.”²⁸

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.²⁹

Com 89 anos de idade, Anísia passa seus dias, sentada à porta de sua casa, olhando para o horizonte relembando as histórias ouvidas e as experiências vivenciadas. Constantemente é solicitada pela vizinhança ou por pesquisadores/as para narrar histórias sobre Tijuacu. Esse exercício de memória tem possibilitado a rememoração e contribuído para que suas lembranças estejam sempre presentes. Tal exercício lhe dá mais vitalidade, pois as impressões estão sempre em evidência, trazendo para o presente os vários episódios de que foi testemunha. Assim, as lembranças são sempre reativadas, não se perdendo no esquecimento. Segundo Bosi,³⁰ “o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente, alargando suas margens.” Não porque tenha uma especial capacidade para isso: é seu interesse

27. BENJAMIN, *op., cit.*, p. 205.

28. PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val de Chiana* (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA Marieta Moraes (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Cultural Getúlio Vargas, 1996. p. 60.

29. PORTELLI, *op., cit.*, p. 60-61.

30. Cf. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 82-89. A referida autora discute sobre a referida questão comentando: “Hoje a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega ela era vidência, êxtase. O passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte.”



que se volta para o passado, que ele procura interrogar cada vez mais para ressuscitar detalhes, discutir motivos, confrontar com a opinião de amigos ou com velhos jornais e cartas em nosso meio.

Sob a ótica da oralidade, o historiador tem a possibilidade de estudar o presente e sua dimensão, como também conhecer os diferentes universos da experiência humana. A história de Anísia dá possibilidade de se ter o conhecimento das experiências subjetivas, aquelas de que ela ouviu falar e outras que foram vivenciadas. Nessa perspectiva, a entrevistada retoma suas vivências e se reporta às suas relações familiares e à sua história de vida e vai mapeando cada um desses episódios com determinação e clareza, buscando na memória essas vivências, que o momento retoma com muita perspicácia. Assim, a memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado. Graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, o passado torna-se verdadeiramente passado e o futuro, isto é, dessa capacidade da memória brota a consciência que os humanos têm. Esta por sua vez, permite compreender e combinar, de muitos modos, as fases em que se divide o tempo, possibilitando, por exemplo, perceber “o passado diante de si.” Anísia continua contando sua história, que fica a mercê de sua memória.

Como uma boa memorialista, Anísia narrou as histórias sobre sua família, citando o nome de toda a prole e ainda investiu contra o comportamento feminino atual. São lembranças significativas que desenrolam fios de meadas diversas, constituindo pontos de encontro de vários caminhos. Chamando a atenção, com igual força para a sucessão de etapas da memória, que é dividida em marcos, pontos onde a significação da vida se concentrou: nascimento, casamento, filhos, religiosidade, festas e vida cotidiana. As memórias femininas trazem como marcos os locais do privado, da família, da prole, diferente da memória dos homens que demarcam suas ações a partir do espaço público: rua, trabalho, roça, bares, reuniões, futebol entre outros. A sucessão de etapas no trato do passado é patente na memória de Anísia. As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um dos seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem.³¹

A rememoração também significa uma atenção precisa ao contemporâneo, particularmente a essas estranhas ressurgências do pretérito no presente, pois não se tratou somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o atual. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. Nessa perspectiva, Anísia busca o passado, expressando diferentes passagens e interferindo sobre o presente.

Assim, Anísia, moradora dessa zona rural, destrincha seu passado, buscando na memória os episódios vivenciados, transformando as histórias contadas em narrativas emocionantes. Essa narradora desempenha o papel de contadora de história, contribuindo para a permanência da tradição oral.

31. BOSI, *op. cit.*, p. 423.

GUERREIRAS DA COMUNIDADE: DALVA ODILON SANTANA E ILCA DOS SANTOS

Ilca e Dalva - guerreiras da comunidade, não precisaram submeter-se a uma eleição para serem porta-vozes e representantes de Tijuaçu. Assumiram tal papel de forma “natural” em decorrência das circunstâncias que vivenciaram. Essas duas mulheres, com astúcia e perspicácia desempenharam um trabalho de organização e conscientização dentro da comunidade negra rural de Tijuaçu. Representantes, respectivamente, da Fazenda Alto e do distrito de Tijuaçu – são mulheres negras, pobres, remanescentes de quilombo, lutadoras, que estão presentes, liderando e articulando as reivindicações da comunidade. Com garra e persistência, elas buscam melhorias para o seu território. Dalva conta sua história como mãe, mulher, professora leiga, roceira e lutadora em prol dos benefícios da Fazenda Alto Bonito: “Nesses 58 anos de vida, sinto que há tempos atrás as coisas eram bem melhor pra mim e para todos. Eu ensinei a ler todos esses meninos daqui da Fazenda Alto, inclusive aos meus cunhados, e estudei apenas até o 2º. ano primário.” (Entrevista realizada pela autora com Dalva Odilon de Santana, em 11 de janeiro de 2002, em sua residência, Fazenda Alto Bonito).

Dalva narra com perspicácia sua luta em benefício do povoado. Mesmo com os seus poucos anos de frequência à escola, conseguiu passar o pouco que aprendeu para sua família e tem conhecimento da relevância do mundo letrado, o que justifica sua luta pela construção da escola,³² já edificada num terreno doado pela sua família e que funciona nos três turnos. Outra luta, idealizada por ela refere-se a um tanque para armazenar água, cuja construção realizou-se no segundo semestre de 2002. Até então, as pessoas eram obrigadas a andar longas distâncias para buscar água. A energia chegou à comunidade também no segundo semestre de 2002. Dalva luta para trazer para a Fazenda Alto Bonito as benesses dos diferentes setores da sociedade. Essa mulher, trabalhadora rural, lutadora das causas desse povoado, vem batalhando por toda uma vida pelas causas da comunidade, seja em relação à água, à escolaridade e/ou à religião. Ela não se intimida, é uma lutadora nata. Com essa postura, Dalva mostra diferentes caminhos para que os mais jovens também lutem e busquem melhores condições de vida. São ações que para a população têm um grande significado. Dalva é uma mulher sábia, perspicaz e guerreira.

As histórias dessas mulheres vão surgindo através das falas e dos silêncios significativos, o que é um convite a esmiuçar suas lembranças e ouvir o que não foi esquecido. Narram com espontaneidade suas experiências de vida.

Na foto seguinte (*Foto 3*), da esquerda para direita: Ilca, Dalva, nora de Dalva e seu marido Maurício Santana à porta da sua casa, no Alto Bonito. Podemos observar a simplicidade da casa e das pessoas que nela habitam. A casa localiza-se num ponto estratégico do povoado, em frente à entrada deste, sendo a mais visitada por pesquisadores e pessoas interessadas nas histórias sobre Tijuaçu.

32. A Escola Municipal Alto Bonito, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Senhor do Bonfim, em 2004, contava com 63 alunos e três professores, funcionando nos três turnos, de 1ª a 4ª séries, do Ensino Fundamental I.



Foto 3:
Integrantes da família de Dalva e Ilca
Fonte: MIRANDA, Igor. 2005

Assim, tanto Dalva quanto Ilca enveredaram pelo caminho do bem-estar da comunidade, procurando suprir algumas lacunas que o poder público deixou em aberto, na tentativa de trazer para a população os benefícios que lhe são de direito. Para que estes cheguem até a comunidade, é necessário que alguém faça o trabalho de intermediação e que tenha disponibilidade de fazer peregrinações nos diferentes setores públicos. Nessa convivência com o grupo e fazendo parte deste, elas conhecem as necessidades mais urgentes e se empenham para que estas sejam atendidas. Sem muito alarde, com humildade e muita disposição, conseguem suprir algumas carências da comunidade. Dalva propõe-se a dividir um pouco do conhecimento adquirido, ensinando as pessoas do povoado do Alto Bonito a ler, assumindo também o papel de professora.

No depoimento a seguir, percebe-se a trajetória de Ilca frente aos problemas da comunidade e a forma como foi construindo a sua participação no meio social, politizando-se através da militância nos movimentos sociais e buscando melhoria de vida para os moradores de Tijuacu:

Aos poucos fui tomando consciência da necessidade de trabalhar na Associação, pois se a gente não participar e não lutar pelos nossos direitos, as coisas não avançam. Assim, venho participando de várias reuniões tanto aqui, quanto em Salvador sobre a situação dos remanescentes de quilombo. Todos os encontros que tenho participado procuro informar aos membros da Associação o que foi discutido. Por essa minha postura participativa, quando o pessoal da Fundação Cultural Palmares chega aqui em Tijuacu procuram logo ou eu ou Valmir, ou os dois. Nessa caminhada nós estamos tentando melhorar a vida dos habitantes de Tijuacu e a nossa vida também. (Entrevista realizada pela autora com Ilca dos Santos, em 28 de outubro de 2003, em sua residência em Tijuacu).

Assim, percebemos uma postura politizada da informante. As circunstâncias a fizeram líder da comunidade, o que a fez participar de vários encontros e discussões sobre a temática quilombola. Nessa postura política, Ilca tem assumido diferentes papéis

na Associação Quilombola e Adjacências. Em anos anteriores, assumiu o posto de secretária e no biênio 2005-2007, assumiu a vice-presidência. Recentemente, tem articulado, juntamente com o presidente da Associação, a administração desta, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos por seus antecessores. Sua postura política tem como precedente a conscientização da população e o engajamento desta em busca dos seus direitos. Nessa perspectiva, Ilca tem consciência do seu trabalho e de sua função, pois sabe que essa luta não é somente sua, mas de todos/as os/as residentes de Tijuacu. Clama para que os moradores participem das discussões e que fiquem unidos em prol do fortalecimento da Associação como órgão representativo da comunidade.

Essas duas mulheres, sem alarde, têm conseguido atingir seus objetivos. Dalva, na Fazenda Alto, obteve junto à Igreja e aos poderes públicos, melhoria para a localidade, conseguindo a construção da escola e de um tanque que abastece o povoado. No momento, luta para que seja construído um templo católico no povoado. Sua ação e luta para construção da igreja são antigas como sua preocupação em oferecer uma preparação religiosa aos habitantes da Fazenda Alto. Para Dalva, a orientação religiosa é urgente na comunidade, pois, segundo a depoente, temendo a Deus, a população vai se dedicar mais à igreja e às suas obras, o que pode diminuir o consumo de álcool, que é uma das grandes preocupações dos pais residentes no povoado Alto Bonito, e nos demais povoados da região. Nesse sentido, Dalva vem se movimentando, juntamente com professores que ensinam na localidade, para que os órgãos públicos e outras pessoas da comunidade ajudem na construção da igreja.

Percebemos que as melhorias estão chegando a passos lentos, mas firmes, ao distrito. As mudanças ainda são bem tímidas, mas para a população essas inovações têm um grande significado. É a escola que chegou, é o tanque que foi construído, é a perspectiva da construção do templo, são as máquinas de costura e outros benefícios, que vão mudando o perfil do território e criando alternativas de trabalho e de melhoria de vida. Apesar dos vários entraves, Dalva e Ilca, com paciência e insistência, continuam o seu percurso para que outras reivindicações sejam atendidas. Com essa postura, construíram uma referência dentro da comunidade. São as mulheres tijaçuenses conquistando seu espaço e enfrentando sua luta diária.

Privadas do saber oficial da cultura letrada, restam a essas mulheres tijaçuenses a esperteza e a improvisação, o que não impede o seu caminhar nos diferentes lugares.

O CANTO A SERVIÇO DE DEUS: VALDELICE DA SILVA

Mas nem só de samba vive a população de Tijuacu. A religião católica, seus rituais e seus santos também estão presentes. As mulheres também marcam presença dentro dos rituais da Igreja Católica. Valdelice da Silva, mais conhecida por Detinha, além de participar do Samba de Lata e da Associação de Moradores, também zela pela igreja de São Benedito e cuida dos preparativos para os festejos do referido santo. Tal função constitui um trabalho voluntário, que segundo a depoente, é realizado com muito prazer e dedicação.



No seu depoimento, Detinha tem consciência da pouca assistência que as autoridades públicas dão ao distrito e atribui tal descaso ao fato de a população de Tijuaçu ser predominantemente negra, ou seja, ao preconceito racial. Mesmo enfrentando tal situação, procura fazer o possível para viver melhor no seu espaço. Consciente de que não pode esperar somente pelo poder público, vai criando perspectivas de mudança para solucionar algumas questões que ela juntamente com a população tem condição de resolver.

Nessa itinerância, ela tem inovado com algumas ações, como a criação do coral da igreja. Com o objetivo de embelezar as celebrações (já que os padres vão para Tijuaçu periodicamente), ela mesma, sem nenhum estudo sobre música, mas apenas com sua voz e boa vontade, criou o coral que acompanha as missas e as diferentes atividades da igreja. O coral é formado, em sua maioria, por adolescentes moradores da comunidade.

Os papéis exercidos pelas mulheres tijuaçuenses mostraram como essas representam o principal foco como personagens no território de Tijuaçu. Essa trajetória está sendo construída, essas mulheres aos poucos estão conquistando diferentes espaços. O patriarcado ainda permanece, haja visto que o presidente da Associação Quilombola é homem. As mulheres vêm nas brechas constituindo-se sujeito histórico. A luta dessas representantes femininas aos poucos tem dividido a sociedade machista, patriarcal e androcêntrica. O homem não se esvai do seu papel como chefe de família, como trabalhador, mas, as mulheres conquistaram um espaço expressivo, o qual tem se consolidado com o passar do tempo. Nesse sentido, essas mulheres quebraram o isolamento do lar e passaram a participar do espaço público. Mariinha é apenas a primeira entre outras mulheres que têm se destacado nessa comunidade negra rural. As mulheres tornam-se chefes de casas, cuidando tanto da criação dos filhos e netos como da manutenção de sua família, mediante as feitura das roças de mandioca e, posteriormente, da venda da farinha e demais atividades econômicas capazes de garantir o bem-estar de sua família. Tornam-se bastante fortes e adquirem poderes a ponto de transformaram-se em chefes de alguns povoados rurais.³³

Essas mulheres são construtoras da história de sua comunidade em diferentes tempos. Em seus diferentes papéis, consolidaram um viver recheado de trabalho, lazer, devoção, solidariedade e de muita “labuta.” As funções femininas vão se alargando, dando continuidade ao que foi iniciado por Mariinha Rodrigues.

33. PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombos*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP, 1999. Dissertação (mestrado em história social). p. 213.



EMPATES NOS BABAÇUAIS: DO ESPAÇO DOMÉSTICO AO ESPAÇO PÚBLICO

LUTAS DE *QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU* NO MARANHÃO¹

59

LUCIENE
DIAS
FIGUEIREDO

No ano de 1989, após intensos conflitos de terra no Médio Mearim maranhense, os egressos dessas lutas criam a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema). Trata-se de uma organização cuja origem está relacionada com a luta de mulheres e homens dos povoados rurais dos municípios de Lago do Junco, Esperantinópolis, Lima Campos e São Luiz Gonzaga. São famílias que viveram os conflitos pelo acesso aos babaçuais e a posse da terra, na década de 1980.

A Assema se constituiria, anos depois, em expressivo movimento social que agrega diversas outras organizações comunitárias, cooperativas, grupos de jovens e de mulheres quebradeiras de coco babaçu. São famílias que lidam com o babaçu e agricultura familiar numa lógica de complementaridade, denominado agroextrativismo.

Criada com o objetivo de viabilizar condições de melhoria dos recém-criados assentamentos, os integrantes da Assema, passam a incorporar propostas de melhoria nas condições de vida das famílias da região. Hoje, nos 17 anos de existência da entidade, as propostas vão além dos seus objetivos iniciais, trazem à tona o debate sobre a economia do babaçu e a realidade das famílias que praticam o extrativismo do babaçu.

A entidade sempre esteve de portas abertas para pesquisadores e estudantes de diferentes áreas do conhecimento. Essa abertura, assim como a minha própria participação como técnica da entidade me propiciou condições para a realização do mestrado sobre a experiência dessa organização. Trabalhei com a análise das formas de mobilizações políticas e o cotidiano familiar das mulhe-

1. Dissertação realizada no mestrado de Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará (UFPA).



res e homens que formam a Assema. Nesse artigo apresentarei especificamente a análise das relações de gênero e suas manifestações nesse movimento social que se constituiu em torno do agroextrativismo. A análise aqui apresentada se baseia fundamentalmente em depoimentos² recolhidos em campo que são apresentados à luz das teorias estudadas na universidade.

O MOVIMENTO ASSEMA³

A Assema surgiu em 1989, no âmbito de um processo de mobilização, assim registrado: “... as formas de organização política conjugadas com um aprofundamento da assistência técnico-administrativa para uma eficaz gestão das terras conquistadas resultaram na criação da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)...” (ALMEIDA 1995:239).

Nas décadas de 1980 e 1990 a região de atuação da Assema passou por sérios conflitos pelo acesso ao babaçu e a terra. As desapropriações ou aquisições realizadas pelos órgãos fundiários não resolveram os problemas que as famílias passavam, pois seu modo de vida encontrava-se bastante modificado uma vez que os limites colocados para o acesso aos recursos naturais lhes impediam de praticar o mesmo sistema de produção de outrora.

As novas condições de acesso a terra e aos babaçuais exigem uma redefinição das formas de garantir o direito aos recursos, de produzir e de realizar o extrativismo. A Assema é criada com esse objetivo. Ao estudar sobre “a organização agroextrativista”, Silva faz a seguinte observação sobre a Assema:

(...), essa associação prima por desenvolver ações que possam ser úteis aos interesses dos pequenos produtores que atuam na sua área de abrangência (...). Essa associação procura sempre demarcar um espaço de luta, querendo, com isso, viabilizar uma alternativa de enfrentamento de uma realidade adversa às famílias que procuram sobreviver através do extrativismo e das culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca). (SILVA, 2000 p. 216)

A Assema foi fundada por lideranças sindicais que vieram de experiências de fortes conflitos pela terra e pelo babaçu. Segundo eles, necessitavam de um instrumento que viabilizasse o acesso aos chamados projetos de assentamentos, a assessoria técnica que os orientasse na recuperação do sistema de produção e na comercialização dos seus produtos.

A Assema é uma instituição que se articula em rede regional composta de vários outros tipos de organizações juridicamente constituídas ou não, que objetivam tanto a organização da produção e da comercialização como da mobilização social.

2. Foram 40 entrevistas realizadas com 27 mulheres e 13 homens, sendo seis casais, sete mulheres separadas, uma viúva, um homem separado e três jovens solteiros. A idade dos entrevistados variou entre 12 e 62 anos.

3. A expressão movimento Assema nesse artigo sugere o conjunto de organizações comunitárias que em rede planejam, decidem e se mobilizam em torno de uma pauta de interesses comuns e ao mesmo tempo todas são associadas na instituição Assema.

A rede de organizações locais se refere aos grupos denominados de base, tais como: cooperativas agroextrativistas; associações de assentamentos; grupos por unidades produtivas, como produtoras de sabonetes, de papel reciclado, de plantas aromáticas, de plantas medicinais, unidades de desidratação de frutas, produção de doces de frutas; associações de trabalhadoras rurais; comissão municipal de quebradeiras de coco babaçu; grupos de jovens; escola família agrícola; escolinhas informais de alfabetização de crianças; grupos de educação de jovens e adultos e sindicatos de trabalhadores rurais da mesma área de atuação.

A forma particular desse grupo social se organizar e mobilizar, por agregação de um conjunto de organizações de base, leva seus representantes a incorporarem uma pauta diversa, que envolve discussões tais como: mercado na perspectiva de uma economia distributiva e solidária; convivência com a natureza e utilização dos recursos naturais de maneira responsável, que garanta sua preservação para as gerações futuras; educação voltada para a valorização da vida no campo; produção e beneficiamento dos recursos visando a adoção de técnicas orgânicas e ecológicas; debates sobre as relações de gênero, tendo por referência a possibilidade de reconstrução segundo a valorização das diferenças com igualdade de direitos.

RELAÇÕES DE GÊNERO NUM CAMPESINATO AGROEXTRATIVISTA

Divisão de trabalho no espaço doméstico

Na divisão tradicional do trabalho, em sociedades camponesas, o domínio doméstico é tido como o espaço da mulher.

Tratando sobre o “Discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina,” a historiadora Samara (1997) analisa que, para as feministas extremistas, a opressão feminina tem residência primeira no espaço doméstico. Segundo estudos dessa autora “para as feministas mais radicais, o espaço doméstico é o local por excelência onde se instala a “cultura da opressão feminina.”(SAMARA, 1997, p.41)

Teria alguma ligação o discurso de certas feministas com a realidade estudada? Creio que sim, pois em todas as narrativas e nos depoimentos registrados, vimos indícios de que, em situações cotidianas, o espaço da casa e todos os afazeres correspondentes submetem a mulher a uma condição de vida que pouco lhe permite conhecer alternativas de exercício de papéis que não sejam o de mãe, esposa e encarregada de todas as tarefas do lar. As entrevistadas alegam que essa situação é caracterizada como de opressão. Enquanto isso, os afazeres dos homens lhes possibilitam viagens para as cidades para realizar compras, tempo para participar de festas, seja nos povoados ou nas cidades, de jogos entre povoados e no interior da sua própria unidade residencial. Dessa forma, os homens têm mais alternativas de conhecer outras experiências e de acesso a condições de lazer e diversão.

Podemos dizer que o homem, ao concluir seu trabalho nas áreas de cultivo, tem mais liberdade de decidir o que fazer com o tempo que lhe sobra, enquanto a mulher não dispõe dessa mesma liberdade, pois, ao chegar da sua atividade produtiva, já tem como determinação cuidar dos afazeres domésticos.



As entrevistadas falam do que elas mesmas teriam vivido no passado e ao mesmo tempo se referem à mesma situação como sendo vivida, no presente, por outras mulheres. E seguem assim criando suas filhas e filhos, como mulheres e homens iguais a si e a seu companheiro.

Bourdieu (1999) se refere à reprodução do sistema de dominação que age no inconsciente, como algo que ocorre inicialmente na família. Essa instituição seria responsável pelo continuísmo nas relações desiguais e opressoras que têm sua base na divisão sexual do trabalho

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a família, a igreja e a escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (BOURDIEU, 1999, p. 103)

Todavia, como as relações de gênero são construídas socialmente e, por isso, passíveis de mudanças, no depoimento a seguir a informante assume para si a responsabilidade de sujeito que pensa, reflete e questiona sobre as desigualdades que a oprimem. Essa mulher descobriu-se como sendo parte da história e, por isso mesmo, rompeu com o silêncio e buscou reconstruir novos valores para homens e mulheres do seu grupo social.

É porque existem muitas formas assim, que só o homem pode fazer isso, a mulher não pode fazer aquilo, começando da casa, porque fora, eles podem até lavar um pratinho, mas em casa é diferente, em casa não faz nada, é a mulher, eu conheço liderança que ainda leva assim, mesmo que diz que tá discutindo a questão de gênero, mas quando chega em casa, a mulher ainda tem que lavar, botar a comida na mesa pra ele lá comer e também dizer deles que não aceita mulher ser algo, assim no tempo que eu fui ser gerente, que tinha a proposta pra outra companheira, eles disseram que a mulher deles não, não tinha a mulher pra sair a noite, eu acho que isso é machismo, é falta de confiança na sua companheira, mas eu acho que também tem que ter uma compreensão de ambas as partes, se o homem trai, ele tá dando lugar, pra ela fazer o mesmo, até agora a gente nunca soube, que uma mulher matou um homem porque ele traiu, e se as mulher traí, elas vão ser queimadas, crucificadas, então eu acho que por esse lado aí, não vai melhorar nunca.⁴

Um homem cuidadoso: um sonho de um companheiro ideal

Independentemente das teorias sobre relações de gênero, as mulheres envolvidas no movimento Assema projetam seus relacionamentos conjugais e lutam por um tipo de companheiro que divida com elas as tarefas domésticas, a educação dos filhos e,

4. Maria Anízio, sócia da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues.

assim, investem na modificação de tradições que concebem o espaço doméstico como exclusivo das mulheres.

Domingas e sua nora Miúda, ambas residentes no povoado Centrinho do Acrísio, idealizam um tipo de homem, cuja existência acreditam possível. Elas indicam as características desse tipo de homem, nas atitudes que consideram positivas em seus próprios maridos.

Porque se o homem vai só pra roça e não ajuda a mulher fazer nada em casa, eu acho que ele não é bem um homem cuidadoso, não é um bom esposo, agora que ele vai pra roça, na hora que ele chega, ele tem um tempinho, ele ajuda a esposa em casa, ele banha menino, meu filho é assim, meu marido é assim.”⁵ “Aqui eles sempre ajudam, conforme for, na hora que a gente tá no maior aperreio, eu tô fazendo uma coisa, se eu tiver lavando uma roupa, ele, meu marido já pega uma galinha no terreiro, ele trata, ele tempera, ele coloca no fogo, ele faz a comida. É o homem que ajuda a mulher.”⁶

O oposto ao *homem cuidadoso* é o *machista*, definido como aquele homem que só entende a *roça* como seu trabalho. Para este homem, as responsabilidades com a casa e com a educação dos filhos são unicamente da mulher, ele não reconhece a diversidade de tarefas que a mulher realiza. A entrevistada diz “o machismo tá aí mesmo,” como quem quer dizer que o machismo é o padrão dominante e abrangente, enquanto que o *homem cuidadoso* é qualidade de poucos.

Ao idealizarem o *homem cuidadoso* pensam ser possível objetivá-lo a partir de espaços de formação política, reivindicando, entre os temas de reconstituição de visões de mundo, o debate sobre relações de gênero.

Aí, eu chamo de cuidadoso, mas isso também, Luciene, chegou essa coisa de eu tá te falando, os homens tá ajudando, a depois dessas reuniões de gênero que aconteceu, aí alguém vai participar, e acha que deva igualar um pouco, cem por cento não, mais um setenta por cento, eu acho que já melhorou muito depois de certas discussão de gênero.”⁷

Analisando os depoimentos de mulheres e de homens entrevistados, conclui-se que o espaço da casa - ambiente de relações diversas entre mulheres e homens, pais e filhos - é de extremo significado para as mulheres. Pode-se inferir dos depoimentos das mulheres e das observações em campo, que as mulheres cujos maridos valorizam a sua contribuição nos trabalhos produtivos de manutenção da família, denotam maior satisfação. Quando eles assumem com elas a responsabilidade dos trabalhos domésticos e têm participação ativa na educação dos filhos, essas mulheres se declaram mais felizes na sua vida pessoal e conjugal.

5. Domingas, casada, mãe, avó, sócia da AMTR e da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj).

6. Miúda é casada, mãe e sócia da Coppalj.

7. Domingas.



Observei que no âmbito das relações sociais intracomunidades, prevalecem regras de domínio masculino. Portanto, quando indivíduos buscam romper com as mesmas, outros da comunidade podem apresentar represálias. Tanto homens quanto mulheres, ao adotar formas tradicionais nas relações de gênero, cobram do indivíduo sua discrepância em relação às regras que presidem a vida em grupo.

Da mesma forma, percebi que os homens que conseguem superar a tradição da dominação masculina e buscam construir relações familiares mais igualitárias para todos os membros, também se sentem menos sobrecarregados do que venha ser o papel tradicional de marido e pai autoritário. Autoritário, neste contexto, significa quem não dialoga com os membros da família e busca prevalecer sua opinião, através da representação da autoridade paterna.

Algumas vez alguém me fala assim “ah, não, se fosse minha mulher eu não aceitava isso,” aí eu acabo dizendo pra ele que não, eu acho que isso não tem impedimento, não vejo nenhum problema. Por que eu não vejo problema? Porque né, a pessoa tem o seu direito ela deve correr atrás porque aí, ela do jeito que eu tenho direito de passar dois, três, quatro dias sem vim em casa ela também pode passar. (...), mas ela sabe disso, que eu cansei de ficar assim em casa e ela sair e eu cuidar dos meninos e tudo, aí isso eu era cobrado “mas rapaz tá vendo que eu não vou fazer um negócio desses, pra ficar em casa fazendo as coisa e a mulher ficar pelo mundo”, (...), o tom de falar era como que tivesse no mundo vagabundando ou fazendo outras coisas, mas eu sei que não é, eu digo pra mim não é problema, mas eu acho que não é todo casal que aceita isso não (...).⁸

Os próprios homens entrevistados reconhecem e falam das suas limitações e dificuldades, muitos se recusam às mudanças pessoais, outros ainda se esforçam, mesmo que não consigam, em mudar suas posturas familiares, mas o que vale registrar é que alguns estão tentando superar seus próprios pré-conceitos.

Olha gênero não é muito fácil discutir gênero, porque é difícil o homem aceitar o trabalho na cozinha, cuidar de menino, é difícil ter um homem pra cuidar. Eu, pelo menos, aqui eu não gosto de acordar a noite pra cuidar de menino, isso aí eu sou muito franco a dizer. E aqui a mulher me ajuda muito mais no meu serviço do que eu ajudo no serviço dela. Na roça ela me ajuda. E outra coisa que a gente, assim, quando a gente fica muito assim, o pessoal não tem jeito pra não falar né? Ah, fulano é dominado pela mulher. Então assim aqui [na família dele] nós combina muitas coisas, mais ir pro lado da cozinha não é comigo não. Logo eu não fui criado nesse jeito né? Então pra mudar assim de uma hora pra outra não é muito fácil.⁹

8. Vital, casado, pai, ex-presidente da Cooperativa Agroextrativista de Lago do Junco.

9. Zé Ermino, casado, pai, sócio da Coppalj.

Como o informante Zé explicita “eu fui criado nesse jeito, né,” ele é fruto de uma construção social da representação do homem. Entre camponeses, as prescrições do ser homem e ser mulher determinam, bem antes do Zé Ermino nascer, seus atributos sociais.

Esses depoimentos remetem à questão de que o chamado *homem cuidadoso* não pode ser fruto de algumas cabeças iluminadas. Se a dominação é uma construção social, mudar equivale a desconstruir determinadas relações e reconstruí-las sob outras referências, portanto, produto de um trabalho social.

ROÇA E BABAÇU: DIVISÃO DE TRABALHO E COMPLEMENTARIDADE NA ECONOMIA FAMILIAR

Embora homens, mulheres, filhos e filhas trabalhem em diferentes atividades e períodos na roça, as decisões sobre onde, como e com quem a roça será realizada são tomadas pelo homem. Mesmo quando a mulher é a chefe de família, em diferentes depoimentos, são os pais, irmãos ou tios que escolhem e negociam com os outros homens do povoado o local onde será colocada a sua roça. Porque a roça, para essas famílias, é tida como atividade principal do homem e a quebra do coco babaçu como atividade principal da mulher.

Ao analisar os discursos, percebe-se que tanto agricultura quanto o extrativismo passam por momentos de maior ou menor contribuição econômica para a manutenção da família.

O extrativismo tem etapas dependentes do mercado externo e, portanto, através do preço atribuído em setores alheios ao controle do produtor, e por vezes antagônicos à chamada comunidade pode impor regras e controle. O coco é vendido pelo preço determinado por outrem, e não é um produto da alimentação, 90 % do trabalho aplicado na extração da amêndoa só dá retorno se a mesma for colocada no mercado. É então com o dinheiro da sua venda que se pode aplicar em mercadorias que a família necessita. Na busca constante pela autonomia e liberdade em controlar o tempo e o espaço na utilização da força de trabalho familiar, o extrativismo se apresenta mais vulnerável aos reveses do mercado que, via de regra, foge ao controle do grupo (PORRO, 2002).

Já a produção agrícola encontra vieses mais favoráveis ao controle pela própria família como unidade de produção e de consumo. O plantio da roça, a obtenção dos grãos e o seu consumo, no ideário camponês em situação de terras como recurso abundante, prescindem etapas que tornariam o sistema vulnerável ao mercado. Portanto, conjugando a importância social e econômica da roça, a atividade é vista, por homens e mulheres, como principal.

Porro (2002), no entanto, salienta no estudo de caso das quebradeiras de coco babaçu, a importância do extrativismo como alavanca para a expressão do movimento de mulheres, que conjugaram em seus discursos e práticas aos temas ambientais e de gênero. Assim, a análise deveria ser feita tomando-se diferentes planos: o plano econômico, o social e o político.



No plano político, em determinados contextos, o extrativismo se revelou mais condizente com a expectativa de audiências ávidas por conservação ambiental, do que a roça de corte e queima. No plano social, no entanto, os discursos registrados apontavam que o que realmente garantia a coesão e identidade social do grupo se centralizava na roça. E na integração entre esses planos analíticos, o avanço político contribuiu para relações de gênero mais igualitárias e para uma melhor valorização do trabalho feminino no plano social. (PORRO, 2000)

Observo que desde que as áreas plantadas deixaram de ser imensas em tamanho e de grande produtividade, o extrativismo do babaçu ganhou proporções econômicas fundamentais na manutenção da família e interferiu não só do ponto de vista econômico, mas também mudando valores culturais em relação à atividade e a quem prioritariamente a exerce.

Neste ponto do trabalho, argumento contrariamente à idéia do extrativismo do babaçu como atividade complementar. Nas condições em que se encontravam as famílias das áreas em estudo, desde a década de 1970, do ponto de vista da economia familiar, a quebra do coco babaçu já não era mais complementar à roça e nem esta segunda se mantinha como atividade principal na manutenção familiar.

No próprio discurso das quebradeiras de coco elas citam o trabalho com o babaçu como um complemento na renda familiar. Todavia, se questionadas sobre como acontece esse complemento podem-se encontrar situações onde o babaçu garante a manutenção da família, o recurso financeiro cotidiano que garante o açúcar, o café e o cuscuz do desjejum. Além de ser citado como a garantia para tratamentos de doença na família, o pagamento da prestação de roupas, de calçados, de vasilhas, etc.

No estudo, porém, vejo que ao assumirem essa hierarquia de valores para as atividades, transferem-na para valorizar aqueles que a exercem. Quando as entrevistadas afirmam que a quebra do coco é complementar, minha interpretação é de que elas mesmas, como produtoras assumem a complementaridade de seu papel por uma valorização menor à sua função e, por conseqüência, à própria pessoa. Concluo que, baseados nesse sistema de valorização de atividades, alguns dos entrevistados homens adotam posturas de autoritarismo por transferirem esse sistema em sua percepção sobre as mulheres, assumindo para as mesmas, um menor valor.

Busco resgatar o conceito de complementar de forma a valorizar todas as atividades que de uma maneira ou de outra contribuem para a manutenção da família aqui estudada. Pelo aspecto econômico simplesmente, há momentos na economia agroextrativista estudada em que a atividade com o babaçu é a atividade principal, particularmente nas situações de falta de terra para as roças ou de crise na produtividade agrícola.

Neste estudo ambas atividades - o extrativismo do babaçu e a roça - são tratadas como fundamentais e complementares entre si para a sobrevivência da família camponesa na região pesquisada. Não procedo assim, por opção feminista, mas por ter presenciado vários depoimentos e situações de mães que criaram e criam seus filhos mantendo o dia-a-dia da família com o babaçu, até que chegue a colheita do arroz.

Portanto, novamente registra-se a integração entre agricultura e extrativismo, pois aqui temos uma situação de funcionamento do calendário agrícola.¹⁰

O PAPEL DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NAS MUDANÇAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Conflitos agrários pela terra e pelo babaçu: papéis assumidos por homens e mulheres.

A luta desses grupos sociais, para garantir seu acesso aos recursos básicos - terra e cobertura florestal (babaçu) se assemelha àquela situação de ocupação de terra descrita por Hobsbawm (1998, p. 242-243), onde discorre sobre as “invasões” adotadas pelos camponeses para recuperar terras que lhe haviam sido usurpadas.

Esse campesinato, que no contexto atual e local se denomina agroextrativista, fundamenta seu direito na sua própria ligação com o lugar (ESCOBAR, 2000), no fato de terem sido seus pais os que chegaram e instalaram os “centros,” os que foram trazendo os familiares, compadres e ali construíram os povoados. É comum encontrarmos nesses povoados uma extensa rede de parentesco consangüínea. Há povoados onde duas ou três famílias se constituem numericamente em expressivo percentual da população local.

Os pais e os avós dos entrevistados viveram uma época em que documento cartorial de terra não tinha valor e para eles o que importava era o respeito estabelecido com base na palavra. Com as mudanças no cenário político global, as terras vão sendo griladas e documentadas por meio de ações fraudulentas, realizadas em cartórios. O que se observará daí por diante é a reação dos filhos para não serem expulsos das terras que acreditavam pertencer à sua família. Os conflitos pela terra e pelo babaçu nos mostram o lado de uma família camponesa envolvida em uma guerra, na qual se transforma em estratégia, em que cada ação, cada pessoa, homens, mulheres, crianças, cada um, tem uma função a cumprir na defesa do grupo.

Os homens e mulheres deste estudo se assemelham ao camponês estudado por Hobsbawm (1998, p. 247) também no aspecto do agir como “entidade coletiva,” pois estão organizados em grupos sociais e coletivamente tomam a decisão de resistir para reconquistar as terras que julgam por direito de posse lhes pertencer. Nesse momento faz-se uma distinção entre o povoado e a “comunidade.” Nem todos do povoado são membros da “comunidade,” assim como nem todos estão atuando no conflito pelo acesso a terra e ao babaçu. Quando falam que pertencem a uma “comunidade” referem-se a um grupo de pessoas que estabelecem e seguem determinadas regras comuns. No período dos conflitos uma dessas regras é ficar e resistir na defesa do “coco liberto” e da “terra livre,” ou seja, daquilo que no ideário desse campesinato lhe garante o “trabalho livre.”

Os homens envolvidos com os conflitos, nas suas casas não podiam ficar, pois seriam alvos fáceis para os pistoleiros, então eram obrigados a se refugiarem na mata

10. Sobre o calendário agrícola, vide trabalho de MARTINS, (2000), dissertação de mestrado.



ou, como dizem, “esconder no mato.”¹¹ Mas a segurança de quem estava no mato era dada por quem lá não estava. Era necessário que alguém ficasse transmitindo as informações sobre os passos do inimigo, alguém tinha que investigar e identificar a presença do adversário, fazer ronda o mais próximo da casa do adversário, buscar descobrir os passos do outro, montar vigília.

Segundo depoimentos, outro papel que era desempenhado nos conflitos, era o da articulação entre o grupo e os aliados externos. Durante uma situação de conflito era necessário contatar com mediadores externos, de forma que fosse viabilizado o acesso do grupo à imprensa para informar a sociedade o que se passava nas áreas, para mobilizar solidariedade, denunciar a situação às autoridades governamentais e jurídicas.

As pessoas do grupo que atuavam como mediadores com o mundo externo, tinham toda a confiança do grupo e necessitavam ter coragem, mesmo em meio a muito medo, pois os horários das viagens sempre eram nas noites e madrugadas, pelos caminhos mais escondidos possíveis. Na verdade, abrem-se novos caminhos de acesso entre o local do conflito e a cidade ou a estrada mais próxima, que só poucos sabiam como transitá-los. Poder-se-ia, nesse sentido, falar de uma nova topografia, de uma nova conformação espacial desses territórios nos momentos de conflitos, para além daquela oficialmente reconhecida pela cartografia dos órgãos oficiais.

Analisando depoimentos de mulheres que viveram a resistência no povoado, foi possível entender que quem permanecia no povoado, resistindo nas moradias, precisava ter o sangue frio e mesmo com muito medo não podia deixar de cumprir seu papel sob pena de que todo o grupo refugiado no mato seria morto. Geralmente resistiam no povoado os velhos, as mulheres e as crianças. Imagina-se que os velhos já não podem ou não gostam de brigar e por isso não são preferenciais para os pistoleiros e também porque já não conseguem enfrentar a dureza de passar noites e noites dormindo no frio, na chuva, no relento do mato. Ainda assim há registros da morte de um trabalhador rural de 76 anos, no conflito de Pau Santo, município de Lago do Junco, morto numa ação de despejo por policiais e pistoleiros.

As crianças não tiveram como seguir um destino diferente do que aquele de ficar e aprender com a mãe como enfrentar as horas difíceis. As crianças viveram junto com as mães várias humilhações, e muitas vezes todos tinham que sair correndo dos quintais para o mato, buscando se proteger da ação dos policiais e/ou pistoleiros.

As mulheres assumem uma função importante, ao ficarem com seus filhos crianças e os familiares mais velhos, no povoado, nas suas casas, resistindo para que não se caracterizasse a expulsão das famílias ou o domínio dos invasores. Elas declaram ter passado por muito medo - eram noites e noites sem dormir, as mais velhas adoeciam do que os camponeses no Maranhão denominam queda de nervos e descontrole intestinal. Acreditavam que não podiam dormir, pois se os pistoleiros invadissem o povoado teriam seus filhos mortos, logo teriam que estar preparadas a todo instante para sair

11. Já não se tinha mata primária, então mato é dito como se referindo a uma diversidade de vegetação de pequeno porte que cresce espontânea dentro dos próprios babaquais. “O mato se refere, assim, àqueles recursos naturais que se renovam espontaneamente, por obra da natureza, independente da ação humana.” (ANDRADE, 1990, p.163)

correndo com as crianças para se esconderem também. Segundo os relatos muitas carreiras foram dadas com panelas de comida na cabeça.

Nos depoimentos, as mulheres falam que outra função que exerciam era a de garantir a comida para os homens que estavam refugiados no mato. Elas tinham que ir deixar a comida sem serem vistas por moradores que não inspiravam confiança ao grupo. Normalmente havia mulheres determinadas para essa atividade.

As mulheres eram também as vigias do povoado. Se alguém estranho ao grupo chegasse, o fato deveria imediatamente ser informado aos homens e cabia a elas essa tarefa.

Sobre elas recaíam as ameaças, as pressões constantes, as ações identificadas pelas mesmas como de humilhação. Na literatura relativa ao tema podem-se encontrar muitos depoimentos sobre quebra de utensílios domésticos, ameaças verbais, piadas e chacotas. De alguma forma chegavam bilhetes/recados a mando de pistoleiros, dizendo que iam “fazer Páscoa com a cabeça das crianças,” “dizia que ia fazer o Natal com uma mulher,” “que iam fazer o Natal com a cabeça de um homem,” “eles mandavam um monte de recado.”

Além de cumprirem o papel de guardiãs do povoado, de vigias dos homens, além de enfrentarem as ameaças diretas dos pistoleiros, policiais e milícias privadas, as mulheres integravam a lista dos que saíam para as articulações externas. As chamadas catequistas – mulheres jovens que preparavam as crianças para a comunhão e batismo, aparentemente poderiam ter passagem mais livre para ir e vir, na prática não era bem assim, pois para os pistoleiros elas seriam as que traziam orientações dos padres para os trabalhadores.¹²

Para alimentar a coragem e juntar forças para suportar a pressão, aos domingos as mulheres reuniam quem permanecia na comunidade, para as orações.

Em alguns povoados, quando o clima estava muito tenso, a comida passava a ser preparada em barracões construídos para esse fim ou em alguma casa escolhida para esse trabalho coletivo. Esses alojamentos serviam também, muitas vezes, de local de dormida para todas, com seus filhos. Essa era uma maneira de manter mulheres e crianças unidas tanto para fortalecer os laços de solidariedade como para eventuais saídas emergenciais.

Nos momentos de conflito as estratégias das famílias tinham de ser criativas, na tentativa de superar a desvantagem em relação aos pistoleiros, com suas armas pesadas, muita munição, e que contavam com proteção policial e de políticos para instalar-se na casa da fazenda ou nos poucos prédios escolares ou postos de saúde nos próprios povoados.

Apenas com suas armas de caça, com munição insuficiente, as famílias apelavam para suas próprias estratégias de luta, de seus conhecimentos da natureza e das maneiras específicas de comunicação, adotadas em outros contextos e que, no momento de guerra, eram de grande valia,

12. Nessa região os agentes sociais vinculados à Igreja Católica que assumiram os preceitos da Teologia da Libertação. Salientamos que o corpo da Igreja Católica da sociedade local foi resistente à posição adotada pelos setores progressistas que na época dos conflitos, deu grande apoio para a resistência das famílias trabalhadoras rurais.



(...) teve essa época aqui, que a gente se avisava com foguete, era assim, você ia pra tal lugar, pra se reunir, ia pra tal lugar, se topar com alguém, você bota foguete, porque aí a gente já sabe que lá ta precisando e aí se não botasse foguete é porque tá tudo bem.¹³ Aí começou, aí, eles soltavam tiro de revólver, de rifle, de tudo em quanto, e nós como não tinha arma, a gente tirava aquelas bombinhas do foguete, e colocava em cima do machado e batia, dava um tiro diferente, que eles não sabia que arma era, aí eles ficaram com medo.¹⁴

Além da criatividade, a solidariedade política entre os grupos de povoados diferentes garantia a resistência e determinação na luta. Nos conflitos nasce também, a reciprocidade política entre as famílias que estavam reunidas em comunidades eclesiais de base.

Apesar de dividirem as tarefas do trabalho guerreiro, essa divisão de tarefas entre homens e mulheres nem sempre foi tranqüila, tendo se registrado momentos tensos. Em alguns contextos, determinadas ações foram consideradas pelos homens como não realizáveis por mulheres e estas nem sempre concordaram com essa avaliação. Em alguns casos, as mulheres que já vinham participando do processo discordavam da posição dos homens, alguns são seus maridos, outros irmãos, questionando-os e, num conflito quanto à definição social das relações de gênero, rediscutiram atitudes e decisões.

Aí quando foi um dia já tava, mais ou menos calmo, aí disseram que ia ter uma reunião (...). Era uma reunião de segredo, aí só os homens iam participar, aí foram lá pra igreja, fazer essa reunião, porque as mulheres não podiam saber, aí nós ficamos com raiva né, porque em todo o processo nós participamos. E que nós não podia saber porque se não nós ia andar conversando pro povo, e aí nós ficamos zangadas e terminou que nós, nós mulheres foi que resolvemos essa questão, fui eu a comadre Tereza, a Toinha, comadre Mariana, a Filó, a comadre Antônia, precisava ver a gritalhada dos meninos [filhos] porque nós ia no Tucunzal e nós foi que resolvemos e os homens com toda a besteira que nós não podia participar, terminaram ficando e nós indo resolver a questão (...).¹⁵

Do trabalho depreciativo à honradez da identidade política quebradeira de coco

Com todas as quebradeiras de coco que já tratei sobre a atividade de quebra do coco babaçu, elas citam que até antes de constituírem num movimento social tinham vergonha de se assumirem como tal.

Eu queria falar assim, eu acho que a vergonha era uma coisa assim, porque quando a gente ia pra festa, que tinha mulher que quebrava coco, o rapaz sabia, ele não queria namorar, ele dizia que os cabelos

13. Dora, casada, mãe, sócia da AMTR e Coppalji.

14. Rosa, casada, mãe, sócia da AMTR, Coppalji, Assema.

15. Dada, casada, mãe, avó, diretora da Assema, coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

dela só fediam a azeite de coco (...), eu acho, se era o rapaz o quebrador de coco ele se escondia das moças [...], esse negócio era uma tradição velha, mais assim, porque quando a pessoa quebrava coco, vivia do coco é porque diziam que era pobre (...).¹⁶

“O babaçu era muito discriminado, a gente, o pessoal assim, o povo que tinha mais condições, achava que quem quebrava coco era aquelas pessoas mais pobre, muito pobre e os homens tinham vergonha de quebrar coco porque ganhava pouco quebrando coco.”¹⁷

Segundo os depoimentos, a própria quebradeira de coco muitas vezes também não queria ter um namorado quebrador de coco, pois a representação sobre um homem que coleta e quebra coco babaçu é a de um homem fraco, sem condições de manter a família. Como o casamento seria o passo seguinte do namoro, não poderia ela se casar com alguém que não fosse lhe garantir uma condição melhor de vida ou pelo menos igual a que já gozava na casa dos pais. “Com certeza (...) aquela época tinha esse problema, eu corri muito com medo das namoradas, exatamente por causa disso. Ah! Ele é um..., é como se fosse um daqueles coitados, coitado mesmo, né, era assim, era discriminado mesmo.”¹⁸

Sobre a sua atividade extrativa, os trabalhadores rurais e as quebradeiras de coco babaçu, por um longo período de suas vidas, reproduziram o pensamento da sociedade dominante local, a mesma que os oprimiam.

Pode-se ainda somar como razão a essa visão depreciativa da atividade de quebra do coco babaçu, o fato de grande parte da população que, a partir da década de 1920 até 1950, chegou às regiões de babaçuais maranhenses ser de origem nordestina, principalmente do leste do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí (ANDRADE, 1973). Na cultura desse imigrante, a agricultura passa a ser o elemento principal da atividade produtiva, tanto familiar, quanto como atividade masculina. O extrativismo não compõe a lista de atividades produtivas e nem do trabalho. Diferente de outros segmentos sociais da Amazônia, por exemplo, os seringueiros, para os quais o extrativismo é um integrante forte na economia familiar.

Porém, Andrade (1973), ao tratar sobre o babaçu e o maranhense, embora não sendo muito claro, permite interpretar que antes das migrações de 1920 e principalmente a de 1940/50, quando a frente agrícola nordestina chega à região de Pedreiras e Bacabal, o povo maranhense que residia nessa região vivia “cotidianamente ao lado e à sombra das palmeiras, delas retirando o que pode, o que lhes é gratuitamente oferecido.” (ANDRADE, 1973, p. 99) O autor faz referência à atividade de quebra do coco babaçu, às mulheres, e que as mesmas desde os seis e sete anos já utilizavam o babaçu para conseguir adquirir vestimentas.

16. Ivete, casada, mãe, sócia da AMTR e da Coppalj.

17. Antonino, casado, pai, avô, sócio da Coppalj.

18. Vital.



Embora as pessoas entrevistadas, em sua maioria, sejam naturais do Maranhão, inclusive nascidas nos próprios povoados onde residem, ou em povoados próximos, há nesses povoados um número expressivo de cearenses, piauienses e paraibanos, imigrantes na década de 1950. Os índios e os negros antes residentes nessas terras foram expulsos ou isolados em povoados próximos, pela migração. Portanto, presume-se um choque de valores culturais.

Segundo depoimentos, os informantes afirmavam que a atividade de coleta e quebra do coco babaçu, na região do Médio Mearim, até a década de 1960, não adquiria expressão comercial. Depois do algodão que também teve seu período de auge nessa região, o arroz se constituiu na cultura dominante, sendo estes os produtos que movimentavam o mercado.

Entretanto, mesmo sem valor de mercado, ou com valor inexpressivo, assim mesmo as mulheres quebravam coco e com o pouco que recebiam realizavam despesas não visíveis ao cálculo econômico da família e ao pensamento dominante do grupo social da época.

Também o valor do coco era medido pelo valor do arroz. Os relatos de basicamente todas as pessoas na região deste estudo falam que eram dez quilos de amêndoas de babaçu para comprar um quilo de arroz.

De certa forma estaria explicado pelo valor do produto o valor da atividade. Embora lembrando que nesse cálculo não monetarizou-se o valor da palha que cobria a casa, do leite ou vinho de coco tempero da caça, do azeite substituto do óleo industrializado, o carvão feito da casca do coco e ainda, o palmito que também se usava como alimento. Trata-se então da chamada economia invisível, embora, neste trabalho, não disponha de elementos suficientes para aprofundar o tema.

Nessa região a partir da década de 1970 o comércio de amêndoas de babaçu se amplia. Entretanto, os babaçuais não estão mais livres e o mercado é dominado por redes de atravessadores¹⁹ impedindo que o preço pago pelas indústrias de óleos vegetais chegue até as quebradeiras de coco. E ainda na falta de terras para os plantios, a atividade com o babaçu ganha nova dimensão na economia familiar.

É no contexto de escassez de alimentos, falta de terra sob o domínio das famílias e coco preso²⁰ pelas cercas ou pelas regras de uso impostas pelos proprietários de terras ou pela rede de atravessadores, que emerge um novo ator político: as quebradeiras de coco babaçu.

A década de 1980 foi de intensos conflitos pela terra e pelo babaçu, nessa região da pesquisa. Vimos também que foi momento de grande participação de mulheres e

19. O atravessador é um comerciante ou comprador de coco, morador no povoado, que se coloca entre as quebradeiras de coco e o industrial que transforma as amêndoas de babaçu em óleo. Geralmente tem um comércio no povoado, ele compra as amêndoas de babaçu das quebradeiras de coco e vende para elas mercadorias de primeira necessidade, mas o preço pago no babaçu é muito abaixo em relação ao que ele recebe do industrial, assim como as mercadorias estão muito acima do preço de custo. Segundo relatos até início da década de 1980 funcionava o sistema do vale, ou seja, o atravessador não pagava com dinheiro, ele entregava um vale, um papel, onde estava anotado o valor do coco vendido e esse vale só tinha valor comercial com aquele mesmo atravessador ou comerciante a ele ligado.

20. Quando as mulheres e homens nos povoados falam sobre a situação de livre acesso ou não acesso aos babaçuais, fazem usando as expressões coco preso e coco liberto.

homens nesses conflitos. Podemos dizer que, até a década de 1980, o trabalho da mulher extrativista do babaçu estava isolado no ritmo do dia-a-dia do seu mundo doméstico.

A partir da década de 1990, as quebradeiras de coco babaçu ocupam espaço na mídia: as revistas, os canais de televisão, os jornais, as rádios passaram a divulgar reportagens sobre elas.

Centrada em uma atividade predominantemente feminina, essa mobilização em defesa dos recursos naturais, embora envolva homens, mulheres e crianças, faz emergir a identidade coletiva e política de quebradeiras de coco babaçu, fazendo com que rompam com o confinamento imposto pelo espaço doméstico, até então lugar único da atuação dessas mulheres. Elas passam a conquistar espaços na esfera pública, domínio de participação tradicionalmente masculina.

Além da visibilidade política conquistada, Antonino, dá outra explicação. Ele acrescenta dados econômicos à análise. Na composição da economia familiar cresce a contribuição monetária do babaçu. “(...) e o povo foi se desenvolvendo (...) só que o babaçu hoje também tá visto como uma fonte de renda ajuda muito na sobrevivência da família, quer dizer que aquela *discriminação que existia do babaçu mudou*, ela acabou, depois desses movimentos, tudo isso foi se acabando.”²¹

Não apenas a mulher alçou uma posição antes desconhecida do grupo, passando a ocupar lugar de destaque nas mobilizações internas e na representação política externa ao grupo, como o próprio recurso – o babaçu – passou a assumir uma centralidade antes não observada na economia do grupo. Há, portanto, uma transformação em nível da economia, da política, da relação interna a esses grupos e com a sociedade envolvente, digna de nota e que se reflete hoje na importância do movimento que têm nas quebradeiras de coco babaçu seu sujeito coletivo principal.

Pós-conflitos agrários, em situação tida como “normalidade,” quando homens e mulheres retomam a liberdade de ir e vir de suas atividades produtivas, esses reasumem suas atribuições no trabalho de maneira que cada um retoma sua atividade prioritária. Ou seja, o homem agora com acesso a terra retorna a seu papel de “lavrador da terra” que deve garantir a roça todo ano. E a mulher segue na sua atividade de coleta e quebra do coco babaçu e, trocando todo dia amêndoas de babaçu por produtos nos comércios, garante o passadio.²²

Porém, ressalto que esse retorno às atividades prioritárias de cada, a partir da divisão sexual do trabalho, já não acontece do mesmo jeito, pois mulheres e homens que participaram dos conflitos não são mais os mesmos. Nessas localidades, os grupos sociais parecem ter assumido novos valores, e alguns depoimentos indicam que homens e mulheres assumem que o caminho é valorizar a diferença, considerando a contribuição que cada um pode dar para a existência de um modo de vida livre de qualquer tipo de dominação e submissão.

21. Antonino.

22. Comida habitual. Nota da revisora (NR)



No atual contexto podemos dizer que onde se verificou a mobilização e as lutas pelo reconhecimento da condição de quebradeiras de coco babaçu se constrói uma auto-estima com base na positividade de uma identidade coletiva, que é social e política. Agindo em conjunto, transformam seu dia-a-dia em luta por direitos específicos como cidadãs de uma sociedade local e global. Surge um sujeito coletivo e irrompe uma nova mulher camponesa.

Ao mesmo tempo em que elas ganham espaço público, reforçam seus laços no espaço doméstico, portanto a identidade emergente é fruto também dos antagonismos das relações de gênero do cotidiano, além da experiência dos conflitos pelo babaçu e pela terra, elas levam também, para o espaço político sua experiência de mãe, esposa, filhas que querem reconstruir suas relações no espaço doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões que impactam a atuação da chamada mulher quebradeira de coco que participa do movimento Assema

A conquista de direitos, também leva à nova exigência de participação, que antes não faziam parte do cotidiano das quebradeiras de coco babaçu. A necessidade de tantas viagens para eventos de representação, mobilizações, presença em reuniões, encontros e várias outras atividades externas ao dia-a-dia da família e da comunidade ocasionam uma reviravolta na vida de diversas mulheres, principalmente daquelas que assumem função de representação ou de liderança.

Às vezes ameaçadas de morte por inimigos políticos, outras criticadas por pessoas dos próprios povoados onde residem, por vezes mal compreendidas pelos maridos, elas têm que lutar pela sua liberdade como mulher, indivíduo que exige respeito aos seus ideais, bem como buscam o fortalecimento das lutas coletivas e muitas vezes, em função dessas lutas elas são reconhecidas e valorizadas por membros familiares e por um movimento mais amplo que luta por cidadania para mulheres e homens.

Em seus depoimentos, as lideranças quebradeiras de coco babaçu declaram que são muitas as frentes de luta em que elas estão inseridas no movimento Assema, por exemplo: cooperativas e unidades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroextrativistas; sistemas de produção agroecológicos em forma de roças cruas,²³ plantios para recuperação de árvores extintas da região, plantios de frutíferas; hortas medicinais ou farmácias vivas e plantas aromáticas com extração de essências para perfume de cosméticos; no movimento sindical; na política partidária; na igreja; nas lutas pela preservação e livre acesso aos babaçuais; nas suas organizações específicas de quebradeiras de coco babaçu.

A presença em várias frentes de atuação possibilita ampliar a visão de mundo,

23. Roças cruas como é denominada; pelas quebradeiras de coco e trabalhadores rurais, a experiência que está sendo desenvolvida por famílias que compõem a Assema, onde não se usa fogo e nem agrotóxicos, trabalham com adubo orgânico, controle de vegetação e remédios caseiros naturais.

porém, analiso que a participação é efetivada em propostas que representam ligação real com o cotidiano.

O ritmo das reuniões, encontros, representações, as condições das viagens impõem uma situação de maior exigência para a mulher. Sair de casa frequentemente é também para a própria mulher um peso a mais, como elas precisam usar todo o tempo arrumando as coisas, ajeitando a família para então conseguirem sair, terminam viajando nos piores horários e se expõem a situações de deslocamento muito cansativas e mesmo arriscadas.

Muito embora passos importantes tenham sido dados para garantir a participação das mulheres, ainda é muito complexo administrar tantas obrigações que elas assumem na estrutura familiar para que possam obter a livre decisão de dedicar ou não, tempo para outras ações, fora a família. E mesmo considerando a compreensão conquistada com os filhos e maridos, ainda assim as tarefas domésticas são entraves para que aconteça a participação de um maior número de mulheres e uma maior inserção nos espaços públicos que lhes exigem uma rotina de viagens e tempo fora do espaço familiar.

Desafios, conquistas e lições aprendidas sobre a participação de mulheres e homens do movimento Assema, na interface dos espaços público e doméstico.

Foi possível interpretar nos depoimentos que há um processo de mudanças consciente e desejado pelos grupos sociais que compõem o movimento Assema. Essas mudanças se relacionam com o que Kearney (1996) discute como sendo novas estratégias de sobrevivência adotadas pelos agentes sociais e as representações que assumem de si mesmos.

Buscando compreender o contexto social atual refleti que as relações entre homens e mulheres que formam o movimento Assema também estão em processo de mudança, e a atuação das quebradeiras de coco babaçu é elemento decisivo para que esse processo possa avançar numa perspectiva de nova divisão sexual do trabalho. Tal redefinição permitiria uma participação igualitária de ambos os gêneros, masculino e feminino, nos espaços de lutas políticas e de redefinições domésticas.

Portanto, analiso as relações de poder que definem as relações familiares daqueles homens e mulheres que formam a Assema, precisam ser colocadas na ordem do dia para que de forma cada vez mais consciente elas sejam também modificadas, porém não significando novas relações de dominação e exclusão.

Finalizo com a compreensão de que as frentes de lutas encaminhadas por mulheres e homens agroextrativistas são diversas e múltiplas e que mudar as suas próprias relações de gênero é uma batalha que deve ser enfrentada também no espaço doméstico. Para tal é necessário questionar nos espaços públicos, determinadas atitudes e costumes que tornam essas relações mais ou menos justas, segundo concepções de quem as vive.



MARGARIDA ALVES

II COLETÂNEA SOBRE ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

76



Apreendo mais ainda, que as conquistas até aqui obtidas por mulheres e homens desse movimento social têm como alicerce a mobilização e debate constantes sobre sua própria identidade e direitos. E é a necessidade de superar os riscos que ameaçam a existência de um campesinato livre que o mobiliza para a luta e faz emergir, no sentido de Almeida (1995), novas formas de resistência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização*. São Luís: 1995. [s.n.], 183p.
- _____. PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste: a invenção da migração*. Rio de Janeiro:1997. mimeo, p.1-74.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. 277p.
- ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de índio: terras de uso comum e resistência camponesa*. Tese. São Paulo: 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 158p. Traduzido por Maria Helena Kühner.
- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo. In: VIOLA, Andreu. *Antropología del desarrollo: Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós, 2000. p.169-216.
- FIGUEIREDO, Luciene Dias. *Empates nos babaçuais*. Do espaço doméstico ao espaço público – lutas de Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. Dissertação de mestrado do curso Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientadora: Maristela de Paula Andrade. UFPA. Belém: 2005. p. 199.
- HOBBSAWN, Eric. Os camponeses e a política. In: HOBBSAWN, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1998. p. 215-239.
- _____. Ocupações de terra por camponeses. In: HOBBSAWN, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1998. p. 241-276
- KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the peasantry: anthropology in global perspective*. [S.l.]: Westview Press: 1996. Tradução.
- LAGO, Regina Texeira. *Babaçu livre e roças orgânicas – a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais*. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém: 2002. Orientadora: Maristela de Paula Andrade.
- MARTINS, Cynthia Carvalho. *Agricultura e garimpo na lógica camponesa: os deslocamentos como categoria de análise*. 154 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2000. Orientadora: Maristela de Paula Andrade.



PORRO, Noemi Miyasaka. (Org.). *Cartilha Povos e pueblos lidando com a globalização: as lutas do povo extrativista pela vida nas florestas da Bolívia, Brasil e Peru*. São Luís: 2004. p. 34.

PORRO, Noemi Miyasaka. *Changes in peasant perception of conservation and development*. Master's thesis. Gainesville, Center for Latin American Studies, University of Florida. Florida: 1997.

_____. *Changes in gender relations in the Mearim Valley*. Gainesville, Department of Anthropology, University of Florida. Florida: 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. (Orgs.) *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. p.114.

SILVA, Miguel Henrique Pereira da. *A organização agroextrativista: experiências de cooperativas em Viana, Lago do Junco (MA) e São Miguel do Tocantins (TO)*. In: *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Org.) São Luís: 2000. p. 215-249.



AS VIDAS DE MARIA: DA VISIBILIDADE DE UMA MULHER TRABALHADORA RURAL QUILOMBOLA



CARLOS
ALEXANDRE
BARBOZA
PLÍNIO
DOS SANTOS

Resumo: Tendo como foco a vida de luta de Maria Rosalina dos Santos, líder sindical, trabalhadora rural e líder quilombola, este ensaio, além de apresentar uma etnografia dos movimentos sociais no município de Queimada Nova/PI, procura também visibilizar a mulher negra, por meio da trajetória de vida de Maria Rosalina – liderança quilombola, Maria do Povo – líder sindical e política, e Maria – liderança do quilombo Tapuio, três nomes que designam apenas uma mulher, Maria Rosalina dos Santos.

Palavras-chave: trabalhadora rural; movimento social; quilombo.

INTRODUÇÃO

O sertão semi-árido piauiense, palco histórico de luta e de resistência de mulheres e homens, é o espaço onde ocorre, atualmente, um grande movimento de grupos da sociedade civil. Trata-se de trabalhadores rurais e quilombolas que tomam para si a responsabilidade de reivindicar e exigir seus direitos. Essa mobilização político-social¹ de camponeses e quilombolas por direitos tem sua origem na história de vida de uma mulher, negra e trabalhadora rural, Maria

1. Gohn (2006, 251), considera que "os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são portanto, fundamentalmente, processos político-sociais." Sobre a teoria dos movimentos sociais consulte a obra de Gohn (2006).



Rosalina dos Santos. Sua trajetória de vida se confunde com a gênese dos movimentos sociais, numa região castigada pela seca e esquecida, durante décadas, pelas políticas públicas do Estado. Seu próprio nome está atrelado aos movimentos sociais: como liderança quilombola é conhecida na esfera estadual e federal por Maria Rosalina, já no cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Queimada Nova/PI e liderança política do Partido dos Trabalhadores (PT), ela é Maria do Povo. Na comunidade quilombola Tapuio, onde nasceu e é uma das lideranças, Maria Rosalina é chamada de Maria.

Esses três nomes, que designam apenas uma mulher, trazem a força e a coragem de uma mulher que criou, organizou e está desenvolvendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova; o Diretório do Partido dos Trabalhadores também em Queimada Nova; a Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio² e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas (Cecoq).³ O sindicato e as associações, abriram um espaço social inédito no sertão semi-árido piauiense, e foi por meio dele que os trabalhadores rurais e as comunidades rurais quilombolas, que possuem experiências vividas em comum, se organizaram em busca de projetos coletivos de mudança social através de suas próprias práticas sociais.

Quando se fala do universo camponês no Nordeste, boa parte da produção antropológica se refere à região da Zona da Mata e ao Agreste, sendo que no sertão é quase inexistente (PIETRAFESA DE GODOI, 1999). Nesse sentido, acerca do sertão semi-árido piauiense, alvo desse ensaio, não há, segundo pesquisas bibliográficas e de campo que realizei,⁴ nenhuma produção acadêmica sobre movimentos sociais, gênero, agricultura familiar, reforma agrária, violência, sexualidade. Diante desse “vazio acadêmico,” procuro visibilizar, neste ensaio, a mulher trabalhadora rural, por meio da trajetória de vida de Maria Rosalina dos Santos, e demonstrar o processo de surgimento de determinados movimentos sociais de trabalhadores rurais e quilombolas, bem como a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de associações no semi-árido piauiense, mais especificamente na região que abrange o município de Queimada Nova.

Metodologicamente, procuro trabalhar com a noção de temporalidade, não com a mera intenção de apresentar cronologicamente os dados históricos e a memória dos atores sociais, mas sim, a partir deles pensar o tempo para observação do real. Para Maurice Halbwachs (2004) os eventos históricos têm que ser deixados de serem vistos apenas como situados em uma linha do tempo para serem problematizados em função de um contexto mais amplo de rupturas, transformações sociais e mudanças culturais. Nesse sentido, a memória dos atores sociais, principalmente de Maria Rosalina dos Santos, apresentada neste ensaio, está ligada a processos históricos de luta por direitos.

2. Antes desta associação, Maria Rosalina criou a Associação Comunitária Tapuio.

3. A Cecoq é uma associação que reúne as comunidades remanescentes de quilombo do Piauí.

4. Os dados empíricos que servem de base à análise foram obtidos em pesquisa de campo no quilombo Tapuio com o objetivo inicial de defender dissertação de mestrado em antropologia, fato ocorrido em março de 2006. Este estudo foi realizado após duas viagens ao campo, a primeira deu-se no período de 5 de janeiro a 5 de fevereiro de 2004, e a segunda ocorreu entre os dias 1º a 12 de novembro de 2005.

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MARIA, MARIA DO POVO E MARIA ROSALINA

A comunidade negra rural quilombola Tapuio, onde nasceu e mora Maria Rosalina dos Santos, está localizada aproximadamente 12 quilômetros da sede do município de Queimada Nova. A população da comunidade é composta por 108 pessoas, sendo 55 mulheres e 53 homens, totalizando 17 famílias cuja base de sustento é a agricultura.⁵ Cada uma das famílias da comunidade Tapuio possui um pedaço de terra, caracterizado aqui como sítio. Esse sítio é o patrimônio constituído pelo trabalho da família e é transmitido de pai para filho segundo regras próprias. Considerando que o território Tapuio é definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais, o laço de parentesco é o que caracteriza o sítio.

A formação do território Tapuio ocorreu por meio dos casais fundadores que, pelo recuo da memória coletiva Tapuio, iniciou-se na segunda metade do século XVIII. Segundo Maria Rosalina dos Santos,

a comunidade vem desde nossos antepassados. Nossa comunidade surgiu a partir de meu tataravô. Para nós ele permanece vivo até hoje, porque a resistência, que a gente tem tido de permanecer vivos na nossa comunidade, partiu dele. Somos de uma comunidade que até hoje não conta com escola, energia elétrica, assistência à saúde e temos pouco acesso à água potável.

Desde a formação da comunidade até 1992, ano da emancipação de Queimada Nova do município de Paulistana, a presença do Estado, no que tange aos serviços públicos, foi praticamente nula. Antes e após essa data, os políticos da região só procuravam a comunidade Tapuio na época das eleições municipais. O único vestígio de uma obra pública no Tapuio foi a construção de uma ponte sobre o Riacho Grande para facilitar o acesso, na época das chuvas, dos moradores da cidade de Queimada Nova que se dirigiam à cidade de Paulistana. Essa obra foi realizada pela Prefeitura Municipal de Queimada Nova com recursos provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), porém no inverno de 2004 as águas do riacho levaram-na e até hoje não foi reerguida. Até mesmo a estrada de rodagem que corta a comunidade, em direção ao distrito de Jacu e que termina em Paulistana, foi construída pela própria comunidade na década de 1970, com recursos de um comerciante local.

A comunidade Tapuio durante décadas forjou suas alianças,⁶ que se caracterizavam pelas relações de trabalho, com alguns proprietários de fazendas ou sítiantes vizinhos, e de parentesco, com comunidades negras do município. Porém, essas alianças não foram suficientes para que a comunidade pudesse sair da rígida hierarquia social local. A falta de uma organização interna e de lideranças da comunidade, assim como em outras comunidades da região, ajudou a ampliar o abismo social existente.

5. Dessas 17 famílias, oito recebem recursos do Bolsa Família e 14 pessoas recebem um salário-mínimo proveniente de aposentadoria.

6. Aliança, em Bourdieu (2004) não é algo abstrato, um "contrato social," mas um jogo onde se procura sempre a melhor estratégia possível.



O INÍCIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Até a década de 1980, não existia, na comunidade Tapuio, segundo a memória de seus moradores, uma liderança reconhecida que pudesse fazer articulação externa com outras comunidades, quilombolas ou não, além de desenvolver estratégias políticas municipais, estaduais ou mesmo federais, em benefício da população. Segundo Maria Rosalina dos Santos, as relações estabelecidas, entre políticos da região com a comunidade, “eram baseadas apenas no paternalismo imediatista tendo o voto como objetivo central, que evidentemente ocorriam na época das eleições municipais de Paulistana.” Nesse caso, a visibilidade dessa comunidade, num certo sentido, só ocorria na época das eleições. Com relação às outras comunidades rurais, seja negra ou branca, também não havia uma interlocução entre elas e nem dentro delas. De qualquer forma, essas comunidades eram vistas como “currais eleitorais” e mão-de-obra barata para as centenárias famílias Coelho e Amorim que comandavam e que ainda comandam a política na região, o que reforçava a subordinação das pequenas comunidades rurais para com o poder político e econômico dessas famílias.

Essas duas famílias, que descendem dos antigos proprietários de escravos e de fazendas de gado do século XIX, segundo relatos de Maria Oswaldina dos Santos (irmã de Maria Rosalina dos Santos), vêm dominando a política da região há décadas, por meio de alternância de poder na Prefeitura de Paulistana e, posteriormente, na de Queimada Nova, como podemos perceber a seguir. Entre 1938 a 1947, quando os prefeitos dos municípios eram nomeados pelo governador do Estado, foi empossado no cargo de prefeito de Paulistana, Raimundo Coelho Damasceno, sendo substituído por José Araújo Amorim em 1948, que exerceu por apenas três meses. Após esse ano, os prefeitos foram eleitos por voto direto da população. O primeiro deles foi Caio Coelho Damasceno que ficou no cargo até 1951. De 1955 a 1959, foi Hucênio Coelho Damasceno que administrou a prefeitura, retornando em 1963, ficando até 1967. Em 1971, assumiu Walfredo Coelho Damasceno, que administrou a prefeitura até 1973. Em 1973, assumiu Deusdedit Cavalcanti, que posteriormente foi eleito deputado estadual. Em seu lugar, tomou posse o vice-prefeito Cícero Coelho de Macedo, ficando quatro meses na prefeitura (BANDEIRA, 1991).

De 1973 a 1992, as famílias Coelho e Amorim continuaram elegendo seus candidatos, seja para a prefeitura ou para a Câmara de Vereadores de Paulistana (dados do censo do Tribunal Regional Eleitoral/PI). Em 1991, o quadro político-partidário do município estava assim composto: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tinha como presidente Abnásio Cavalcante Ferreira e o delegado do partido era José Amorim de Sousa; o Partido Democrata Cristão (PDC) era representado por Oswaldíria Dórea Cavalcanti e Luís Coelho da Luz Filho; o Partido Democrata Social (PDS) local era comandado por Raimundo Marques Damasceno e Adelaido Ferreira Damasceno; o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha como representante Marilva Cavalcante de Amorim e Raul Andreilino da Silva; o Partido da Frente Liberal (PFL) era comandado por Deusdedit de Albu-

querque Cavalcanti e Elpídio José Cavalcanti Neto. Na eleição municipal de 1988, disputaram o poder duas coligações: a primeira foi com o PFL, Partido Democrata Trabalhista (PDT), PDS e PDC; a segunda foi a união do PMDB com o PT (BANDEIRA, 1991).

Diante desses dados, percebe-se que, apesar da representatividade numérica de pessoas e partidos políticos envolvidos, o que aconteceu na prática foi a composição de apenas duas chapas, a primeira comandada pela família Coelho e a segunda pela Amorim. Mesmo com a diversidade política, representada pelos partidos políticos, continuava a comandar o poder local a mesma polaridade política histórica. Além do poder político, essas famílias também são detentoras de grande extensão de terras em Paulistana e Queimada Nova. Em suas propriedades já trabalharam pessoas da comunidade Tapuio.

Foi nesse contexto político que cresceu Maria Rosalina dos Santos; sexta filha de um casal de pequenos agricultores do sertão semi-árido piauiense. A história de vida dessa mulher trabalhadora rural confunde-se com a história de luta da comunidade Tapuio e das comunidades camponesas da região de Paulistana e Queimada Nova, nos últimos 20 anos.

Maria Rosalina, filha de Rosalina Ana dos Santos (bisneta de escravos), entrou na comunidade via casamento, ainda nova, vinda de outra comunidade negra da região. Vicente Francisco dos Santos, pai de Maria Rosalina dos Santos, é liderança da comunidade, bisneto do escravo Dionísio da Silva e neto de Alexandre Dionísio da Silva e Brígida Maria de Jesus, um dos casais fundadores da comunidade Tapuio. Seguindo a ordem de descendência, que privilegia a linha que é estabelecida pelo casal fundador, temos na segunda geração, Ana Rosa de Jesus que transmite para seu filho, Vicente, a descendência dos casais fundadores, fundamental para ser considerado parente nessa comunidade.

A ascendência de Maria Rosalina dos Santos está relacionada com os casais fundadores, isto quer dizer que ela é considerada uma pessoa “de dentro”⁷ segundo a lógica interna Tapuio. Ocorrem, então, direitos e deveres que só são adquiridos pelo laço de parentesco, o que dá legitimidade “de dentro” à fala de Maria Rosalina dos Santos no grupo. Além das relações de parentesco, a legitimidade é constituída por meio das relações de compadrio,⁸ pois ela é afilhada de Guilherme, outra liderança dessa comunidade.

A infância de Maria Rosalina dos Santos, ou simplesmente Maria, como é chamada por todos da comunidade, foi marcada pela luta constante com o clima, com a terra e a ameaça de fome, análoga a de milhares de crianças do sertão semi-árido nordestino. Seu pai, Vicente, assim como inúmeros pais de família do Nordeste, também migrou para São Paulo à procura de trabalho. Trabalhou como peão na construção civil juntando, aos poucos, seu pequeno salário para enviar à sua família. Foram muitas idas e vindas, conforme a “precisão.” Durante a ausência de Vicente, era Ro-

7. Para Fredrik Barth (1969) a categoria “de dentro” é também uma “identidade básica.” Ela é mediada pelo reconhecimento do pertencimento a um grupo étnico e a conseqüente adoção de valores e normas de moralidade comuns. Sobre as categorias “de dentro” e “de fora” no campesinato ver Wolf (1976).

8. Bourdieu (1980) ao discutir o compadrio, informa que na relação estabelecida entre famílias, os indivíduos estabelecadores desse vínculo religioso e social, o fazem por serem portadores de honra equivalente que lhes possibilita instaurar ante a comunidade dos homens e ante o mundo sagrado um contrato moral através dessa relação religiosa.



salina quem cuidava do sítio e dos nove filhos pequenos. Segundo ela, “a comida faltava, não tinha comida para todos, a gente se virava com a comida do sertão, eu usava a favela, a aroeira e o marmeleiro, são boas para a criação. A semente da favela a gente comia.” Rosalina acrescenta que, “na época de inverno não havia comida, eu pegava a semente, pilava até tirar o leite e fazia umbuzada, assim alimentava os animais e os meninos.” Os filhos ainda pequenos tinham suas obrigações, as meninas ajudavam a mãe nas tarefas da casa e do quintal, nos cuidados com a pequena criação e pegar água. Os meninos também ajudavam Rosalina na persistente tarefa de cuidar da terra (colocar fogo, arar e plantar), e ainda novos eles já estavam abrindo as cacimbas no leito seco do riacho.

Por causa das tarefas no sítio e da longa distância até o colégio, cedo Maria parou de frequentar as aulas, porém conseguiu concluir o primeiro grau. Segundo ela,

sempre fiquei envolvida com o trabalho de casa e da roça e depois com as militâncias, por isso não tive tempo de estudar. É um desafio muito grande por ser mulher, negra, trabalhadora rural, que ainda não conseguiu concluir o ensino médio. Mas, para mim, estou na universidade da vida. Entendo que ser universitária é fazer a ligação do conhecimento teórico com a prática. Vejo esse potencial em mim. Estou estudando. Um dia vou concluir. Vejo a necessidade de termos grupos de técnicos agrônomos para dar assistência à agricultura familiar das comunidades quilombolas. Por isso, que eu queria conquistar um diploma universitário de agrônoma, para ajudar meu povo.

Diante de vários problemas sociais e influenciada pela Igreja Católica, começaram, em 1985, os trabalhos de conscientização política e religiosa de Maria, na época com 21 anos de idade. Nesse ano, alguns jovens da comunidade, como Maria e sua irmã Oswaldina, começaram a participar da Comunidade Eclesial de Base (CEB),⁹ ligada à Igreja Católica. Os trabalhos das duas irmãs consistiam em, além de evangelizar, organizar os vários núcleos de trabalhadores rurais de Paulistana para discutir e achar respostas aos problemas sociais que afligiam várias comunidades rurais. Movimentos similares de organização interna das comunidades que se originaram nas CEB's ocorreram também em outras comunidades negras rurais no Brasil, como nos quilombos Conceição das Crioulas/PE (SOUZA, 2002) e Laudêncio/ES (OLIVEIRA, 2002).¹⁰

No Tapuio, Maria, que já atuava na região como representante da Pastoral da Juventude,¹¹ começou a trabalhar a catequese com os jovens. Posteriormente, Maria tam-

9. Segundo a CNBB (1986), as CEB's no Brasil nasceram na década de 1960. Neste período, o contexto sociocultural e eclesial nacional foi marcado pelos movimentos como a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base. Tais movimentos trouxeram uma compreensão crítica do evangelho e da incidência da fé na história. Criaram as condições para a redefinição da atuação crítica dos cristãos no interior da Igreja e da sociedade brasileira, apontando questões-chave que anteciparam os temas que emergiriam em seguida com a Teologia da Libertação e as comunidades eclesiais de base. O golpe militar de 1964 e seus desdobramentos posteriores bloquearam este processo, mas não impediu a dinâmica de rearticulação da pastoral popular na periferia das grandes cidades e no âmbito rural. As CEB's nasceram para ajudar os pobres e excluídos a partir da reflexão bíblica (CNBB, 1986).

10. Para uma maior compreensão sobre a política formadora dos movimentos sociais iniciada pela CEB ver o trabalho de Gohn (2006).

11. Segundo o site www.pj.org.br a Pastoral da Juventude é o espaço de participação dos leigos católicos no apostolado hierárquico da Igreja, para difusão e atuação dos princípios católicos na vida pessoal, familiar e social.

bém ficou responsável pela Pastoral da Criança. Assim, eram duas áreas de atuação no município, ligadas à Igreja Católica. No começo dos trabalhos das pastorais, não havia o apoio dos mais velhos. Segundo Maria,

a Comunidade Eclesial de Base de Tapuio foi iniciada pela juventude, que se reunia, mas não tinha nada de concreto concluído. Um dos desafios enfrentados era a ausência de espaço físico para as nossas reuniões, que aconteciam nas casas de família e muitas vezes não eram bem acolhidos ou não podiam trabalhar temas como drogas e prostituição. Outro desafio foi a dificuldade de articular o trabalho com as pessoas da terceira idade da comunidade, muitos eram tradicionais e não gostavam de nossas reuniões e prendiam as filhas em casa. As pessoas não participavam e achavam que aquele trabalho não tinha sentido nem futuro. A primeira providência que tomamos foi organizar um mutirão para construirmos o salão comunitário, aí nós fizemos os tijolos de adobe e carregamos e tiramos lenha no mato, aí como nenhum de nós era pedreiro, chamamos os pedreiros da comunidade, o Guilherme, Inácio e Sebastião. As telhas a gente conseguiu com o apoio das Cáritas,¹² depois a gente conseguiu o dinheiro para as calhas e as madeiras. Para fazer o piso a gente fez uma festa dançante, a gente pediu para que o sanfoneiro da comunidade tocasse de graça nessa festa, com o dinheiro nós compramos o cimento do piso e as portas. Aí, o espaço era muito pequeno para o tanto de pessoas que iam, aí em 2000 nós conseguimos ampliar com o apoio da Sasc, que deu dinheiro para a gente comprar madeira e telha o resto foi nós que fizemos. Essa ação concreta conquistou a confiança da comunidade.

Maria, aos poucos, ganhou força nas articulações internas em Tapuio, como demonstrado com o sanfoneiro e com os pedreiros, que nada cobraram para ajudar a erguer o salão comunitário. Depois de conquistar a confiança dos moradores mais velhos da comunidade, Maria conseguiu, juntamente com os outros membros da CEB, o apoio da comunidade para finalizar a construção do salão comunitário. As articulações externas, com a CEB e com a Secretaria da Assistência Social e Cidadania (Sasc) do Piauí, para construir o salão comunitário,¹³ foram fundamentais, pois demonstrou que eles podiam fazer mais do que ficar aguardando as promessas dos políticos da região. Assim, a construção desse salão foi um divisor de águas na comunidade, pois anteriormente a comunidade não estava organizada e após a construção começou a se organizar.

12. É um organismo da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB).

13. Nesse salão, atualmente, as mulheres da comunidade se reúnem para confeccionar bordados, sabonete, bonecas, tingimento de tecidos etc, que são vendidos em Teresina, porém a produção ainda é muito pequena e no momento está parada por falta de recursos para compra dos materiais. Ocorrem reuniões da Comunidade Eclesial de Base, da Pastoral da Criança, da Pastoral da Juventude, da Comissão Pastoral da Terra, da Associação Tapuio, como também missas realizadas na Semana Santa. Acontecem também reuniões com o propósito de esclarecer o que está se passando fora da comunidade, direito dos lavradores, violência contra a mulher e racismo.



Pouco tempo depois, Maria coordenou a Pastoral da Juventude na região da diocese da cidade de Picos/PI. Como representante da Pastoral era chamada para participar de vários encontros, dentro e fora do Piauí. Em uma assembléia, ocorrida em Teresina, em novembro de 1991, um padre do Rio de Janeiro, ministrou uma palestra sobre o tema religiosidade e etnia abordando as diferenças entre a religião católica e a religião dos afro-descendentes, o que despertou o interesse de Maria pelo assunto. Na coordenação estadual da Pastoral da Juventude trabalhavam, juntamente com Maria, 12 pessoas, porém Maria era a única negra e se sentia inferior aos outros porque, segundo ela,

não tive oportunidade de estudar, eu tinha vergonha de meu cabelo, enfim, tinha vergonha de ser eu mesma. Eu acho que não eram as pessoas que me viam inferior, era eu mesma que me via inferior perante as pessoas de pele branca, cabelos lisos, que tinham grau de escolaridade. O padre que assessorava a minha coordenação era italiano, conversava muito comigo e me ajudou na busca de minha autoestima. Ele dizia que eu tinha um potencial muito grande, mas que negava isso, e que eu não era diferente das outras pessoas.

Posteriormente, Maria começou a articular com membros da comunidade Tapuio enfatizando a importância da autovalorização de todos os moradores. Assim, começaram a resgatar a história da comunidade por meio da memória dos mais velhos. Nesse contexto, a memória atuaria como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, pois ela carrega o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si (POLLAK, 1992).

Nesse período, Maria, como todas as mulheres do Tapuio, usava um lenço na cabeça. Ela afirma que quando era adolescente, muitas vezes, usava pela questão do preconceito que tinha de mostrar os cabelos e que depois foi modificando. Ela conta que,

todas nós mulheres tínhamos que ter um lenço novo, para quando fosse numa novena, numa missa, prá feira, ou prá qualquer evento, eu tinha que ter um lenço novo, para eu fazer um penteado, podia ser o penteado que fosse, mas eu tinha que ter um lenço para amarrar na minha cabeça. Era uma questão mesmo de costume. E isso vinha desde dos tempos de nossas avós, das nossas tias mais antigas e isso foi passando. Com o passar do tempo, com a minha participação, com a minha militância no movimento negro, a gente foi se libertando um pouco do lenço, naturalmente, isso foi a partir de 1992, depois da Pastoral da Juventude. Mas eu tenho o costume ainda de algumas vezes andar com a cabeça amarrada, isso é um costume. Agora tem pessoas na comunidade que depois do contato com o movimento negro colocaram aquelas tranças, os implantes de cabelo, eu acho que isso é um tipo de moda. Pois, ser negro se passa, não é pelo vestido colorido e nem pelas tranças, ser negro passa por assumir. Trança não é ser negra, tem tantas brancas que tem tranças! Então, foi um processo que nós enfrentamos dentro da comunidade para que as pessoas pudessem

adquirir uma consciência de ser negro, e ser negro não é só o vestir, não é só a trança, ser negro é abraçar a causa e se assumir como negro. Hoje trança, dentro da comunidade, passa por uma identificação de se auto-assumir, no início trança passava por moda.

O pertencimento, segundo Maria, para muitas das pessoas negras se dá pelo estereótipo africano, utilizando cabelos com tranças e roupas coloridas. Esse manipulável estereótipo cria uma certa “identidade momentânea negra,” pois quando as tranças que foram implantadas caírem e as roupas coloridas forem tiradas, não se tem mais uma identidade negra. Muitas vezes o cabelo é visto numa perspectiva de revalorização identitária, porém não basta ter cabelo com implante e usar roupas coloridas para se identificar enquanto negro. Para ser negro, segundo Maria, é necessário ter consciência de sua negritude e se aceitar enquanto negro. Nesse sentido, Fanon¹⁴ observa que existe “um complexo de inferioridade, este surge pelo processo econômico e em seguida, pela epidermização dessa inferioridade.” Mais adiante ele afirma que, “o negro tem que tomar consciência para ser um agente ativo da sociedade.” (1983, 12)

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À FORMAÇÃO DO SINDICATO E DAS ASSOCIAÇÕES

Em 1992, quando Queimada Nova foi desmembrada do município de Paulistana, o quadro político regional praticamente não mudou, pois as famílias Coelho e Amorim se alternavam no comando das prefeituras e dos cargos para a Câmara de Vereadores em ambos municípios. Porém, a emancipação de Queimada Nova foi vista por Maria como a possibilidade de se mudar o comando político na região. As discussões sociopolíticas que Maria iniciou nas pequenas comunidades rurais, via CEB, fizeram surgir pequenos grupos rurais comunitários organizados, contribuíram para o aumento da conscientização política dessas comunidades, dentre elas a do Tapuio. Esse movimento social de pequenos agricultores impulsionou Maria a fundar, em 1991, o Diretório do Partido dos Trabalhadores - PT em Queimada Nova.¹⁵ Para Gohn (2006, 236), os partidos políticos, principalmente de esquerda, têm desempenhado um papel extremamente importante junto aos movimentos sociais em geral. Pois, esses partidos “vêm os movimentos sociais como interlocutores próprios, com cores partidárias definidas, que demarcam seus projetos e sua visão do processo de mudança e transformação social.”

Nas eleições municipais de 1992, Maria e Oswaldina foram suplentes de vereadores, porém os candidatos perderam a eleição. Ela observa que sentiu,

a necessidade de trabalhar a questão das organizações e da política no município. A única comunidade que já havia trabalhado essas questões com algumas pessoas era a do Tapuio, as outras estavam quase no zero. Os políticos do município sentiam muita dificuldade de se infiltrar

14. Pautado na psicanálise e tendo como inspiradores de sua teoria Hegel, Marx e Lacan, o autor estuda a questão racial por meio da interpretação psicanalítica. Para Fanon, a verdadeira desalienação do negro supõe uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais (1983).

15. Maria é filiada desde 1991 ao Diretório do PT da cidade de Paulistana.



na comunidade Tapuio por causa do seu nível organizacional, as outras eram um pouco mais fáceis. Surgiu então a dúvida se enfrentaríamos ou não as eleições municipais. Resolvemos enfrentar a situação, fomos para as eleições com candidato a prefeito e a vereador, registramos a chapa e fizemos a campanha nas ruas. Nesse momento também começamos a trabalhar na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova, porque se perdêssemos as eleições, garantiríamos a organização do município através do sindicato. A eleição foi em outubro e no mês anterior o sindicato já estava formado e eu fui indicada e aceitei a direção do sindicato.

Por meio da experiência adquirida, com os trabalhos de conscientização política social das comunidades rurais realizados junto a CEB na década de 1980, Maria, com o apoio da comunidade Tapuio e de outras comunidades de trabalhadores rurais, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova, em 14 de setembro de 1992. Conseqüentemente, a demanda de trabalho aumentou e Maria teve que passar a coordenação da Pastoral da Juventude para Oswaldina. Através do sindicato, Maria ficou mais conhecida e nessa época ela começou a ser chamada, em toda a região de Queimada Nova e Paulistana, como Maria do Povo. Nesse processo, começou a ocorrer a visibilização política tanto de Maria do Povo, quanto da comunidade Tapuio.

Desde a fundação do Sindicato até hoje, Maria do Povo assumiu quatro vezes sua presidência, a primeira gestão foi de 1992 a 1995, a segunda de 1995 a 1998, a terceira de 1998 a 2001 e a quarta começou em 2005. De 2001 a 2005 foi a gestão de Ozenália Tereza da Silva, prima de Maria do Povo. Todos os moradores adultos da comunidade Tapuio hoje são filiados ao Sindicato¹⁶ e as mulheres representam o maior número. É importante destacar que todas as irmãs de Maria do Povo e sua prima Ozenália, que ajudam na administração do Sindicato, são maiores de 35 anos e solteiras. As atividades assumidas por essas mulheres tomam considerável tempo de suas vidas, a ponto de suas vidas girarem em torno das atividades administração do sindicato, trazendo como conseqüência o celibato feminino.¹⁷

No final de 1994, Ruimar Batista, do movimento negro de Teresina, que conheceu Maria do Povo em encontros do movimento, foi para a comunidade Tapuio trabalhar a conscientização política do grupo. Segundo Maria do Povo, o trabalho de Ruimar consistia em realizar pequenas reuniões para que as pessoas falassem sobre suas vidas. Depois de escutar bastante, Ruimar conversava sobre os problemas sociais. Ela afirma que “além da autovalorização o trabalho visava a percepção de cada um sobre si mesmo.” Como resultado das ações do movimento negro na comunidade Tapuio, em 1995, Maria do Povo, juntamente com outras pessoas da comunidade, criou a Associação de

16. O quadro administrativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova está assim composto: presidente, Maria Rosalina dos Santos; vice-presidente, Sebastião Simplício dos Santos (primo de Maria Rosalina por parte de pai); secretário-geral, Raimundo Gomes; secretária de Finanças, Maria Francisca Pereira Ferreira; coordenação de Mulheres, Marlene Faustino dos Santos; coordenação de Jovens, Severino José da Silva; o Conselho Fiscal é composto por Sebastião Domiciano dos Santos, Anísio Rodrigues de Assis e Isabel Maria de Souza.

17. Sobre o celibato no mundo camponês ver Woortmann E. (1995).

Desenvolvimento Comunitário do Tapuio, com a intenção de desenvolver os aspectos político e social. Além disso, Maria do Povo afirma que “a luta da associação foi buscar a implementação de políticas públicas, como a construção de um centro de saúde e de uma escola na comunidade.” Nesse período começaram as primeiras reuniões que tinham o objetivo de discutir as origens da comunidade Tapuio, ligadas à escravidão assim como conscientizar a questão da negritude.

Em 1996, novamente, descendentes das famílias Coelho e Amorim foram eleitos para a prefeitura de Paulistana e para a de Queimada Nova. Nessas eleições, Maria do Povo concorreu ao cargo de vereador, entretanto não foi eleita, segundo ela por falta de recursos financeiros e infra-estrutura,

não tínhamos apoio no município. Em muitos momentos fui zombada e humilhada, passei fome. Teve um dia, na eleição em que eu estava no povoado de Jacu, em busca de um apoio para meu partido o PT, aí subi num carro (caminhonete) que passava que era de outro partido, pois como não tinha carro andava a pé, então a pessoa que dirigia parou o carro e me mandou descer. Foi muito difícil dar o primeiro passo para fortalecer o PT e sua luta, principalmente quando se é mulher, negra e trabalhadora rural.

A discriminação que os negros sofrem não é vivenciada apenas em decorrência do processo mais abrangente de expropriação de sua autonomia e das subordinações política, social e econômica que marcaram e marcam suas relações com a sociedade. Ela apóia-se em características físicas, constituindo-se como categoria inerente ao imaginário social, um instrumento cultural usado para tornar inteligíveis as relações sociais hierarquizadas. Dessa forma, a categoria *negro*, assim como a categoria *mulher*, constituem categorias subordináveis, sendo que as diferenças culturais são diferentemente valorizadas e hierarquizadas (SUÁREZ, 1992). Nesse caso, Suárez (1992, 8) afirma que, enquanto os homens brancos são classificados como seres culturais, “as mulheres, seja negra ou branca, e os homens negros têm sido situados no campo da natureza que é o campo do ‘dado ao homem,’ do subordinável, do essencialmente imutável e, portanto, impermeável ao arbítrio da história.”

Apesar da discriminação que foi alvo, e ainda é, Maria do Povo não se abalou e prosseguiu com seu intento de buscar direitos para as comunidades negras rurais quilombolas. No ano de 1998, Maria do Povo participou de um encontro realizado pela Coordenação Nacional do Movimento Quilombola, em João Pessoa (PB), onde ficou responsável pela discussão sobre os direitos dos remanescentes de quilombo para todas as comunidades negras do Piauí.

A partir desse encontro, Maria do Povo abandonou outras coordenações das quais ainda participava, como a da CEB e a da Pastoral da Juventude, para ficar apenas no sindicato e trabalhar a conscientização e a organização das comunidades negras. Nos encontros do movimento negro nacional e estadual, Maria ficou conhecida como Maria Rosalina. Desse momento em diante, por meio das reuniões na comunidade Tapuio que



ocorriam desde 1995, a comunidade começou a ter mais consciência de sua origem, ligada à escravidão e dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos. Falava para Maria Rosalina, segundo ela, “passar essa conscientização que tem a comunidade Tapuio para as outras comunidades negras rurais do Piauí.” A memória de origem, nesse caso, está associada à constituição dos direitos, pois o passado está profundamente ligado ao presente, como afirma Pietrafesa de Godoi,

o passado é uma construção e interpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Consideramos que as versões do passado são instrumentos fundamentais de definição da realidade atual e perspectivas futuras, mas que o contrário não deixa de ser verdadeiro, isto é, as perspectivas de mudanças futuras também podem redefinir versões do passado, de forma a tê-las, até mesmo, como instrumento de ação política. O grupo, assim, não se define só espacialmente, mas historicamente também; ele possui uma memória social e coletiva, enfim, uma história, que é recriada segundo o universo simbólico dos sujeitos e as condições sociais nas quais estão imersos. (1999, 28-29)

Porém, para conscientizar as comunidades negras rurais era necessário recurso financeiro que Maria Rosalina não disponibilizava. Conseqüentemente, o processo de visita a essas comunidades foi muito lento, pois não contava com recurso nenhum. Maria Rosalina, mesmo sem recursos, conseguiu realizar um encontro intermunicipal, na cidade de Paulistana, sobre a questão quilombola. Cada pessoa, conta ela, “colaborava com o que podia.” Em julho de 1999, como resposta ao trabalho de Maria Rosalina em todo o Piauí, o 2º encontro já contava com 80 representantes de comunidades negras rurais. Maria Rosalina afirma que “o encontro mexeu com muitas pessoas que passaram a se identificar e se aceitar como quilombolas.” Posteriormente, Maria Rosalina criou, na comunidade Tapuio, um grupo de trabalho para discutir as questões quilombolas e iniciou uma articulação política com as comunidades negras rurais de outros municípios, com o objetivo de melhor organizá-las.

No final de 1999, Maria Rosalina começou a participar da Organização não-Governamental Coletivo de Mulheres, isto porque, segundo ela, “a maioria dos sócios do sindicato eram mulheres.” Em 2000, Maria Rosalina já era conhecida pelas instituições de âmbito federal que atuavam com a política para as comunidades quilombolas, como a Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura. Dessa época em diante começaram a ser freqüentes, as idas e vindas à Brasília, para participar de reuniões e encontros sobre a questão quilombola. Nessa época também, a comunidade Tapuio discutia sobre os direitos das comunidades quilombolas estabelecidos pelo Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal.

Paralelamente à discussão anterior, Maria do Povo tinha o intuito de ainda tentar eleger uma pessoa preocupada com as comunidades rurais de Queimada Nova para o cargo de vereador. Ela apoiou o candidato Edson Torres, natural da região. No final das eleições, mesmo não conseguindo eleger o prefeito de sua chapa, Edson Torres foi elei-

to como vereador. O prefeito eleito foi da família Amorim, sendo o seu vice da família Coelho. A eleição de Edson Torres foi um importante passo dado pelos movimentos sociais na constituição local de uma plataforma política ligada às políticas sociais construídas a partir dos problemas da região do sertão semi-árido piauiense.

Para retomar a discussão sobre o direito à terra dos trabalhadores rurais desta região, em 2001, retorna à cena local, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é representada, atualmente, pelas irmãs de Maria Rosalina, Oswaldina e Marilene. A função das duas é criar e fortalecer a organização dos trabalhadores rurais dos municípios de Queimada Nova, Paulistana, Lagoa do Barro e Acauã, que estão inseridos na mesorregião do sudoeste piauiense. A luta principal da CPT é contra a expulsão dos pequenos agricultores de suas terras. São muitos os exemplos, na região, de comunidades rurais, como a do Tapuio, que não possuem o documento definitivo da terra, somente o documento de posse. Esse fato é apenas uma das conseqüências desastrosas da Lei de Terras de 1850.¹⁸

A partir da memória de luta¹⁹ pela terra, foi relatado, por Inácio Adriano dos Santos, da comunidade Tapuio, que, no começo de 2002, uma parte das terras da comunidade foi invadida por um posseiro chamado “P.”²⁰ Inácio afirmou que “o posseiro disse que as terras eram dele, mas nós moradores do Tapuio, que só possuímos documento de posse, e outros nem isso têm, não conseguimos expulsá-lo daqui.” Outra problemática fundiária, que vinha se alastrando desde 1948, foi o pedido, de Marcelino Rodrigues Coelho (processo n.º 22/1948), para demarcar, em seu nome, as terras da fazenda Brejo, onde os sítios da comunidade Tapuio estão inseridos. Somente em 10 de dezembro de 2003 a ação foi julgada e a sentença foi pelo arquivamento do processo.

Independente da ação que tramitava na justiça, a comunidade Tapuio solicitou, por meio de Maria Rosalina, à Fundação Cultural Palmares, a regularização fundiária de seu território, fato ocorrido no primeiro semestre de 2003. A Fundação, por meio do programa do governo Federal Fome Zero,²¹ assinou, no começo do segundo semestre de 2003, o convênio n.º 006/2003 com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Este convênio teve como objetivo a execução de ações estruturantes nas comunidades remanescentes de quilombos, com vistas à auto-sustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar e nutricional dessas comunidades. Uma das ações do convênio foi a regularização fundiária do território Tapuio, que foi concluída em janeiro de 2004.²² Para Maria Rosalina,

18. Lei de Terras 601, de 17/09/1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 1854. Essa lei instituiu o Registro Eclesiástico das Terras, e pôs fim ao regime jurídico de posse no Brasil legitimando as posses até então adquiridas por concessão do poder público ou por ocupação primária. Após essa lei grandes proprietários de terra demarcaram para si grandes extensões de terra, ficando o posseiro à margem desse processo de regularização fundiária. Porém, a lógica da propriedade da terra em muitas regiões do sertão do Piauí, é até hoje, a posse (PIETRAFESA DE GODOL, 1998).

19. Ao trabalhar os múltiplos significados do termo luta no cotidiano dos trabalhadores rurais, Comerford (1999) analisa que as pessoas ao destacar o pertencimento às organizações e/ou situações sociais dão sentido à existência de uma comunidade. A luta, simbolicamente, também reflete um projeto político, uma estratégia de atuação que extrapola o conflito localizado ou o sofrimento da população pobre do campo.

20. A pedido de Maria Rosalina dos Santos, irei designar essa pessoa apenas como “P.”

21. Segundo o site <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>, “O programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.”

22. Como parte do processo de reconhecimento administrativo, a comunidade Tapuio fez sua autodefinição como remanescente das comunidades dos quilombos, sendo cadastrada no Livro de Registro Geral nº 001 da FCP, sob o n.º 02, f. 3, bem como foi emitida respectiva Certidão, publicada no Diário Oficial da União n.º 107, Seção 1, f. 19, de 04/06/2004.



esse programa foi fundamental para que as pessoas da comunidade Tapuio assegurassem sua terra, além disso a comunidade é assistida por meio desse programa que traz dignidade para todas as pessoas, a nossa luta é passar esses mesmos benefícios para as outras comunidades do Piauí.

Foi um trabalho de nove anos, desde 1995, quando de fato começaram as discussões sobre a conscientização dos direitos da população negra na comunidade Tapuio, até 2004, quando houve a auto-identificação e o reconhecimento oficial da comunidade Tapuio como remanescente de comunidade quilombola. Em 2004, a identificação como quilombola, provocou na comunidade a mudança do nome da associação local. Anteriormente, a associação era denominada Associação de Desenvolvimento Comunitário do Tapuio depois dessa data foi alterada para Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio. Nesse processo de busca da memória de origem, Maria Rosalina ressalta que,

no começo foi muito difícil, tinham pessoas negras, que não se consideravam negros, aos poucos, depois de muita reunião, em que as pessoas falavam sobre a origem da comunidade, foi que as coisas começaram a melhorar. Os mais difíceis eram os mais velhos, eles não queriam mudança. Aí eu expliquei que não iria acontecer nenhuma mudança, as coisas iam continuar como eram, pois eles sempre foram quilombolas e nada disso ia mudar, não é uma lei que vai fazer com que eles mudem o que são, mudem a sua origem de escravos. O que é novo, são os direitos, este sim é novo.

Nesse período de discussão, quando as “regiões de memória” (ZONABEND, 1980) da comunidade foram trabalhadas, por meio das discussões de Maria, emergiu a identidade quilombola Tapuio. Na medida que a memória da comunidade distanciava-se do presente, caminhando em direção aos casais fundadores, vários acontecimentos importantes situados nas regiões da memória do passado começaram a ser falados, dando origem a uma tradição oral local, que, acima de tudo, dá o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência ao mundo por eles vivido.

Paralelamente às questões quilombolas, Maria do Povo erguia mais uma luta: a de ser prefeita de Queimada Nova. Em 2004, Maria do Povo disputou as eleições para a prefeitura, ficando em terceiro lugar. Foi eleito para a prefeitura, em Queimada Nova, Edinaldo Alves dos Santos, apoiado pelo ex-prefeito Valdemar Dias Amorim. Para o cargo de vereador, foram eleitos alguns descendentes das famílias Amorim e Coelho. Em Paulistana, Luís Coelho da Luz Filho foi novamente eleito prefeito. Os candidatos da comunidade Tapuio, Inácio Adriano dos Santos (primo por parte de pai de Maria do Povo) e Marinei Maria dos Santos (irmã de Maria do Povo), que concorreram ao cargo de vereador não foram eleitos. A avaliação de Maria do Povo, sobre sua candidatura a prefeitura de Queimada Nova é a seguinte:

já participei como candidata a vereadora e a prefeita. Em nenhuma fui eleita, mas considero ter sido vitoriosa. Como candidata a prefeita, mulher negra e sem nenhum centavo, enfrentei um sistema econômico estrondoso. Mesmo assim, coloquei nossa cara na rua para dizer que somos um grupo que defende a causa dos trabalhadores rurais e a vida. Não ganhamos a prefeitura, mas incomodamos e ocupamos espaços.

Segundo o jornal Destaque, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, de 4 a 10 de junho de 2005, Maria Rosalina, é a “ponta de lança dos quilombolas do Piauí - Ela é um dos expoentes na luta pela regularização fundiária e serviços básicos nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda das comunidades remanescentes de quilombos.” No mesmo jornal Maria Rosalina afirma que,

os prefeitos estão buscando projetos junto ao governo do Estado e dizem que só recebemos porque eles buscaram para nós. Isso não é uma forma de incluir, mas uma forma de continuar a escravidão, a exploração e a exclusão. É preciso que se trabalhe de forma integrada e respeitando a organização das comunidades negras rurais quilombolas.

Para Maria Rosalina, somente por meio da organização dos movimentos sociais rurais é que as comunidades de trabalhadores rurais, seja negra ou branca, poderão transformar o poder local e criar uma sociedade um pouco mais solidária e justa. As atuais relações mantidas por ela com os governos estadual e federal modificaram uma regra histórica de submissão política e econômica para com as duas famílias centenárias da região. Em todas as comunidades de trabalhadores rurais no Piauí, onde estive observei essa mudança, principalmente nas comunidades trabalhadas por Maria Rosalina. Esse trabalho desenvolvido por ela, tem aos poucos mudado a política regional caracterizada pelo clientelismo, para desespero dos políticos “tradicionais.” De acordo com Maria Rosalina, os projetos do governo Federal, como instalação de cisternas, acesso aos documentos e principalmente o Bolsa Família, têm motivado as pessoas a se organizarem em suas localidades em prol dos seus direitos.

Hoje, ela acumula as funções de coordenação da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova e, também, faz parte do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq). Maria Rosalina ainda representa todas as comunidades de remanescente de quilombo no Piauí por meio da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas, criada por ela, juntamente com o ex-vereador Edson Torres, em 2005, com o objetivo de conscientizar as comunidades sobre os direitos dos remanescentes de quilombo. Segundo Maria Rosalina, “e dentro deste movimento construir ações que busquem a chegada de políticas públicas, desenvolvimento sustentável local dessas comunidades, que ao longo da história encontram-se à margem, na exclusão social.”



AS ALIANÇAS

Por causa das atividades políticas e das alianças desenvolvidas por Maria Rosalina, o quilombo Tapuio, juntamente com os quilombos Barrocão, Mucambo, Oitis, Pitombeira e Sumidouro, localizados no município de Queimada Nova, além dos quilombos Angical, Barro Vermelho, Cariço, Chupeiro, Extrema e São Martins, localizados no município de Paulistana, são hoje alvos das políticas públicas estaduais e federais. A Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio conseguiu, segundo Maria Rosalina, *beneficiar o município de Queimada Nova com 100 cisternas, foi a associação que viabilizou o projeto e recebe os recursos para a construção das cisternas. E um outro projeto que a gente está trabalhando é o da inclusão digital, a associação é a instituição proponente desse projeto. Conseguimos, além disso o apoio, e a participação de toda a comunidade Tapuio, hoje todas as famílias da comunidade são sócias da associação. Quando iniciou, somente parte da comunidade fazia parte, hoje todas as famílias participam.*

A política de inclusão social e as alianças com diversos grupos sociais trouxeram uma grande visibilidade para Maria do Povo nas várias comunidades rurais da região de Queimada Nova e Paulistana. Seu nome é sempre lembrado como alguém que ajuda as pessoas. Durante a minha estada na comunidade Tapuio, em janeiro de 2004 e novembro de 2005, Maria do Povo me convidou a ir, juntamente com ela e o vereador Edson Torres, ao povoado Cantinho, que faz parte do município de Queimada Nova. Lá chegando, Maria do Povo foi logo cercada por várias pessoas, todos queriam falar com ela sobre algum tipo de problema. Conforme o tempo passava, o grupo de mulheres e homens (adultos e idosos) só ia aumentando. O que era para ser uma visita a um povoado se tornou num grande “consultório” a céu aberto. Após cerca de duas horas em pé, fomos para uma casa, a pedido do proprietário, continuar as “consultas.” Em seguida, foi organizada uma fila para que todos pudessem conversar com Maria do Povo. As conversas giravam em torno de: aposentadoria, auxílio-maternidade, doenças, crédito para custeio de semente, questões relacionadas ao sindicato, política do município, dentre outras questões. No final da tarde, quando a fila já tinha terminado fomos à casa de uma pessoa que Maria do Povo queria conversar. Porém, num pequeno trajeto - cerca de 200 metros - ela era parada pelas pessoas para conversar. Foi quase uma hora só nesse percurso. Pude, também em outras ocasiões, presenciar o grande carisma que ela possui perante a população. Além disso, todas as segundas-feiras, no sindicato, Maria do Povo recebe inúmeras pessoas que desejam falar com ela sobre assuntos diversos.

Como conseqüência de suas alianças, em agosto de 2006, foi aprovado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), um projeto de desenvolvimento sustentável, tendo como foco o beneficiamento de cerâmica vermelha, para a comunidade Tapuio, feito por Maria Rosalina. O objetivo desse projeto foi o desenvolvimento da comunidade e a geração de trabalho e renda.

Com relação à exclusão social dos grupos negros na sociedade, Maria Rosalina afirma que,

quando defendemos a causa das comunidades negras rurais, as pessoas pensam que não é preciso estabelecer prioridade, temos que estabelecer sim, porque as comunidades negras rurais quilombolas sofrem mais. Todos somos negros, mas as comunidades negras rurais quilombolas são mais excluídas do que os grupos negros que moram em área urbana, que são assistidos por rede de água, esgoto, e energia. Quem está na zona rural sobrevive da terra, da união, da troca, da coragem e da resistência. Por outro lado, é bom porque trocamos experiência, aprendemos uns com os outros e compreendemos o diferente. É uma oportunidade de ouvir outros grupos também discriminados pela sociedade brasileira. Vejo os depoimentos dos ciganos de terem um espaço para serem vistos como cidadãos e cidadãs. É um espaço interessante de conhecimento e construção de propostas de políticas de inclusão social. Ou seja, se faz uma unidade dentro do diferente.

Maria Rosalina ao fazer a distinção entre a realidade das comunidades negras rurais quilombolas com os grupos negros urbanos, pois aqueles, segundo ela, sobrevivem “da terra, da união, da troca, da coragem e da resistência,” nos traz a lógica da ética camponesa. O que baseia o campesinato, segundo Klaas Woortmann (1990), é sua ordem moral, apreendida por meio de sua ética, sendo a reciprocidade a peça-chave que atua entre e no interior dessas comunidades camponesas. Dentro dessa mesma perspectiva, Bordieu (1980) afirma que a reciprocidade opera no contexto da honra. Nesse sentido, estamos diante de lógicas morais distintas que agem nas comunidades negras urbanas e nas comunidades negras rurais.

A terra, na fala de Maria Rosalina, não é mera mercadoria, mas sim o espaço físico no qual as famílias camponesas constroem seu universo social e, ao mesmo tempo, essas famílias constituem os sustentáculos deste universo. As categorias terra, trabalho e família são comuns às sociedades camponesas em geral, pois são nucleantes e relacionadas, ou seja, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, segundo Ellen Woortmann,

não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Temos, um modelo individual, tanto no plano das categorias, como no plano das relações sociais e das pessoas: estas são, nas sociedades camponesas, seres relacionais constituídos. (1983, 23)

Se por um lado, as comunidades negras rurais têm realidades diferentes das dos grupos negros urbanos, por outro, estas diferenças, assim como a de grupo de ciganos,



constroem uma unidade no discurso pela inclusão social, ou como Maria Rosalina mesmo diz, “se faz uma unidade dentro do diferente.”

O sindicato, como instituição inclusiva, tem um papel fundamental, pois ele congrega todas as comunidades rurais por meio do laço comum que é a moral camponesa e a terra. Ao analisar o papel dos sindicatos de trabalhadores rurais na compreensão das chamadas novas etnias, Almeida (2002, 72) acredita que “estamos vendo que as organizações sindicais, em inúmeros contextos, se revelam limitadas, restritivas para contemplar todas as expectativas de direito das chamadas novas etnias.” Porém, apontando que Maria Rosalina dos Santos, como líder sindical e quilombola, congrega o que falta nas outras organizações sindicais, ou seja, a experiência de trabalhos com grupos negros rurais quilombolas associada à sua experiência com as CEB's e com o movimento sindical. O sindicato, nesse caso, é uma ferramenta para a luta quilombola, camponesa, e de vários outros grupos discriminados pela sociedade nacional.

No sindicato, o que chama a atenção das pessoas de fora da região quando entram em sua sede é o grande número de mulheres que o administram e também o grande número de mulheres filiadas. Um dado interessante é que o sindicato possui, de acordo com um levantamento realizado, em novembro de 2005, pela direção, 3.200 pessoas sindicalizadas das quais 2.054 são mulheres, ou seja, 64,18 % são mulheres trabalhadoras rurais. Durante um dia observando as atividades do sindicato, pude perceber que das 72 pessoas que foram à sede, 43 eram mulheres, perfazendo 60 % do total e 29 eram homens, cerca de 40 %. Segundo o sítio www.cedefes.org.br do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, houve um grande aumento da sindicalização das mulheres no meio rural. As mulheres trabalhadoras rurais são hoje, o principal motor da recuperação do sindicalismo no Brasil: 65 % das mulheres no campo se sindicalizaram entre 1999 e 2004.

Maria Francisca Pereira Ferreira, que faz parte do quadro administrativo do sindicato, é agricultora e mora numa pequena localidade de Queimada Nova. Uma vez por semana ela vai trabalhar no sindicato. Nesse dia, ela deixa seus filhos e os afazeres do “chão de morada”²³ sob a responsabilidade do seu marido. Ela me disse que: “eu gosto de trabalhar no sindicato, as mulheres têm que mostrar que podem fazer este serviço, meu marido me apoiou para que eu entrasse na direção do sindicato.”

Ocorrem nesse sertão semi-árido piauiense, práticas e valores atuais relacionados aos novos papéis assumidos pelas mulheres trabalhadoras rurais, que vão muito além do sítio. Baseada em sua visão de inclusão de todas as pessoas dentro do sindicato, Maria do Povo criou no quadro administrativo uma coordenação de jovens e uma coordenação de mulheres.²⁴

As articulações que Maria do Povo faz nas comunidades rurais envolvem, principalmente, as mulheres. Para ela é fundamental a participação delas, seja no sindicato ou nas pequenas reuniões comunitárias. Hoje, como conseqüência dessa política de inclusão das mulheres trabalhadoras rurais nos debates sobre problemas de suas comunidades, 3.812 mulheres²⁵ que moram na área rural do município de Queimada Nova, 53,88 % são sindicalizadas. Esses dados também refletem nas solicitações de crédito

23. Sobre o “chão de morada” ver o trabalho de Klaas Woortmann (1990).

(via Pronaf) que o sindicato faz para a agricultura familiar, pois, em sua maioria, a mulher trabalhadora rural é a responsável. Segundo Maria Rosalina, “mais importante do que conseguir crédito para as mulheres é vê-las tomando consciência de seus direitos de mulheres e trabalhadoras rurais.”

Como representante das comunidades quilombolas do Piauí, Maria Rosalina participa de todas as manifestações de apoio a essas comunidades. Em setembro de 2005, ela foi chamada pela liderança do quilombo Sumidouro para ajudar numa disputa com a prefeitura de Queimada Nova. O prefeito da cidade, querendo se apossar de uma fonte de água dessa comunidade, enviou funcionários da prefeitura com caminhões-pipa para o local, com o intuito de enchê-los. Maria Rosalina, juntamente com os moradores dessa comunidade, não concordando com a atitude do prefeito, pois a terra e a escassa água pertencem à comunidade de Sumidouro, interditaram a entrada do quilombo. A Polícia Militar, solicitada pelo prefeito, ao chegar a comunidade, agrediu Maria Rosalina e alguns moradores do quilombo.

No dia 17 de outubro de 2005, Maria Rosalina recebeu a visita da ministra, chefe da Seppir, Matilde Ribeiro e de técnicos dessa instituição, acompanhados da cantora Sandra de Sá e de outras lideranças políticas do Estado. A visita tinha o objetivo de fazer um intercâmbio cultural para uma futura produção musical²⁶ e a inauguração do salão comunitário do quilombo Sumidouro. Maria Rosalina aproveitou a visita para divulgar a agressão sofrida, à repórter Rose Silva, da Revista dos Bancários: “Um dia antes havíamos sido agredidas pela polícia porque reagimos à retirada de água da única fonte da comunidade de Sumidouro. Nos sentimos fortalecidos com a presença das autoridades vindas de Brasília, isso mostra que não estamos sozinhos. Foi um dia de sonho realizado.”

A vinda de uma ministra de Estado a uma pequena cidade do sertão semi-árido nordestino aumentou ainda mais a visibilidade política de Maria do Povo. O ex-vereador Edson Torres, escutou pessoas dizendo que “se a Maria do Povo conseguiu trazer uma ministra aqui no fim do mundo, que é Queimada Nova, imagina o que ela pode fazer para o bem da cidade.” Na semana que antecedeu a visita da ministra, políticos da região, deputados estaduais, secretários do governador ligavam para o sindicato atrás de Maria do Povo, pois todos queriam marcar presença na solenidade. Segundo a própria Maria do Povo, quem não gostou desse fato político, foram os “políticos tradicionais” da região, pois isto demonstrava a força política dela, “fato que na história de Queimada Nova nunca aconteceu. O medo deles também, foi que eu falasse sobre a agressão que nós sofremos na comunidade de Sumidouro.”

A secretária da Sasc, Rejane Dias, representando o governador do Piauí, no evento acima, afirmou que,

o governador Wellington Dias está empenhado com a luta da comunidade quilombola do Sumidouro, ao tempo em que adiantou que o gover-

24. Além disso, o sindicato também fornece para as pessoas que estão de alguma forma trabalhando ou apenas passando por sua sede, café da manhã, almoço e janta. Todo o semestre o sindicato traz um oftalmologista para dar consultas aos seus filiados.

25. Fonte censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2001.

26. Projeto Quilombo Axé, criado pela Seppir, idealizado para difundir a cultura dos quilombolas a partir de incursões de artistas consagrados em várias comunidades do país.



no do Piauí já está realizando o diagnóstico para a aplicação de políticas públicas que possibilitem o aproveitamento do potencial econômico e social da comunidade remanescente dos quilombos em Queimada Nova, especialmente dos povos negros das localidades Tapuio e Sumidouro.

Esse fato político foi importantíssimo para dar continuidade aos projetos desenvolvidos pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas, que congrega 129 comunidades (dados da instituição, 2006), cuja coordenação é realizada por Maria Rosalina.

Uma das preocupações de Maria Rosalina é a formação de pessoas na organização sindical e quilombola. Por isso, na direção do sindicato trabalham mulheres e homens das comunidades rurais e quilombolas da região. Na Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio e na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas trabalham Maria Rosalina, suas quatro irmãs e Edson Torres.

No seminário sobre Gênero e políticas públicas para o etnodesenvolvimento para mulheres quilombolas, promovido pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ocorrido em abril de 2005, em Brasília, quem representou as mulheres do quilombo Tapuio foi Marilene Rosalina (irmã de Maria Rosalina). No total, foram 21 mulheres representantes de comunidades quilombolas, além de assessores de ministérios, secretarias governamentais ligadas ao tema e movimentos sociais. De acordo com Marilene, “com esse encontro nós adquirimos mais informação para sermos as multiplicadoras das ações do ministério nas nossas comunidades. Com isso, nós estamos sabendo quais as secretarias e os parceiros que podem nos ajudar.”

Em novembro de 2005, como parte de seu projeto de inclusão e cidadania, Maria do Povo fez uma articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para que o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural fosse implementado no município de Queimada Nova. O projeto consiste em possibilitar às mulheres trabalhadoras rurais a aquisição de documentos - registro de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, CPF - com o propósito de serem contempladas por programas sociais. O evento ocorreu no sindicato e contou com a participação maciça de mulheres trabalhadoras rurais, que aproveitaram o momento para também tirar a documentação de seus filhos.

Percebe-se que existe no sindicato uma unidade em torno da mobilização e organização dos trabalhadores rurais em geral, sejam quilombolas ou não. Ocorre uma capacidade constitutiva de estimular direitos e atuar em espaços antes fechados. Esses trabalhadores rurais são portadores de uma consciência de transformação social, originada em seus próprios processos de sociabilidade. Nesse caso, problemas básicos das comunidades rurais do sertão semi-árido piauiense, como, seca, terra, luz, água, são discutidos com o intuito de resolvê-los coletivamente.

Maria do Povo, desde 1997, vem lutando para que a comunidade Tapuio tenha luz elétrica. Na época, a Companhia Energética do Piauí S/A realizou um levantamento para aumentar a capacidade energética da cidade de Queimada Nova. Como o traçado da fiação passava ao lado da comunidade Tapuio, Maria do Povo solicitou à

Companhia que fizesse um projeto para levar luz à comunidade. Porém, depois de tudo pronto, a Companhia passou o projeto para a Prefeitura Municipal de Queimada Nova. O prefeito desconsiderou o traçado original e alterou-o, fazendo com que a comunidade ficasse sem luz elétrica. Apesar disso, Maria Rosalina conseguiu, por meio da Seppir, que o projeto do governo Federal, Luz para Todos²⁷ atendesse também a comunidade Tapuio, fato que ocorreu em agosto de 2006. Uma das atuais metas de Maria do Povo é fazer com que outras comunidades rurais da região sejam assistidas por este projeto.

Em grande parte das comunidades rurais do Nordeste, as informações chegam via rádio. Praticamente em todas as casas dessas comunidades tem pelo menos um rádio de pilha que fica ligado o dia todo. O rádio é o modo mais rápido e fácil das informações chegarem às casas, é por meio dele que as pessoas transmitem recados a parentes e recebem notícias diversas. O sindicato tem um programa na rádio Ingazeira de Paulistana,²⁸ que vai ao ar todos os sábados das 12h15 até 13h15. Maria do Povo fala em quase todos os programas e quando ela está viajando, Ozenália e/ou Edson a substituem. Segundo Maria do Povo,

o programa na rádio é pago, a gente paga uma taxa por mês, o programa é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova em conjunto com o sindicato rural do município de Acauã. Nele a gente tem oportunidade de divulgar a demanda do Sindicato e a demanda do movimento quilombola. Todas as ações são coordenadas em parceria com os dois sindicatos e entre a Associação quilombola. E também, é um espaço que a gente tem para divulgar todos os programas tanto do governo federal, quanto do governo estadual, para inclusão das comunidades, ou seja, da população que é minoria e não tem oportunidade nas políticas públicas. No programa eu falo para os trabalhadores rurais, os quilombolas são também trabalhadores rurais.

Nota-se pela fala de Maria do Povo, que a categoria, trabalhadores rurais, é diretamente associada, pelo viés do trabalho, à categoria quilombola. Nesse momento, quando se fala do trabalhador camponês e quilombola, ambos estão unidos pelo trabalho em comum, além de estarem articulados na preservação dos recursos escassos – terra e água. Nesse sentido, o trabalho com a terra²⁹ dá origem à identidade de trabalhador rural; a terra é a categoria máxima nessa construção da identidade camponesa e as formas de se trabalhar nela são análogas.

A disputa política que ocorre atualmente no município é entre Maria do Povo (descendente de escravos) e integrantes da família Coelho (descendentes de senhores de escravos). De certa forma, o passado escravagista ainda constitui simbolicamente e

27. O programa Luz para todos é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com a participação da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e de suas empresas controladas.

28. Na cidade de Queimada Nova não há uma emissora de rádio.

29. Segundo Woortmann K. (1997), A categoria 'terra' é parte de uma teia de significados e pode ser considerada, como em qualquer universo cultural camponês, uma 'categoria nucleante' de significados.



economicamente os conflitos. Por isso, as alianças conquistadas por Maria Rosalina dos Santos tiveram que ser construídas fora da região, onde os movimentos sociais de Queimada Nova conseguiram visibilização política, a fim de que as relações políticas locais fossem menos assimétricas. Segundo Maria Rosalina,

o Piauí é um dos estados menos desenvolvidos em relação à administração política e quando a comunidade negra se organiza, a administração pública a abandona e a deixa desassistida. Se a comunidade não se organizar, ela tem que aceitar ser controlada e alienada pelo poder público. A comunidade Tapuio nunca se deixou levar pela alienação política e por isso ficou desamparada e marcada pelo município. Para o poder público municipal e no mapa do município, não existe a comunidade Tapuio. Pelo fato dela ter a sua autonomia, e tomar decisões próprias.

As alianças com instituições estaduais e federais, com o intuito de neutralizar ideologicamente a dominação, foram fundamentais, para dar visibilidade aos movimentos dos quilombolas e dos trabalhadores rurais. A história de vida de Maria, Maria do Povo e Maria Rosalina se confunde com o processo de conscientização política e social de mulheres e homens, negros e brancos, trabalhadores rurais do sertão semi-árido piauiense, que eram marcadas pelas relações assimétricas, de dominação e dependência, e que hoje são marcadas pela luta de direitos.

Certa vez perguntei a Maria Rosalina dos Santos como era ser três pessoas, Maria, Maria do Povo e Maria Rosalina, ela me disse que,

eu vejo que Maria, não ressoa tão forte, Maria do Povo, quando as pessoas me tratam dessa forma, eu recebo um peso, um peso do tamanho da minha responsabilidade, do meu compromisso com aquele povo, então eu sinto isso. É como se alguém colocasse um fardo bem pesado em minhas costas. Quanto a Maria Rosalina, eu percebo uma energia que me dá ânimo para continuar a questão da militância lá fora, mas também traz uma cobrança, quer dizer, as pessoas pensam, é a Maria Rosalina que está responsável pelo movimento a nível estadual, então tenho que ligar para Maria Rosalina para resolver isso ou aquilo, sabe? É uma cobrança bem maior, mas eu me sinto mais tranquila porque é uma visão externa, ou seja, por mais que as pessoas me cobrem eu não estou ali próxima às pessoas no momento para resolver. Agora, essa Maria do Povo, é um peso porque as pessoas estão bem próximas de mim, e aí, por um outro lado é essa Maria do Povo que está cercada de inimigos, de grupos que trabalham vinte e quatro horas de forma negativa prá fechar o cerco com eu ali dentro e colocar fogo. É por isso que eu recebo como um peso porque eu estou mais próxima de tudo, estou mais próxima do povo que acredita, que busca, que espera, mais eu também estou mais próxima dos inimigos que percebem a capacidade de Maria do Povo e trabalham para destruir essa capa-

cidade. Esses inimigos são os grupos políticos locais, em cada esquina que eu passo tenho de dar de cara com esses grupos que tentam transmitir essas energias negativas. Eu tenho três nomes em que cada um traz um peso bem forte, cada nome é uma pessoa, que tem que enfrentar as coisas que são diferentes. Maria, Maria Rosalina e Maria do Povo, todas tem o seu fardo para carregar.

Percebe-se pelo discurso de Maria Rosalina dos Santos que há um peso social em cada uma das “Marias.” Ocorre, neste caso, um processo identitário construído pelas relações sociais do sujeito com as pessoas que o circulam, nesse sentido as identidades são formadas na interação entre o eu e a sociedade. Segundo Hall “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real,’ mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (2005, 11). Nesse caso, o sujeito não é composto de uma única, mas de várias identidades, ainda segundo Hall, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, e é definida historicamente.” (idem, 13)

As identidades de Maria Rosalina dos Santos, como Maria – da comunidade Tapuí, Maria do Povo – liderança sindical e Maria Rosalina – liderança quilombola no Piauí, são identidades “móveis” que adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. A representação aqui atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior (HALL, 1997). Desse modo, as identidades são formadas e transformadas no interior da representação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades rurais, seja negra ou branca, possuem na tradição o ponto norteador de seus princípios e normas de condutas. Pode-se dizer que a tradição é o hábito do pensamento, uma continuidade cultural que poderia ser reinterpretada através do conceito de *habitus*. O conceito de *habitus*, de Bourdieu (2004), traz em seu bojo uma relação dialética, o *habitus* é determinado pelo mundo social e é determinante para a percepção do mesmo, pois o “*habitus* não é apenas uma estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, mas também uma estrutura estruturada: o princípio da divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social.” (2004, xiii) Dessa forma, a estrutura estruturada, que é a tradição, funciona como estrutura estruturante, das comunidades rurais, determinando e sendo determinadas pelo mundo social, ou, simplificando, o sindicato e associações, que nasceram em Queimada Nova, foram criados como parte da estratégia dos movimentos sociais liderados por Maria Rosalina dos Santos em busca de alianças as quais poderiam reverter as relações hierárquicas com a sociedade local. Essas alianças seguem uma lógica camponesa tradicional, onde o que se procura é a melhor estratégia possível para realizar o objetivo



(BOURDIEU, 2004). Nesse sentido, a aliança opera dentro de um *habitus* e, ao mesmo tempo em que atua na sua conformação, cria novos padrões sociais, o que indica que a aliança é uma estrutura estruturante (WOORTMANN KLAAS, 1990).

Ao abordar a gênese dos movimentos sociais numa pequena cidade do sertão semi-árido piauiense, afirmo que é necessário compreender como as formas de dominação são internalizadas e respondidas pelas diversas comunidades rurais e que estratégias demonstram para lutar contra elas com o intuito de formar uma nova sociabilidade.³⁰

As estratégias de alianças desenvolvidas por Maria, Maria do Povo e Maria Rosalina foram fundamentais para conseguir sair da subordinação secular imposta pelos políticos locais. As alianças conquistadas tiveram que ser construídas, portanto, fora da região de Queimada Nova e Paulistana, onde os movimentos sociais conseguiram visibilização política, a fim de que as relações políticas na região não fossem hierarquizadas.

Acredito que as políticas públicas para as comunidades rurais, seja negra ou não, precisam passar, necessariamente, pelo entendimento da lógica camponesa, que tem uma moral diferenciada pautada nas categorias terra, trabalho e família, as quais são o sustentáculo dos movimentos sociais, que nasceram em Queimada Nova, e que constituíram o sindicato e as associações. Essas categorias articulam-se com práticas específicas como “ações significativas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1984) referidas a valores centrais. Essas práticas ganham seu sentido por serem contextualizadas, não só em situações sociais, mas com relação a essas categorias e valores tradicionais.

A vida de Maria Rosalina dos Santos não representa somente o surgimento de movimentos sociais na área rural, mas principalmente a visibilização da mulher trabalhadora rural que está, aos poucos, mudando o quadro político rural no sertão nordestino, caracterizado por ser um espaço masculino. Hoje, são várias “Marias,” “Margaridas,” “Raimundas,” “Antonias,” que estão à frente de sindicatos, associações, partidos políticos e movimentos sociais, tentando mudar esse quadro.

Ao analisar o surgimento de movimentos sociais, sindicato e associações numa pequena cidade do interior do Piauí, sendo orquestrado, mesmo contra todas as adversidades, por uma mulher negra, trabalhadora rural, procurei também chamar a atenção para a escassez de estudos nesse espaço rural invisibilizado denominado de sertão semi-árido piauiense.

30. Para Siqueira (2006, 2) “os movimentos sociais podem constituir espaços de conformação de uma nova sociabilidade, no sentido de que são efetivamente potenciais de transformação da sociedade, na busca de uma sociabilidade outra para além da produção capitalista, orientada para a satisfação não só de interesses individuais, mas para a satisfação das necessidades coletivas e para a realização das potencialidades humanas. Segundo ILSE SCHERER-WARREN (1996, p.71), referindo-se aos movimentos sociais no campo, ‘sem sociabilidade política não há MS nem projeto coletivo em torno do que lutar. A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas, conforme tem sido estimulado, sobretudo, pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das Igrejas progressistas e dos sindicatos ‘combativos’, contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política.”

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BANDEIRA, Renato Luís S. *Fragmentsos históricos de Paulistana – Piauí*. Salvador: Editora Palmeirense, 1991.
- BARTH, Fredrik. *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Bergen/Oslo, Universit Forlaget. London: George Allen & Unwin, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. *Les sens pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- _____. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Leitura e cultura de uma perspectiva antropológica*, In: Série antropológica, nº 43. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia, 1984.
- CNBB. *As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil*. São Paulo: Editora Paulinas, 1986.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Editora Global, 1983.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, S. (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/The Open University, 1997.
- OLIVEIRA, Oswaldo Martins de. Quilombo do Laudêncio, município de São Mateus (ES). In: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PIETRAFESA DE GODOI, Emília. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: PIETRAFESA DE GODOI, Emília; NIEMEYER, Ana Maria de (Orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- _____. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.



- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*, vol. 10. Rio de Janeiro: 1992.
- SIQUEIRA, Sandra Maria M. *O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade*. Ensaio apresentado no GT 3 - Movimentos sociais e Educação. 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. 2006.
- SOUZA, Vânia R. F. de Paiva. Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE). In: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- SUÁREZ, Mireya, *Desconstrução das categorias 'mulher' e 'negro'*. Série Antropológica n.º 133. Departamento de Antropologia, ICS/UnB. Brasília: 1992.
- WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976.
- WOORTMANN, Ellen. F. *O sítio camponês*. Anuário antropológico 81. Fortaleza/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- _____. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: Editora UnB/Hucitec, 1995.
- _____; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se negueia*. Anuário Antropológico 87. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990.
- ZONABEND, Françoise. *La mémoire longue*. Paris: PUF, 190



PREMIADOS CATEGORIA MEMÓRIA





AUTORES CATEGORIA MEMÓRIA

CLEUDIA RIBEIRO CAMARGO

Trabalhadora rural, presidente da Associação Municipais das Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Sul; 1ª Secretária do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Sul - RS.

EMÍLIA DE FÁTIMA VELHO DE SOUZA

Trabalhadora rural, presidente da AFAOC - Associação das Famílias Agroecológicas de Otacílio Costa - SC.

MARIA APARECIDA ALVES DE SOUSA

Lavradora rural da Comunidade Cangati (Piripiri – PI). Trabalha na Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (Sasc), como coordenadora estadual de Gênero; tesoureira do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, e representante no Conselho Estadual de Direitos Humanos; sócia do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE).

FRANCISCA DAS CHAGAS DO NASCIMENTO PEREIRA

Trabalhadora rural do Assentamento Santa Cruz, localizado em Morro do Chapéu. Ela é presidente da Associação Comunitária de Mulheres Produtoras Rurais e do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí.



A MULHER RURAL, PROTAGONISTA NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE CACHOEIRA DO SUL

CLEUDIA
RIBEIRO
CAMARGO

Resumo: A presente experiência diz respeito aos processos emancipatórios de mulheres trabalhadoras rurais da Associação de Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Sul. A vida cotidiana deste extrato social nos fornece dados cruciais e necessários para entender a sua ação social no âmbito em que se produzem os elementos e seus significados culturais. Com o enfoque no envolvimento das mulheres no desenvolvimento rural sustentável, constata-se o impacto ante os contextos históricos de predominância da decisão masculina nas organizações rurais. Procurando conhecer o envolvimento dessas mulheres através de um acompanhamento, passou-se a entender como se dá o desafio de alcançar a cidadania plena nas relações de poder da sociedade, da vida, do relacionamento familiar, nos aspectos afetivos e principalmente no relacionamento a dois. Os papéis e as atividades que essas mulheres realizam são da mais alta complexidade e têm sido determinantes para o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Gênero; cidadania; mulher rural; protagonista; desenvolvimento rural sustentável; emancipação.

INTRODUÇÃO

Cachoeira do Sul está localizada na região central do Rio Grande do Sul, fazendo parte da microrregião do Vale do Jacuí, distante 196 quilômetros de Porto Alegre e tem 68 metros de altitude em relação ao nível do mar.



O município de Cachoeira do Sul possui os seguintes limites:

- ao norte – Cerro Branco, Novo Cabrais e Paraíso do Sul;
- a leste – Candelária, Rio Pardo e Encruzilhada do Sul;
- a oeste – São Sepé e Restinga Seca;
- ao sul - Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista.

O município abrange atualmente uma área de 3.917,1 km².

A população do município (censo 2000) é de 89.395 habitantes, sendo 42.698 homens e 45.175 mulheres.

A população urbana é de 74.119 habitantes e da zona rural é de 13.754 habitantes.

Tem como característica principal, a pecuária de corte em grande extensão exercida por uma minoria da população rural.

Os demais detêm pequenas áreas, onde desenvolvem agricultura de subsistência, pecuária familiar, fomicultura, existindo ainda uma pequena parcela que trabalha como empregado rural.

O município é formado por comunidades muito distantes entre si e principalmente em relação aos centros urbanos.

É característica da região a centralização das decisões nas mãos do homem, o que faz com que a participação das mulheres neste sentido seja inexpressiva, tendo elas pouco ou nenhum poder de decisão. Tal situação ao longo do tempo relegou essas mulheres à vivência no anonimato, deixando a cargo do homem a tomada de decisões nas organizações sociais, na família e em outros segmentos da sociedade.

Em 1997 foi iniciado no município, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)/RS e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), um trabalho mais efetivo da extensão o que fez com que este segmento da sociedade, até então despercebido, começasse a sua trajetória através da participação em grupos de debates sobre gênero ocorridos na comunidade.

Isto levou à expansão da consciência de que era necessário uma participação mais expressiva por parte das mulheres rurais nos mais diversos segmentos sociais, e desta forma, através da organização de uma associação de trabalhadoras rurais, houve um fortalecimento daquele trabalho, que também envolveu mulheres das mais diversas comunidades.

PERFIL DAS MULHERES ENVOLVIDAS NO PROCESSO

O município é composto, na maior parte, por descendentes de portugueses e espanhóis, mas também possui uma parcela de descendentes de africanos, alemães, italianos, sírio-libaneses e asiáticos (japoneses).

Predominam as tradições e hábitos gaúchos, herdados da formação açoriana e espanhola. Somaram-se a essas, tradições e hábitos das culturas alemã e italiana, o que ocorreu devido às colônias aqui instaladas no final do século passado. Há também alguns hábitos e costumes oriundos da presença do negro no município.

Antigamente, as mulheres tinham o papel de cozinheiras das fazendas ou de esposas dos fazendeiros e cuidavam exclusivamente dos afazeres domésticos.

O novo cenário, que se faz presente, fez com que as comunidades resistissem a mudanças, principalmente no que tange ao envolvimento das mulheres como fator determinante para uma discussão de desenvolvimento local.

Inserida numa sociedade, onde o modelo de extrato social é submetido à subordinação, de início levava as mulheres a desacreditarem do seu poder de interferência no intuito de modificar a situação na qual estavam inseridas.

Até o surgimento da Associação das Trabalhadoras Rurais, a participação da mulher era inexistente, sendo que a representação do espaço rural era considerado específico do sexo masculino. Tal situação vem passo a passo se modificando desde então. Hoje já há uma pequena, mas efetiva representatividade da mulher rural nos segmentos sociais e comunitários do município.

O meio rural possui pouca ou nenhuma estrutura comunitária. Há poucos postos de saúde e pavilhões de esporte e lazer. As escolas rurais foram todas nucleadas, afastando-as ainda mais das famílias rurais, pois o município tem uma extensão territorial muito grande.

Os filhos das famílias rurais, na maioria das vezes, são estimulados a ir embora para a cidade objetivando a continuidade dos estudos ou muitas vezes em busca de oportunidade de trabalho.

Os jovens que possuem condições econômicas e vão em busca de seus objetivos, chegam aos centros urbanos para estudar e não mais retornam, em sua maioria.

Quanto às mulheres rurais, o nível de escolaridade geralmente é baixo, ou seja, muitas não chegaram a completar o ensino fundamental.

O novo contexto social ainda não contemplou a mulher quanto às definições do seu papel no meio rural.

As decisões para as políticas públicas e demais decisões municipais relacionadas ao meio rural, são tomadas predominantemente por lideranças urbanas, o que leva o meio rural a sentir-se subordinado àquelas lideranças gerando um descrédito quanto ao atendimento das suas reivindicações.

Tal situação é agravada ainda mais pela distância física que as comunidades rurais têm em relação aos poderes determinantes (urbanos).

Certamente essa forma de poder arcaica, desgastada e superada de não aceitar o envolvimento e a participação ativa da mulher como parceira para o desenvolvimento das comunidades rurais, vem acarretando prejuízos a todos envolvidos no processo.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O início se deu em 1998 quando a agricultora Cleudia Ribeiro Camargo, solicitou o trabalho de extensão rural da Emater/RS-Ascar para atuar junto à comunidade na qual reside, denominada Sanga Funda (Bosque).



Num primeiro momento, reuniram-se cinco mulheres trabalhadoras rurais, que discutiram com os profissionais, os temas gênero, cidadania e desenvolvimento rural.

Posteriormente, mulheres da comunidade das localidades Guajuvira e Dorasnal, também solicitaram semelhante trabalho.

Aos poucos o trabalho foi se expandindo a ponto de ser fundada a Associação Municipal de Trabalhadoras Rurais, envolvendo inicialmente 150 mulheres de seis comunidades rurais.

À medida que o trabalho foi avançando começou a chamar a atenção de outros segmentos da sociedade, o que despertou interesse em conhecê-lo.

O passo seguinte foi formar uma equipe composta por profissionais do JUS Mulher (Organização não-Governamental para serviços de justiça da mulher), Liga Feminina de Combate ao Câncer, Emater/RS-Ascar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Secretaria Municipal de Saúde e Câmara de Vereadores, contando ainda com a participação de profissionais como: advogados, assistentes sociais, enfermeiras, pedagogas, psicólogos, médicos do Programa de Saúde da Família (PSF), além de outros.

O fortalecimento do trabalho aos poucos foi trazendo seus primeiros resultados. Entre eles podemos citar a ampliação da participação da mulher nas associações comunitárias e conselhos além do número expressivo de mulheres que passaram a envolver-se.

Hoje, este trabalho conta com a participação de 27 comunidades e mais de mil mulheres rurais envolvidas. As integrantes participam através de grupos organizados em suas comunidades rurais.

A metodologia de trabalho se dá através da realização de reuniões mensais nas comunidades do meio rural, sendo que cada grupo tem uma liderança. Todo início de ano realizam um planejamento de atividades para ser executado nas comunidades, buscando para isso o apoio da diretoria da Associação Municipal de Trabalhadoras, que busca as parcerias necessárias para desenvolver as atividades. Organizam campanhas, como a do agasalho no inverno, o Natal das crianças carentes, encaminham pessoas da comunidade que necessitam de auxílio, aos respectivos órgãos de acordo com a necessidade individual. Também realizam eventos comunitários com o intuito de angariar recursos financeiros, o que possibilita os investimentos nas atividades do grupo, bem como acesso ao lazer.

A Secretaria Municipal de Saúde está engajada nesse trabalho, disponibilizando uma assistente social, enfermeiras e médicos.

Através do JUS Mulher há o acompanhamento junto à comunidade para a não violência doméstica e inserção da mulher junto à sociedade. Esta organização, através de seus profissionais como, assistente social, advogados, psicólogos e enfermeiras presta assistência à família, sempre primando pelo trabalho preventivo de fortalecimento das relações no seio familiar. Quando necessário, os profissionais auxiliam, por exemplo, nas separações entre casais, acompanhamento psicológico continuado às mulheres vítimas de violência, além de outros serviços essenciais para melhorar o convívio familiar.

As comunidades abrangidas estão bastante envolvidas e aceitam muito bem os trabalhos realizados pela Associação Municipal das Trabalhadoras Rurais. Em conjunto, desenvolveram um horto para a produção de plantas bioativas. Além disso, possuem uma farmácia caseira, onde elaboram em conjunto, uma vez por mês, produtos, como pomadas, sabonetes medicinais, própolis e outros farmacológicos caseiros. Todos esses produtos ficam à disposição do consumo nas comunidades envolvidas e são armazenados e distribuídos nos respectivos centros comunitários (pavilhões).

Para uma melhor interação, os grupos trocam visitas entre si ao realizarem festividades, torneios de futebol feminino, jogos de bochas, festas comunitárias, jogos de integração das famílias rurais. O convite a todos os grupos da associação ocasiona um intercâmbio entre as comunidades e fortalece as relações de amizade entre as participantes. Organizam mutirão com as entidades responsáveis pela emissão de documentação de identidade, para que propicie à comunidade o acesso a esses serviços.

No âmbito da Associação Municipal de Trabalhadoras Rurais, também realizam reuniões mensais com todas as lideranças dos grupos organizados com a participação de duas representantes por comunidade. Para o deslocamento às reuniões, após uma negociação entre a Associação e o STR, ficou acertada que este paga, ao ano, seis passagens em transporte coletivo por representante, as demais ficam a cargo da Associação.

Através do planejamento anual e avaliação das atividades que foram desenvolvidas pelos grupos e pela da associação, as participantes distribuem responsabilidade entre elas, encaminham e realizam projetos como a implantação da Casa da Trabalhadora, das agroindústrias, o pedido ao poder público municipal para a cedência das escolas desativadas para que sirvam como sedes dos grupos do meio rural.

Realizam seminários e conferências municipais, chamando as autoridades do município para discussão e encaminhamentos das demandas da associação.

Nos conselhos comunitários e/ou municipais, discutem e deliberam sobre as demandas advindas das comunidades. Agendam audiência com o prefeito municipal para encaminhar solicitações dos grupos organizados, citando-se a exemplo o pedido de transporte escolar, construção ou manutenção de pontes e estradas.

Através da associação conquistaram para as duas comunidades onde foram instaladas as agroindústrias, uma atenção especial por parte da administração municipal, no sentido de priorizar a disponibilidade dos equipamentos e maquinários necessários para a construção e instalação daqueles empreendimentos.

No aspecto da cidadania, em época de campanha eleitoral do município, chamam os candidatos a prefeito e vereador, para expor o plano de trabalho da associação, visando buscar o apoio para a efetivação do mesmo.

Por meio das ações descritas anteriormente, aos poucos as mulheres, apropriando-se de informações e de conhecimento, resgatam a confiança na sua força de trabalho e decisão, passando a interferir significativamente nas decisões locais e em outros âmbitos através da sua participação em conselhos de Saúde, de Desenvolvimento agrário e nas sessões da Câmara de Vereadores.

Cabe frisar, que no início, as reuniões eram realizadas nas casas das participantes dos grupos que se formavam nas comunidades. Aos poucos, com a interferência e a mobilização da família rural, pavilhões comunitários foram construídos e hoje além de servir para reuniões da comunidade, são ocupados para o lazer, encontros religiosos, entre outros.

Uma das maiores conquistas das trabalhadoras rurais, ocorreu em 2003, quando passaram a ter uma representatividade dentro do STR, frise-se que até essa data, composto unicamente por homens.

Até então, o voto de decisão da organização era apenas do marido, sendo que a mulher era considerada como dependente, sem poder de voto.

Mesmo com a abertura de espaço para as mulheres no meio sindical, houve uma enorme resistência da diretoria em aceitá-las, pois a entidade era composta exclusivamente de homens.

As práticas cotidianas eram discriminatórias. Pelo estatuto da entidade sindical, o cargo ao qual a representante das mulheres fora eleito, era efetivo e ensejava o recebimento de salário.

Mas de maneira autoritária e, como o sexo oposto era a maioria e usava desse pressuposto, o salário que seria destinado à mulher eleita, estava sendo pago ao seu vice-presidente (homem), com a justificativa de que o cargo ao qual a mulher foi eleita não tinha direito a salário e que a assembléia teria decidido que a necessidade maior seria de ter um vice-presidente.

A partir de então as demais mulheres rurais, solicitaram uma audiência com a diretoria e exigiram a participação efetiva do seu segmento na entidade sindical. Houve resistência na aceitação da proposta. As mulheres então se dirigiram às instâncias competentes exigindo providências.

Eis que as mulheres lotaram o Clube Círculo Operário, para uma assembléia, onde não só conseguiram o atendimento à sua exigência, bem como conseguiram impor a modificação no estatuto do STR, principalmente no que diz respeito ao espaço antes reservado exclusivamente aos maridos. Hoje, o casal divide a mensalidade de sócios e ambos têm poder de voto.

Diante deste e outros fatos, as mulheres sentiram-se encorajadas, juntando suas vozes na luta contra a subordinação e a pobreza, buscando o desenvolvimento e o respeito às suas demandas.

Ainda em 2003, a Associação de Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Sul, após insistente busca, conseguiu um recurso financeiro de R\$50 mil, oriundo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para investir em ações onde as mulheres rurais estivessem envolvidas.

Após uma assembléia realizada pela Associação, resolveram que o recurso financeiro seria investido na criação de duas agroindústrias familiares de processamento de frutas e hortaliças. Na mesma assembléia, deliberaram para que o recurso fosse destinado às comunidades de Faxinal da Gardinha e Dorasnal, as quais, através de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), mostraram a necessidade desta alternativa para o desenvolvimento local.

A agroindústria de Dorasnal, situada a 115 quilômetros da sede do município, envolve 115 famílias daquela localidade. Já a comunidade de Faxinal da Gardinha, situa-se a 35 quilômetros da sede e envolve 27 famílias.

Em 2004, por uma decisão do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, foram repassados às duas comunidades, por meio do RS Especial, recursos necessários para terminar de equipar as agroindústrias, sendo que as mesmas organizaram-se na forma de cooperativas para a comercialização dos produtos.

Hoje, as cooperativas possuem equipamentos para processar frutas, fazer conservas doces e salgadas, picles. Também há embaladores a vácuo, para grãos e hortaliças minimamente processados.

Os grupos de mulheres, com a orientação de um pedreiro, realizaram mutirão para a construção do prédio da agroindústria. A organização da produção é acompanhada por técnicos da Emater/RS-Ascar. Já a capacitação para o trabalho de processamento, se dá nos centros de formação desta entidade.

Para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) RS, a Associação enviou um projeto de formação de pessoas da comunidade para qualificá-las à gestão da agroindústria. O órgão custeou a formação, com acompanhamento de uma psicóloga e os serviços de extensão rural. Essa capacitação, por meio de trabalho intensivo teve a duração de um ano.

Também foi realizada a capacitação sobre comercialização e apresentação de produtos, através do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Ao todo participam diretamente 35 mulheres, das duas agroindústrias e indiretamente, as filhas jovens que auxiliam na produção.

As duas cooperativas têm mulheres, como presidente. Na cooperativa do Faxinal da Gardinha, Rosimere Pinto Macedo e do Dorasnal, Carmem Cleonice Anunciação da Silveira.

Concomitante a essa caminhada, as mulheres receberam capacitação em artesanato, alimentação, material de limpeza, gestão ambiental, corte e costura.

A produção é comercializada em feiras, mercados locais e de porta em porta, o que traz uma ótima agregação de renda às famílias.

Também realizam suas vendas em eventos feitos por instituições de ensino, empresas públicas e privadas do município, o que proporcionou a procura para servir os *coffee break*,¹ com produtos do meio rural, quando da realização de algum evento no município.

A partir de então, surgiu uma nova demanda para este segmento rural, necessidade de um espaço comercial de referência na cidade, onde os consumidores pudessem procurar pelos produtos.

Diante desta questão, a Prefeitura Municipal se sensibilizou com a situação e ofereceu um prédio abandonado no centro da cidade, mais especificamente na praça da Caixa D'Água, patrimônio público que estava depredado pelo seu abandono. Foi então que, com auxílio da vereadora Dina Marilú, houve a doação desse prédio para a Asso-

1. Intervalo para o cafezinho; no Brasil, pequeno lanche servido durante curto intervalo em reuniões, cursos e outros eventos. Nota da revisora (NR).



ciação de Trabalhadoras Rurais. O prédio foi reformado. A comunidade doou móveis antigos que foram restaurados. Hoje é a Casa da Trabalhadora Rural. Neste local as famílias deixam seus produtos para serem comercializados. A praça tornou-se um ponto de referência de visitas.

Todas as participantes da Associação, bem como seus familiares podem trazer produtos para venda na casa, (geléias, *schimier*,² doces de corte, compotas, picles, conservas, massas, pães, bolachas, cucas,³ sucos, produtos hortifrutigrangeiros *in natura*, artesanatos, produtos de higiene à base de plantas bioativas). A produção e fabricação são das próprias comunidades rurais. Algumas mulheres trabalham na produção de forma grupal, a maioria em sua casa com a família. Já as comunidades Faxinal da Gardinha e Dorasnal que possuem as agroindústrias, nelas realizam seu trabalho.

A organização da venda é administrada pelas trabalhadoras rurais através de diretoria composta para esse fim. O recebimento dos produtos é registrado em planilhas e a venda baixada noutra planilha. A cada 15 dias, é realizado, por uma tesoureira, o pagamento das vendas. Existe também uma comissão de controle para recebimento dos produtos, mantendo a qualidade dos mesmos.

As mulheres realizam capacitação para a administração da casa, através da Emater-RS-Ascar, Sebrae, Prefeitura Municipal e outros profissionais, como psicólogos, por elas contratados. Participam diretamente na administração, 45 mulheres que são escolhidas pelos grupos das comunidades envolvidas no trabalho, mas a Casa da Trabalhadora Rural é usada indiretamente pelas mil participantes da Associação. Como as distâncias do município são muito grandes, as representantes que vêm para casa trazem o produto das demais integrantes do seu grupo, diminuindo custos.

A venda, bem como o abastecimento da casa é realizada por rodízio entre as agricultoras. Cada grupo pertencente à Associação fica com a responsabilidade por uma semana, dessa forma o trabalho se torna prazeroso, pois há o contato direto com o consumidor, bem como o sentimento de administrar o seu próprio negócio.

A casa também possui um quarto com móveis, para hospedar as trabalhadoras e seus familiares caso precisem pernoitar na cidade para ir ao médico, dentista entre outras necessidades que porventura venham ocorrer.

A Associação Municipal das Trabalhadoras Rurais passou a ser convidada para discutir as políticas públicas do município, quando acontecem reuniões ou eventos para decisão e encaminhamentos de propostas. Pode-se citar, por exemplo, Conselho de Desenvolvimento Agropecuário (Comagro), Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Desenvolvimento (Comude), Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comsea), Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema), STR, Prefeitura Municipal, Câmara da Indústria e Comércio de Cachoeira do Sul (Casisc), também seguidamente são chamadas a relatar sua experiência de trabalho cooperativo para os acadêmicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

2. *Schimier* ou chimias são doces de origem alemã, preparados apenas com a pura polpa da fruta e têm uma consistência mais grossa e carnuda do que as geléias. (NR)

3. Bolo de origem alemã, preparado com farinha de trigo, fermento, ovos, manteiga, às vezes coberto de açúcar; cuque. (NR)

Uma conquista com a efetiva participação da Associação foi a obtenção de atendimento em postos de saúde desativados do meio rural. Hoje, as trabalhadoras rurais estão engajadas na luta pela ampliação da Casa da Trabalhadora Rural, para que tenham um salão onde possam realizar capacitações. Junto com a União Brasileira de Mulheres (UBM), trabalham na aquisição de uma casa de passagem para as mulheres em situação de risco, pelo atendimento da saúde da mulher em dias especiais (para que as mulheres não precisem vir do interior e esperar por ficha ou perder a viagem por não conseguirem consultar), na criação de um fundo rotativo municipal para financiar iniciativas das mulheres rurais no intuito de conseguir sua independência financeira. Foram responsáveis, através de sua mobilização, pelo abastecimento de água por meio da construção de um poço artesiano para a comunidade de Dorasnal.

Por sua participação expressiva, as mulheres rurais pouco a pouco conquistaram o seu espaço perante a sociedade, na comunidade local e na família.

RESULTADOS OBTIDOS

As mulheres rurais passaram a interferir significativamente nas decisões da família, fato que foi de grande valia para o desenvolvimento local, pois com a renda obtida na venda de artesanatos, produtos coloniais, entre outros, passaram a ter uma diferença significativa na família ajudando no investimento e na melhoria das propriedades.

O protagonismo das mulheres rurais se deu pela iniciativa em modificar a situação de anonimato no qual se encontravam, passando a interferir nas decisões da comunidade, do município, além das políticas públicas. Também obtiveram a credibilidade e o respeito da sociedade local pelas suas conquistas até aqui alcançadas.

A divulgação e a aceitação dos produtos da agricultura fizeram com que as mulheres rurais fossem chamadas a expor o trabalho da Associação, nos mais diversos eventos, em espaços, onde anteriormente somente eram consumidos produtos industrializados.

Sem dúvida nenhuma, tratou-se de um avanço das mulheres rurais rumo à emancipação plena, como ser humano, como sujeito social e portador de um projeto de vida, participando e liderando as lutas de classe, principalmente junto a associação de moradores, STR, conselhos municipais entre outros.

Ante isso, se constata o importante papel que existe para o desenvolvimento rural sustentável com a participação e o envolvimento da mulher rural. Além disso, a ocupação pela mulher na liderança no sindicalismo rural - não só cumprindo os 30% que a lei exige -, antes historicamente masculino, mas, participando ativamente nas decisões leva a possibilidade da aceitação dos agricultores de ter uma mulher como presidente do STR de Cachoeira do Sul.

Portanto, está configurada aí a inserção deste extrato social, desfazendo-se a história do anonimato. Mais, a percepção de que a mulher é muito mais sensível a projetos de qualidade de vida, portanto contribui essencialmente para o desenvolvimento rural sustentável.



Prova-se estes fatos com o restabelecimento do patrimônio público (Praça da Caixa D'Água), tornando o espaço no qual está situada a Casa da Trabalhadora Rural, mais conservado e muito visitado.

Foi estabelecida uma relação de igualdade entre o meio rural, cidade e família por meio da iniciativa das mulheres, o que inicia a superação da dominação patriarcal nas relações entre gênero.

Depoimentos de mulheres participantes desse trabalho mostram que, ao obter o seu próprio negócio, tornaram-se independentes financeiramente e por consequência participam mais efetivamente nas decisões do seio familiar, tarefas anteriormente exclusivas dos homens, o que vai recuperando aos poucos a sua auto-estima.

Potencialidades

O município de Cachoeira do Sul tem um amplo potencial para receptividade de produtos mais limpos e puros vindos da agricultura familiar. Este modelo de agricultura é a que menos causa impactos ambientais. Pode-se afirmar que, a receptividade se deve às mulheres rurais, pois têm credibilidade e facilidade de relacionamento entre os segmentos da sociedade, buscando o envolvimento e a parceria de várias instituições para fortalecer o trabalho e as organizações desse extrato social.

Os resultados mostram que as mulheres possuem maior capacidade de planejamento. Na realização de tarefas buscam a participação da família, obtendo assim maior êxito nos seus projetos. Também a mulher possui uma sensibilidade maior no que tange ao meio ambiente, com base na observância às leis da natureza, não pautando seus atos apenas no lucro. A participação das mulheres rurais começa a causar mudanças a partir do seu interior, sendo as que geram transformações determinantes, porém não são fáceis de alcançar, pelas várias barreiras impostas pelo contexto no qual estão inseridas.

A democracia participativa teve um papel fundamental na equidade social, na qual se desenvolve essa experiência, fazendo com que um número expressivo de mulheres esteja liderando organizações rurais e abrindo portas para a continuidade do trabalho desse extrato social. O modo de desenvolvimento sustentável, através da agricultura familiar conduz a negociação para um novo paradigma de desenvolvimento, realçando a equidade e como fundamental, o envolvimento da mulher no debate para o desenvolvimento sustentável.

Limitações

A distância entre comunidades em relação à sede do município, pela grande área territorial dificulta o acesso das mulheres aos serviços necessários, causando também o isolamento das comunidades, isso por sua vez faz com que as mudanças demorem mais a acontecer. Tudo seria mais fácil se houvesse menor distância física entre ambos. O transporte para a cidade se torna oneroso, com poucas opções de horários.

O modelo da agricultura de Cachoeira do Sul, com grandes extensões de lavouras de produção de grãos e pecuária de corte, é um sistema ineficaz para os tempos

atuais, o que por sua vez empobrece muito o município, e com prejuízo maior às comunidades rurais.

A escassez de recursos financeiros, para grande parte da população rural, traz dificuldade para iniciar a atividade de produção da matéria-prima para abastecimento das agroindústrias ou iniciar qualquer outra diversificação nas propriedades. Assim sendo, a maioria das famílias, somente trabalha com a produção para a subsistência.

A população mais idosa se satisfaz com esse modelo, porém tem afastado grande parte da população jovem para as cidades que vai em busca de novas oportunidades. Tal fato acarreta grandes prejuízos no investimento nas propriedades rurais, uma vez que a população idosa não mais investe ou tem medo da inovação.

As mudanças no desenvolvimento rural são lentas, pois são poucos os profissionais que atuam na área. A Emater-RS-Ascar é a entidade que mais tem contato com a população rural, porém possui poucos empregados, em relação à extensão territorial do município, não sendo diferente com as outras instituições que trabalham com esse segmento da sociedade.

Esse extrato da sociedade, em grande parte é formado na maioria por negros ou então foram, num passado não muito distante, empregados de estâncias. Isso explica, em parte, porque hoje possuem uma auto-estima muito baixa e necessitam de um acompanhamento mais assíduo. O modelo agropecuário do município, antes dominado pelos grandes fazendeiros, hoje é discriminatório para com esse extrato social.

Para que a propensão das trabalhadoras rurais à inovação se realize, entretanto é necessário um ambiente social que estimule o conhecimento e favoreça que as novas idéias tenham chance de se tornar empreendimentos. A resistência nas mudanças de hábitos e postura da população, na maioria das vezes criam dificuldades para que as mulheres coloquem a serviço da comunidade todo o seu potencial.

A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na natureza mulher, o homem e as formas criativas de se perceber. No que se refere à natureza, supõe vê-la como um organismo vivo, com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem. (SHIVA, 1991:77)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar a evolução desse processo pelo número de mulheres que participavam, no início do trabalho, sendo que eram apenas cinco mulheres, com uma comunidade. E hoje na Associação Municipal de Trabalhadoras Rurais, participam 27 comunidades, com o envolvimento de mil mulheres. Há que se fazer referência também à conquista da Casa da Trabalhadora Rural.



Esse movimento articulado com outros segmentos da sociedade passou a atrair muitas conquistas para o meio rural, como criação de cooperativas, aplicação de recursos públicos oriundos do RS/Especial, Pronaf, Prefeitura Municipal, MDA, entre outros.

Foi estabelecida uma maior relação de igualdade, entre o meio rural, urbano e família através da iniciativa das mulheres em desenvolver projetos de geração de renda, assim como a participação no Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, Conselho de Saúde, organizações rurais, STR e outros segmentos da sociedade.

Como a mulher possui maior facilidade de relacionar-se e de planejar pensando na família, consegue envolver um maior número de atores sociais em suas demandas e, portanto, contribuindo essencialmente para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, tem conseguido de maneira organizada e planejada levar as discussões para a sociedade, não somente de questões que dizem respeito direto à mulher, mas de toda a sua família, da comunidade e do município.

ANEXO
FOTOS DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E RESULTADOS ALCANÇADOS



Encontro de
mulheres na
Câmara de
Vereadores



Reunião da
associação das
trabalhadoras
rurais



Encontro das famílias rurais

REFERÊNCIAS

Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: 2000. v.1, nº 1, p. 61-71, jan./ mai. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf. Acesso em 25 de outubro 2006.

NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. 228 p.

SILIPRANDI, Emma. *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. (Sem local, editora e data da publicação).





HISTÓRIA DE LUTA DA TRABALHADORA RURAL FRANCISCA DAS CHAGAS DO NASCIMENTO PEREIRA

FRANCISCA
DAS CHAGAS
DO NASCIMENTO
PEREIRA

VIDA FAMILIAR

Eu me chamo Francisca das Chagas do Nascimento Pereira, brasileira, piauiense, nascida no dia 26 de julho de 1957, em Cabeceiras, município de Luzilândia, Piauí. Filha de Martins Marques da Cruz e Ozita do Nascimento Cruz. Em 1990, me casei com Silvestre Alves Pereira, na Capela de São Pedro na referida comunidade; sou mãe adotiva de Ana Carla e Carlos Felipe.

Minha vida como trabalhadora rural começou quando eu tinha oito anos de idade, trabalhava na roça e quebrava coco babaçu. Meu pai era lavrador e minha mãe além de fazer as atividades de casa, fiava algodão, quebrava coco e trabalhava na roça. Meus pais não tinham interesse em colocar seus filhos na escola, pois achavam que, se fôssemos para a escola, não dava tempo de ajudar nas atividades domésticas e da roça, mas mesmo assim ainda tive a oportunidade de ir para a escola, onde estudei até a 4^a série do ensino fundamental.

As dificuldades para estudar eram grandes, tinha que caminhar seis quilômetros para chegar ao colégio, que não tinha estrutura, de má qualidade de ensino, sem merendas e sem material escolar. Apesar de gostar de estudar, o pior é que estudava pela manhã, chegava em casa ao meio-dia, comia um pouco e na parte da tarde tinha que ajudar minha mãe a pisar¹ arroz no pilão, quebrar coco ou ir para a roça, chegando à tardinha tinha que ir pegar água, na distância de um quilômetro e à noite ainda ajudar minha mamãe no trabalho de fiar algodão.

1. Moer. Nota da revisora(NR)



Com o dia cheio de atividades não sobrava tempo para estudar ou fazer as tarefas do colégio, não tinha ninguém para me ajudar nas lições da escola, pois meus pais eram analfabetos, e a gente morava longe de outras famílias, porque na época éramos moradores de uma propriedade e tinha um patrão e tudo que fazíamos tinha que ser com autorização do mesmo.

Na época meus irmãos mais velhos já eram casados e moravam longe da nossa casa, também eram analfabetos e viviam do trabalho da roça. Foi quando comecei a perceber que tinha de procurar outra forma de construir minha vida e ajudar outras pessoas a sobreviver.

VIDA NOS MOVIMENTOS RURAIS E NA POLÍTICA

Com todos os problemas vividos passei a conhecer as necessidades e a importância de me organizar. Em 1979, com a chegada do padre Ladislau João da Silva, na Paróquia de Nossa Senhora da Boa Esperança em Esperantina, iniciaram-se os trabalhos de organização das comunidades de base. Minha comunidade, Cabeceiras, foi uma das primeiras a se envolver nos trabalhos. Nesse período, ainda timidamente assumi a catequese de crianças, depois a equipe de cantos e após uns anos passei a coordenar os jovens da comunidade.

Com essa experiência formamos a Coordenação dos Jovens Rurais de Esperantina, com o objetivo de criar grupos nas comunidades para estudar a importância da participação e organização da juventude. Realizamos muitas assembleias municipais, encontros nas comunidades e na região.

Depois disso comecei a participar das atividades do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, como, assembleias, reuniões e encontros, onde despertou a minha vontade de associar a um sindicato. Em 1981 e 1982 o sindicato realizou as primeiras comemorações do 1º de maio no município e houve uma semana de estudos sobre a lei Estatuto da Terra, mostrando a porcentagem da produção que o patrão tinha produzido por moradores, por linhagem² de roça, pois na época os moradores eram muito explorados, tinham que pagar uma carga ou três paneiros³ de gênero por linha de roça, bem como trabalhar um dia a mais da semana na fazenda em atividades particulares para os patrões.

Já os cocos que as mulheres quebravam, eram vendidos no barracão do patrão por um preço muito baixo, sendo que o quilo era de mil e 200 gramas. Porém, o Estatuto da Terra colocava que o patrão só tinha direito a 10% de qualquer produção da mesma, podia ser de coco ou de produção agrícola.

Diante dos conhecimentos sobre o Estatuto da Terra reunimos homens e mulheres da propriedade para nos organizarmos e pôr em prática tudo que aprendemos. Começamos organizando homens e mulheres da propriedade, que era dominada pelo

2. Tecido de linho, grosseiro, usado para enfiar objetos ou mercadorias diversas. No caso entende-se por "linha de roça," como a autora cita a seguir. (NR).

3. Cesto grande com alças. (NR).

latifundiário Matias Olimpio de Melo, que morava em Teresina e só ia à propriedade para dar ordens para os barraqueiros e encarregados.

Os trabalhadores e trabalhadoras começaram a mostrar seus conhecimentos sobre o Estatuto da Terra, exigindo que fosse cumprido, através de um trabalho de conscientização com os barraqueiros e encarregados sobre os direitos dos trabalhadores. Só que eles, com medo do patrão não obedeceram aos trabalhadores e começaram a fazer as coisas como eram determinadas pelo patrão, principalmente contra as mulheres. Mas, conhecendo nossos direitos começamos fazer desta forma: levávamos os cocos para o barracão e pedíamos que fossem tirados os 200 gramas e ficasse o quilo normal para que fosse pago o preço do mercado, tirando os 10% que pertenciam ao patrão.

Como os barraqueiros não aceitavam que as mulheres saíssem do barracão para vender os cocos nos comércios particulares, os mesmos irritados comunicaram ao patrão, com isso gerou um grande conflito, pois os proprietários começaram a agir, perseguiram as mulheres, chegando a botar a polícia para segui-las e homens vendendo os cocos nos comércios particulares. Chegou ao ponto em que os policiais tomavam tudo e levavam para a delegacia da cidade.

Diante da situação foi marcada uma audiência para resolver o problema. Os trabalhadores e trabalhadoras tiveram apoio da igreja, do sindicato, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e de outros movimentos. Conseguiram a vitória, ou seja, a porcentagem da produção contida na lei. Mas, o conflito não parou e serviu para fortalecer os moradores. Os proprietários correram com todos os moradores da terra, não dando mais roça e queimando casas.

Em junho de 1983, no momento em que se celebrava a festa de São Pedro e São Paulo, em Cabeceiras, o proprietário, acompanhado de capangas e pistoleiros botou fogo na capela, onde se estava preparando para celebrar a missa festiva. Nesse momento o padre Ladislau vinha chegando e foi atingido com um chute nas costas e na barriga pelo grupo do latifundiário. Isso gerou muita revolta, preocupação e dor para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Com isso os movimentos sociais e os trabalhadores e trabalhadoras rurais resolveram comunicar e denunciar o fato à justiça, aos governos estadual e federal, com a finalidade de reivindicar a desapropriação da terra.

Com muita luta e conversa conseguimos que o governo, através do Projeto Vale do Parnaíba, que funcionava na época, desapropriasse 5.500 hectares de terra, onde os trabalhadores passaram a morar e trabalhar sossegados, tornando um fato histórico de nível nacional e internacional, servindo de exemplo para outros trabalhadores lutarem com mais força e coragem.

Nessa luta recebemos apoio e solidariedade de todas as organizações nacionais e internacionais, principalmente porque o padre e outros moradores foram agredidos na comunidade. Sendo que na história, quem mais sofre são as mulheres e as crianças, pois os homens em alguns momentos tinham de se esconder da polícia. Diante da resistência das mulheres resolvemos criar um grupo específico de mulheres. Começando com as quebradeiras de coco de Cabeceiras e trabalhadoras rurais da comunidade Olho D'Água dos Pires pertencente a outro proprietário, também localizada em Esperantina.



Em 1988 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina convidou-me para concorrer à eleição, formando uma chapa de oposição, na qual ganhei. Assumi o mandato de 1988 a 1991. No início do mandato assumi o cargo de secretária, posteriormente de presidenta, pois o presidente eleito teve que se afastar por motivo de conflito no município, principalmente na comunidade Olho D'Água dos Pires. Neste período muitos não confiavam na luta das mulheres à frente do sindicato para enfrentar os latifundiários, porém foram pensamentos equivocados, conseguimos muitas vitórias e conquistas ligadas à justiça.

Minha grande alegria e fortalecimento na luta, no período na direção do sindicato de Esperantina, foi quando participei do assentamento das famílias na terra que conseguimos do proprietário Matias Olímpio de Melo, que ganhou o nome de Santa Cruz I e II. O mesmo beneficiou 140 famílias entre mulheres (jovens, viúvas e separadas). Essas famílias foram assentadas sem nenhuma estrutura adequada para viver, devido à falta de comprometimento do governo com o programa de reforma agrária. Isso provocou bastante conflito e divisão das famílias politicamente, embora existissem outros programas que beneficiariam os trabalhadores e trabalhadoras rurais dos assentamentos. Mas quando chegavam aos municípios eram escolhidas as famílias a serem beneficiadas por casa e por políticas partidárias. Passamos o tempo todo lutando por água, energia, estrada e educação e quando conseguimos escola não tinha prédio. O programa de créditos que existia na época era o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer) que hoje é o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), mas tudo isso era sonegado tanto aos moradores, como para as associações do assentamento, pois a prefeitura tomava conta e os projetos que eles conseguiam eram aplicados pela metade.

Em 1996, conseguimos eleger um trabalhador rural da nossa comunidade a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mas no dia da posse ele se vendeu para a prefeitura do Partido Progressista (PP), que era contra os trabalhadores e as trabalhadoras. Foi uma decepção para uma luta de vitória e conquista; mantive firme na consciência que obtive na participação de tantas lutas, continuamos buscando mais apoio e fortalecimento, participando de mais lutas e atividades de movimentos sociais existentes, formando um grupo mais forte que sustentasse a luta sem nos deixar vencer por politiquinhos. Nosso grupo manteve-se forte e pronto para conseguir benefícios do governo, continuando a luta através da organização com a finalidade de fortalecer e encorajar as nossas atividades.

Em 1988, passei a participar das atividades de outros movimentos existentes, sendo sócia-fundadora do Centro Popular Esperantinense (Cepes) em Esperantina, tendo como objetivo prestar assessoria técnica e política aos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais no qual ainda hoje contamos com seu apoio.

Logo em seguida filiei-me ao PT. Em 1992, fui candidata à vereadora no município de Esperantina, mas no meio de tantos caciques do Partido da Frente Liberal (PFL), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e outros partidos, ainda obtive 101 votos. Foram poucos para poder

me eleger, mas tiveram grande importância, porque consegui experiência e fortalecimento na luta, sem falar que fiquei mais conhecida, tornando-me uma referência no município, despertando em outras mulheres o desejo de participar e ocupar espaços na política, pois hoje não vemos mais mulheres com tanto medo de concorrer eleição, em qualquer esfera.

Também, participei de atividades nacionais, estaduais e regionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde tive a oportunidade de me fortalecer espiritualmente para poder enfrentar os trabalhos e as lutas pela terra, pelo crédito e pelas estruturas adequadas nos assentamentos. Nesses espaços nós rezávamos, estudávamos, refletíamos e trocávamos experiências, bem como transmitíamos energias umas para as outras. Foi na CPT que conheci companheiras que juntas aprendemos a ser solidárias, a perdoar, não se acomodar diante das dificuldades, como também descobrimos a importância de estarmos criando um movimento específico de mulheres, pois nas assembleias estaduais só apareciam homens.

Em uma assembleia da CPT, onde estava a assessora Susana Fernandes, refletimos o motivo de poucas mulheres nas reuniões e todas se perguntavam como podia resolver este problema. Algumas diziam que era muito difícil, pois as mulheres não queriam e nem poderiam sair de casa, foram educadas para cuidar das atividades do lar, sem saber de nada e nem poder falar de seus medos, pois homens são machistas e já participam e não deixavam elas se envolverem nos movimentos. Mas, após uma grande discussão saiu uma proposta de reunir as mulheres de alguns municípios para ver se a ideia daria certo. Saímos com uma data marcada, comprometendo-se de convidar outras mulheres de outros municípios. Cada uma fez a sua parte e na data marcada as mulheres compareceram.

Na reunião discutiu-se a criação do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, com objetivo de organizar as mulheres no Estado, bem como coordenar suas lutas, reivindicando e fazendo valer os seus direitos e representá-las em todas as instâncias da sociedade. Contamos com a participação de 11 mulheres trabalhadoras rurais, com apoio da CPT, da Cáritas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nessa reunião dialogamos sobre a criação do movimento, os seus objetivos, nome, coordenação e material que nos desse subsídios para as discussões.

A coordenação do Coletivo teria o papel de articular e incentivar as mulheres a se organizarem em grupos nas comunidades e nos municípios, participando do sindicato como também realizando cursos de formação e capacitação em política, geração de renda, gênero, saúde, combate à violência e à discriminação.

O subsídio que tiramos para nossa formação no Coletivo foi de estarmos confeccionando uma cartilha com o nome “Mulher na roça.” Logo em seguida a coordenação se comprometeu em articular o primeiro encontro estadual com a participação de outras mulheres representantes todo o Estado. Então, foi feito o lançamento da cartilha que continham alguns temas referentes à organização, na política, na saúde, na educação, na discriminação, gênero, entre outros. Todas as mulheres levaram a cartilha para estudar em grupo nos seus municípios e comunidades.



O movimento começou a funcionar com apoio da CPT, onde criamos as coordenações regionais e municipais. Para facilitar o trabalho dividimos o estado seis regiões (Floriano, Bom Jesus, São Raimundo Nonato, Picos, Teresina e região norte formado por Campo Maior e Parnaíba). As coordenações de cada regional articulavam encontros e acompanhavam os grupos nos municípios, fazendo troca de experiência, levando e trazendo informações para todo o Estado.

Com todo esse trabalho, as mulheres passaram a enfrentar as dificuldades perdendo o medo, conhecendo os seus direitos para o exercício de sua cidadania. Começaram a participar dos sindicatos, da política, de associação, principalmente enfrentando os patrões. Com a evolução e o crescimento do Coletivo resolvemos legalizá-lo, em 1992. Realizamos uma assembléia para poder estruturar melhor os trabalhos com mais eficiência; foi criada uma diretoria, tornando-se referência estadual. A partir daí começamos a receber convites para participar de outras organizações.

Também participei da Comissão Nacional de Mulheres, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também, da coordenação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que mobiliza os acampamentos nacionais em Brasília; ali as mulheres lutavam por aprovação de leis que beneficiariam aos mais pobres, como aposentadoria aos 55 anos de idade para as mulheres e 60 anos para os homens, salário-maternidade, previdência, saúde, educação, habitação, dentre outras.

A presença e a participação das mulheres do Piauí na Articulação Nacional, só vieram fortalecer mais o Coletivo, pois foi a partir disso que as mulheres começaram a receber os benefícios, se animando e compreendendo a razão de lutar e de participar. Nisso os homens passaram a entender a nossa luta e a importância da participação das mulheres, pois todos os benefícios que elas recebiam vinham ajudar na renda familiar. Foi na articulação, que conseguimos confeccionar vários subsídios de estudo e articulação das lutas, bem como cartilha sobre saúde, previdência, sexualidade, cidadania, além de cartazes, boletins, pôsteres, camisetas, lenços pela campanha nacional das trabalhadoras rurais.

Com meu envolvimento nos movimentos de lutas pelos direitos das trabalhadoras rurais tive a oportunidade de conhecer outros estados e a realidade de outras mulheres. Tivemos grande colaboração de entidades tais como, Fetag, CUT, CPT, Escola de Formação Paulo de Tarso, Cáritas, igrejas, associações, sindicatos, nas articulações dos movimentos, conseguindo fazer arrecadações de recursos, “vaquinha” para alimentação, transportes e recursos humanos.

Com o passar dos dias sentia a necessidade de dar oportunidade a outras lideranças e como socializar as minhas experiências adquiridas ao longo desses anos, estando à frente dos movimentos sociais. Com a ajuda das referidas entidades decidimos criar associação nos assentamentos, fazendo acompanhamento nos programas e projetos. Com isto, conseguimos celebrar nossas conquistas, organizando as trabalhadoras em torno das políticas públicas.

Participei da coordenação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que tem como objetivo organizar as mulheres quebradeiras de coco

para lutar pela preservação do meio ambiente contra a devastação das palmeiras praticada pelos latifúndios, bem como a valorizar os produtos feitos de coco e aprovar o projeto Babaçu Livre em cada estado. Esse movimento, que realiza encontro interestadual, tem sede regional em São Luís, no Maranhão, com coordenação regional em cada estado de abrangência para articular as lutas e organizar as quebradeiras em seus estados. Além disso, em alguns momentos realizam parcerias com o Coletivo, pois o público trabalhado às vezes é igual (trabalhadoras rurais e quebradeiras de coco).

Este movimento faz pesquisa, projeto de geração de renda, aproveitamento do babaçu, fazendo sabão do azeite, sabonete, tiram a massa do coco e com os cascos fazem carvão, bem como produzem material higiênico e de limpeza e artesanato das palhas.

Tive grande experiência no movimento, ampliando os meus conhecimentos, até porque quebrar coco faz parte da minha renda familiar desde meus pais, pois também eram quebradores de coco. Foi parte da luta dos cocos que nos ajudou a conseguir terra para muita gente.

Como tudo na vida é um processo de construção acabei me afastando da coordenação do MIQCB, pois surgiram outras lideranças capacitadas e estas assumiram a luta, mas continuo participando das atividades e das lutas em conjunto. É importante ressaltar que esse movimento também confeccionou material de subsídio para os estudos e reflexões nos grupos.

A partir do referencial do Coletivo, em 1992 participei Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro, onde deparei com outras línguas e culturas diferentes. Mas não me assustei muito. A minha participação nessa conferência foi importante, pois percebi que a discriminação com as mulheres está presente em todas as instâncias e categorias, podendo ser negras, índias, brancas, enfim está presente em todos os lugares. Foi nessa conferência que encaminhamos muitas propostas das trabalhadoras em tese, principalmente sobre extrativismo. Com a nossa participação, as quebradeiras de coco estão muito mais fortes e animadas, conseguindo a aprovação de leis que beneficiam a categoria.

Além dos movimentos que participei também sou sócia-fundadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), no qual fiz parte da sua diretoria. Esse movimento faz acompanhamento e assessoria em nível nacional, realiza encontros com mulheres dos nove estados do Nordeste, participa das lutas e organiza acampamentos e marchas nacionais realizadas em Brasília. Também participa da Marcha das Margaridas e outras manifestações em parceria com outros movimentos, bem como do Programa Nacional da Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Articula as comemorações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, realizando cursos de formação de lideranças, seminários, cursos de formação política, estudo sobre geração de emprego e renda e confecciona material de subsídio, como cartilha da campanha da documentação, previdência, saúde, violência, política, sindicalismo, políticas públicas para as mulheres.

Esse movimento está presente nas lutas nacionais e internacionais, conferências, encontros latino-americanos, preparando as trabalhadoras rurais para participar dos



conselhos e comissões. Ajuda e colabora nas coletas de assinatura de abaixo-assinados para aprovação de leis ou emendas de projetos. Trabalha a formação de mulheres para participar e ocupar os espaços na política e nos sindicatos. Enfim o MMTR-NE, está presente em todas as lutas sociais em busca dos direitos e mais espaço no mercado de trabalho para as trabalhadoras rurais.

Uma luta importante do movimento de mulheres foi a criação e o reconhecimento dos conselhos, delegacias, Comissão de Defesa das Mulheres Vítimas de Violência, aprovadas recentemente pelos governos federal e estadual. O MMTR-NE, sempre está presente, seja à frente ou junto a outros movimentos, como na elaboração do plano e proposta de governo em nível nacional, pois é importante dizer que conseguimos avançar bastante com o governo popular.

Com conhecimentos político-partidários que consegui, sinto-me cada vez mais encorajada para ocupar os espaços na política. Em 2004 fui candidata a vereadora pelo PT, no município de Morro do Chapéu, cidade desmembrada de Esperantina (1996). Mas na política não é diferente, tem muito assistencialismo, compra de voto. Nessa eleição, eu só obtive 87 votos, Não é um número muito significante; entendo que são votos de confiança e sinceros por acreditar na luta e na coragem das mulheres. Isso também mostra que são 87 amigos e amigas que eu tenho.

Essa realidade só me fortalece, porque mostramos à sociedade que as mulheres já conhecem seu valor, não têm os obstáculos e as determinações impostas pelos coronéis no tempo da escravidão. Sempre estou presente na luta política, apoiando outras candidatas, inclusive quando são mulheres de luta e comprometidas com a causa e com os mais empobrecidos. Esse meu empenho pode ser na campanha nacional, estadual e/ou municipal, pois entendo que toda a nossa vida depende de uma política séria, que seja dirigida por homens e mulheres que se preocupam com o povo.

Em 1996, vivenciei uma realidade, onde tinha uma mulher candidata pelo PP, que só trouxe decepção, pois ela não tinha decisão própria, todo o seu governo foi formado por homens e acabou sendo manipulada por eles. Só tinham vez aqueles que lhe eram convenientes e os que realmente necessitavam acabavam ficando de lado. Essa experiência serviu para que as mulheres fossem mais cuidadosas na hora de escolher seus representantes.

A minha participação hoje no sindicato é apenas como sócia, pois outras companheiras capacitadas estão assumindo a diretoria. O sindicato do qual sou sócia hoje é no município do Morro do Chapéu. Este enfrenta o grupo politiqueiro do PMDB o qual mantém um sistema de opressão e perseguição aos trabalhadores e trabalhadoras que são da oposição, principalmente quando o sindicato consegue beneficiar homens e mulheres com aposentadorias, salário-maternidade, créditos, terras e outros. Mas, no momento em que os trabalhadores e trabalhadoras se reúnem em parceria com outras entidades e movimentos, os políticos se preocupam porque são nessas reuniões comemorativas que nos fortalecemos e conseguimos obter as nossas conquistas.

Isso acontece principalmente nas comemorações do 1º de maio, Dia do Trabalho; 25 de julho, Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; 12 de agosto, Grito da Terra,

como também nas marchas dos Excluídos e das Margaridas. Dessa forma, os trabalhadores e trabalhadoras buscam conseguir benefícios para suas comunidades, tais como, melhoria habitacional, segurança, saúde, educação e moradia, bem como denunciam a violência, trabalho escravo, conflitos de terra, trabalho infantil, violências sexuais e domésticas, o desvio dos recursos públicos, compra de votos, má aplicação dos programas sociais e crimes eleitorais.

No contexto atual percebo que, o movimento sindical está mais aberto para a participação das mulheres, tendo sindicatos que mantêm a cota de 30% de mulheres nas diretorias. Ainda é pouco; às vezes é nos cargos de suplência e secretária, justamente, onde não têm poder e nem participação nas decisões. Apesar de deixar muito a desejar, tenho consciência de que já demos muitos passos e avançamos, ainda temos que continuar a lutar, pois sem as mulheres no sindicato a luta fica pela metade. Temos que levar as mulheres, jovens e as trabalhadoras rurais para ocupar esses espaços já conquistados nos sindicatos. A mulher sindicalista jamais será enganada.

LUTA NOS ASSENTAMENTOS

Hoje estou recebendo com bastante alegria as conquistas e benefícios da luta política, inclusive para o nosso assentamento, que só agora depois de 20 anos começou a receber estrutura para as famílias assentadas. Com a vitória do nosso presidente Lula e do governador Wellington Dias, em 2002, foi que começamos a lutar e criar a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras nos Assentamentos.

Essa associação com muita luta e organização, conseguiu cadastrar os trabalhadores e trabalhadoras para receber os créditos criados pelo governo Federal. As associações são organizadas em nove setores e cada um deles possui uma associação, onde já conseguiram o crédito do Pronaf para 118 famílias. Os recursos recebidos foram aplicados na compra de animais, poços, arame para fazer quintas, carroças para o transporte de trabalhadores e trabalhadoras, compra de gado, no plantio de mandioca, caju e capim.

Uma coisa importante nos trabalhos das associações dos assentamentos é que não há intervenção da prefeitura, só tem o apoio dos sindicatos e dos movimentos populares, pois estávamos cansados de sermos enganados pelos políticos tradicionais que só viam os trabalhadores e as trabalhadoras rurais na época das eleições, indo às comunidades pedir voto e nunca mais apareciam. Agora o povo está acordando e vendo a vida com outros olhos.

Não poderia deixar de dizer da importância da minha participação no Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais, pois através dele aprendi a me valorizar e conhecer os meus direitos. Hoje fico mais à vontade para expressar meus sentimentos e tenho mais coragem de enfrentar o machismo. Isso tudo, porque desde o início nos movimentos contamos com assessoria de várias pessoas que colaboraram com a nossa formação, dentre elas a Eliane Melo, e irmã Magnólia, sendo que as duas já se afastaram por falta de recursos e por problemas familiares.



Neste momento, o Coletivo passa por vários problemas, pois além de não ter recursos financeiros, estamos com dificuldades para resolver questões burocráticas. Temos domínio dos problemas políticos e sociais, mas quando se trata da burocracia temos muito a aprender.

A partir de meus conhecimentos dos direitos das mulheres já consegui enfrentar muitos problemas, não de minha família, mas de adversários políticos, principalmente no que se refere à aplicação dos recursos financeiros dos programas e projetos, bem como apoiar os mais pobres e fazer um trabalho de conscientização com as mulheres. Por esses motivos já fui parar várias vezes na delegacia do município denunciada por trabalhadores puxa-sacos dos políticos e patrões. Mas com meus conhecimentos sobre leis e direitos, eu venci. Isso é motivação, pois olhando tantos desafios pelos quais passei, hoje me sinto uma guerreira e procuro passar força para todas as mulheres.

No ano de 2003, apoiei, participei e colaborei com a criação da Associação Comunitária de Mulheres Produtoras em Cabeceiras, a mais nova associação do assentamento Santa Cruz I e II, tendo como presidenta uma mulher (Bernarda Magalhães). Essa associação foi criada com o objetivo de articular projetos para o assentamento, tendo como primeiro projeto a eletrificação rural, beneficiando 125 famílias nas comunidades Fazenda Nova, Bravo, Barroca e Cabeceiras. A associação juntamente com um grupo de outra comunidade conseguiu articular o abastecimento de água para as comunidades Cipó, Vila São Pedro, Cabeceiras e Currealinhos, onde beneficia mais de 200 famílias. Esses dois projetos foram conseguidos devido a uma boa articulação das associações com o governo do Estado através do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

Hoje na associação, temos um grande desafio que é resolver um problema que surgiu há muito tempo, no início do assentamento. Tem um cidadão rebelde que conseguiu afastar todos os moradores da localidade, ficando ele e uma senhora separada. Porém, os dois não se entendem. A associação está solicitando do Instituto da Terra do Piauí (Interpi), que divida o lote em dois, para evitar problemas mais graves. E mais uma vez vou entrar em conflito, pois esse senhor vem ameaçando a moradora e agora a mim também.

Com a vitória do presidente Lula e do governador Wellington Dias, começamos a articular os moradores para reivindicar a construção de escolas, posto de saúde, médico da família. No meio de tudo isso compreendemos que a responsabilidade por algumas políticas básicas está a cargo da prefeitura. Por esse motivo, passamos a conversar também com as administrações municipais. Hoje graças à força e vontade de alguns deputados e deputadas, por exemplo, da deputada estadual Flora Isabel, do PT, conseguimos com que a prefeitura construísse colégios com quatro salas de aulas, funcionando da 1^a a 8^a séries do ensino fundamental e outras salas para a educação infantil.

Em 2005, passei a ser presidenta da Associação Comunitária de Mulheres Produtoras Rurais, continuando com a luta de reivindicações, sendo que dessa vez por melhoria habitacional. Em articulação com padre Ladislau, que é superintendente do Ins-

tituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conseguimos aprovar projetos para construção de 90 casas, 23 melhorias habitacionais e cestas básicas para 113 famílias, ainda, um apoio financeiro no valor de R\$ 2 mil, para podermos comprar ferramentas. Isso me motivou bastante, sem falar que a confiança e a credibilidade das trabalhadoras e trabalhadores melhoram muito em relação aos governos.

Hoje tenho acesso a grande parte das secretarias do governo, pois tenho amigas e amigos que eram dos movimentos que estão colaborando para o crescimento do Estado. Temos várias companheiras que estavam sempre na luta e hoje ocupam espaços importantes no meio político.

Em 2006, além de estar à frente da Associação Comunitária de Mulheres Produtoras Rurais, fui reeleita para presidenta do Coletivo, sei que será um grande desafio, pois como mencionei antes, o Coletivo passa por várias dificuldades. Mas, irei lutar juntamente com outras companheiras e reorganizar o Coletivo no estado e nos municípios. Para isto, precisaremos de assessoria e parceria com outras entidades, com a finalidade de conseguirmos elaborar e aprovar projeto de sustentação das suas atividades, pois é isso que nos fortalece e nos garante ocupar espaços políticos, bem como exercer nossos direitos de cidadãs. Mesmo já tendo conseguido muitos espaços, as mulheres ainda têm muito a conquistar em todos os níveis.

MUDANÇA DE VIDA — NOVA REALIDADE

Para enfrentar todas as lutas e participar dos movimentos não é fácil, pois tenho uma grande jornada de atividades diariamente. Além de cuidar da minha casa, tenho de quebrar coco, cuidar dos animais domésticos, cuidar de meu filho de cinco anos para ir ao colégio, lavar roupas. Mas graças a Deus não preciso mais buscar água na cabeça como tinha que fazer. Isso sem falar que quando é para viajar tenho de trabalhar bem mais, porque tenho de deixar as coisas encaminhadas para que meu marido possa tomar conta, pois ele trabalha muito distante.

Mas, como tenho muita coragem, força de vontade e apoio de minha família, principalmente de meu marido, nenhuma dessas dificuldades me atrapalha. Viajo, chego e continuo tudo de novo, enfrentando tudo com alegria, pois tenho uma casa para morar que consegui com muito esforço, terra para trabalhar, água encanada em casa, um colégio decente para meus filhos estudarem, tem energia na comunidade, sem falar que quebro meus cocos e vendo onde for melhor e posso comprar o que eu quiser com o meu dinheiro.

Olhando para todas as dificuldades que já passei, hoje sinto que já contribuí bastante para o crescimento e fortalecimento dos movimentos de mulheres, mas acredito que ainda não foi o suficiente, porque na vida nós temos sempre algo que aprender ou ensinar. E na vida aprendi que é importante receber conhecimentos, mas o melhor é quando podemos repassar. E falo ainda como trabalhadora rural que sou, tendo as oportunidades que tive, que sou uma trabalhadora rural feliz, pois consegui realizar muitos dos meus sonhos e ajudar a outras pessoas a realizarem os seus.



A avaliação que faço desse processo é que já lutamos bastante para mudar a realidade vivida pelas mulheres e principalmente as trabalhadoras rurais, mas sei que muitas mulheres do meu estado e do Nordeste ainda precisam ser despertadas para o seu papel na sociedade. Fico imaginando que se as coisas são difíceis para mim que sou esclarecida, imagina para as mulheres que não conseguiram se desprender da cozinha, dos filhos e maridos e que ainda adotam o termo “não sei falar.” E é por essas mulheres que meu projeto de conscientização e articulação precisa continuar. Enquanto existir mulheres discriminadas lutarei, pois o trabalho só será em vão, quando as mulheres não mais precisarem de conscientização.



MEMÓRIA DA CAMPONESA MARIA APARECIDA



MARIA
APARECIDA
ALVES
DE SOUSA

VIDA FAMILIAR

Eu me chamo Maria Aparecida Alves de Sousa, tenho 49 anos, natural de Cocal da Estação - PI. Sou casada com José Raimundo de Sousa e dessa união tive oito filhos, mas apenas quatro estão vivos e me propiciaram alegria de ser avó de quatro crianças.

Sou trabalhadora rural, venho de uma família de 14 irmãos. A atividade econômica da família era o que meu pai tirava da roça e foi esse trabalho que ele me ensinou a fazer. Comecei a trabalhar com sete anos de idade, pois ir para a roça era uma forma de me esconder dos trabalhos domésticos que nunca gostei de fazer. Como a nossa família era muito grande e pobre, meu pai não tinha condições de dar roupas e calçados, então eu tinha que trabalhar para comprá-los. Consegui dinheiro trabalhando em roça, limpando mato, plantando, colhendo, bem como nos trabalhos realizados nas fari-nhadas,¹ quebrando tucum² e fiando algodão. Ainda, costurava roupas a mão para mim, minhas irmãs e minha mãe.

Não tive oportunidade de estudar quando criança, porque na comunidade onde morava não tinha escola. Mas, certo dia apareceu na minha casa uma moça chamada Camila, tentando convencer meus pais a nos matricular em uma escola. Nessa época eu tinha 13 anos. Minha mãe ficou atenta à conversa da moça, mas argumentou que não queria seus filhos matriculados nas escolas porque assim seria muito fácil para o governo saber da existência deles e mandar buscar para morrerem em guerras. A moça custou muito para convencer os meus pais a nos matricular na escola, até que com muita conversa resolveram aceitar a idéia de Camila e nos matricularam, porém freqüentei a escola apenas por um ano e meio.

1. Fabricação de farinha de mandioca.
Nota da revisora(NR)

2. Designação comum a várias palmeiras (*Astrocaryum* e *Bactris*) nativas do Brasil e de países vizinhos, com frutos comestíveis e folhas das quais se extraem fibras, conhecidas como fibra de tucum; tucunzeiro. (NR)



No dia 30 de dezembro de 1975, fugi para casar e fui morar em Piripiri, uma cidade bem maior do que onde eu vivia com meus pais. Mesmo assumindo o compromisso e a responsabilidade do casamento, retornei aos estudos e concluí o primeiro grau. O casamento para mim foi sinônimo de liberdade, porque antes de casar eu não tinha lazer e diversão, pois minha mãe não permitia. Somente os irmãos homens podiam sair e as mulheres tinham que ficar em casa. Eu sofri muito com a atitude de minha mãe, pois não soube muito bem o que era adolescência e tampouco o que era infância.

Com o meu casamento tive outras oportunidades. Comecei a participar das atividades da Igreja Católica, fui catequista de criança, de pais, madrinhas e padrinhos. Com esse trabalho, comecei a me envolver em outras atividades, agora em ações dentro de minha comunidade onde morava, assumindo o cargo de tesoureira e zeladora da comunidade do bairro Caixa D'Água. Foi nesta comunidade que perdi dois filhos por desnutrição, em seis dias, enquanto eu estava grávida de sete meses.

Na ocasião formamos um grupo de 17 mulheres para organizar uma campanha com a finalidade de reivindicar fossas sépticas e filtros. Tivemos muitas dificuldades, mas não desistimos da luta para a melhoria da nossa comunidade. Eu era a coordenadora da campanha e no momento, foi o trabalho que me salvou.

Depois da morte dos meninos a minha vida era chorar, sentada em uma rede de tucum. Porém, chegavam minhas amigas e falavam, “viemos lhe buscar,” mas eu falava que não tinha condições e elas respondiam, “nada disso,” pegavam nos meus braços e saíam me levando. Enquanto eu estava discutindo com elas os problemas da comunidade, esquecia um pouco do sofrimento causado pela morte dos meus filhos. Mas, quando chegava em casa começava tudo de novo.

Deus foi muito bom comigo, porque mesmo estando grávida de sete meses e passando muita fome, quando alguém vinha me visitar trazia comida para a família. Assim, consegui segurar a criança que estava no meu ventre e ela nasceu no tempo esperado.

Neste período eu estava estudando; tinha terminado a 4^a série e pretendia continuar a fazer o 1^o grau, porém, fiquei quase louca com a perda dos meus filhos e parei de estudar. Ainda tenho um grande sonho em minha vida que é voltar a estudar e me formar em agronomia e história.

Depois de alguns anos formamos um grupo de lavradores do município, composto por trinta pessoas. Contávamos com a assessoria da irmã Lúcia, uma freira catequista franciscana que trabalhava na comunidade. Este grupo tornou-se oposição ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piripiri.

PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Cada vez mais eu ia me envolvendo com os trabalhos comunitários; fui participar da coordenação Diocesana de Parnaíba pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A partir daí, comecei a participar das atividades promovidas pela CPT e pela Cáritas Brasileira; a minha colaboração era de uma forma bastante tímida. Tinha medo de falar e de me

expressar, mas com as vivências dos trabalhos fui me apropriando dos conteúdos, das metodologias e ampliando o meu leque de conhecimento.

Em 1987 em um dos seminários organizado pela CPT observei na plenária com oitenta participantes, que apenas nove eram mulheres; cerca de 99% eram homens. Diante dessa situação, após o almoço, Suzana Fernandes que era uma das funcionárias da CPT, chamou as mulheres que estavam participando do seminário e propôs criar o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, pois a mesma já havia ouvido falar dessa idéia na Paraíba e Pernambuco, onde as mulheres estavam se organizando em movimentos. As mulheres gostaram da idéia, aprovaram a proposta e já marcamos uma data para nos reunirmos para debater o assunto.

Na reunião com Suzana, da CPT, em 19 de dezembro de 1987, participaram Conceição Batista, da Cáritas Brasileira e Rosa, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando traçamos algumas linhas de ação para os trabalhos. No planejamento realizado, uma das primeiras propostas foi a elaboração de uma cartilha, onde as mulheres pudessem registrar todos os seus principais problemas e assim estimulasse sua organização como mulher dentro do trabalho rural.

A partir dessa compreensão chegamos à conclusão de que a cartilha deveria ser confeccionada tendo como base fatos da vida cotidiana das mulheres. A primeira cartilha, chamada “Caderno da mulher da roça” foi escrita abrangendo várias temáticas, tais como: A mulher e a sociedade; A mulher e a realidade; A mulher e o sindicato e A mulher e a política partidária.

Estas temáticas foram intercaladas com a leitura da bíblia, principalmente os livros escritos por mulheres (Ester, Ruth etc.). Então elaboramos o material baseado nos fatos reais do nosso dia-a-dia e articulamos vários municípios do Piauí para um encontro estadual (27 e 28/10/88), com a finalidade de lançarmos a cartilha, bem como apresentar o Grupo de Mulheres nos municípios, tendo a participação de 28 municípios.

A partir desse momento nasceu o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, vivendo na clandestinidade até 1992. No citado ano, mobilizamos as mulheres e fizemos a I Assembléia Estadual Eletiva das Mulheres, elegendo 12 mulheres trabalhadoras rurais, onde fui eleita a presidente para um mandato de três anos, sendo reeleita por mais três anos consecutivos.

Com toda essa trajetória de luta e batalhas vivenciadas pelos direitos das mulheres, minha formação e consciência política cresceram. Descobri que precisava ser protagonista da minha própria história e trabalhar para que a trabalhadora rural entendesse a importância disto para si mesma. Foi uma grande experiência. Eu sempre digo que foi o lugar onde sempre me senti à vontade para falar, ser ouvida e saber ouvir as outras, porque nas organizações mistas não é a mesma coisa. E nessa marcha o Movimento de Mulheres foi legalizado em 1992, registrado em cartório com o nome de Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí (CMTR/PI).

Com os trabalhos reconhecidos nacionalmente realizados pelo CMTR/PI, em 1989, fui convidada para participar do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), realizado em Picos, Piauí, tendo a participação de nove estados do Nordeste.



Na época fui participar levando a minha filha Josiomara, que estava com um mês e sete dias de nascida. Nesse encontro, fui indicada e eleita para a diretoria do MMTR-NE, onde fui crescendo e tendo outras oportunidades.

Em 1995 o MMTR/NE indicou duas trabalhadoras rurais para participar da 4ª Conferência Mundial de Mulheres na China, eu fui uma das escolhidas, mas infelizmente não gostei muito, porque as conferências não eram em português e não tinham tradução. O nosso planeta fêmea, que era o maior de todos, com uma tese imensa, com mulheres representando cerca de 170 países, eram usados só os idiomas castelhano, francês e inglês. Eu confesso que sofri porque não conseguia participar muito nas discussões, mas no painel “Fome e pobreza na América Latina,” eu não me contive, pois tinha sido vítima da fome e por ter perdido filhos por desnutrição fui ao microfone e mandei “brasa” como costumamos dizer.

Com essa conferência, percebi que o preconceito, a discriminação, a violência contra a mulher não é só no Brasil, mas em alguns países a violência contra as mulheres é bem mais alarmante, assim como a pobreza.

PESQUISA “A MULHER E O SINDICATO”

Em 1997 o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Piauí, realizou uma pesquisa, objetivando conhecer a participação das mulheres nas diretorias dos sindicatos dos(as) trabalhadores(as) rurais. Diante desse desafio, a direção do Coletivo visitou 88 municípios correspondendo 39,82% do universo total de cidades do Piauí, onde estive presente em quase todos eles. Os dados coletados em campo foram os seguintes: cinco mulheres na presidência; 13 na vice-presidência; nove na tesouraria; 23 nas secretarias e o restante em outros cargos, como de conselho fiscal e suplências.

Outro ponto verificado foi que grande parte de sócios (as) presentes nos STR's era de mulheres e que as mesmas pagavam fielmente a mensalidade. Além disso, um fato estranho é que nas tomadas de decisão ou na hora de assumir cargos importantes nos sindicatos as mulheres não aparecem e dificilmente conseguem se eleger, pois não percebem a realidade vivenciada.

Também, encontrei situações em que o presidente do sindicato não aceitou responder as perguntas da pesquisa, argumentando que as mulheres do município não tinham competência para participar das direções do sindicato. Encontrei sindicatos onde as mulheres ocupavam cargos na direção, mas era somente para preencher vagas, pois não tinham conhecimento do seu cargo dentro do sindicato. Mas apesar dessas situações verificadas, as mulheres hoje estão ocupando mais espaço nos conselhos, na política e nos sindicatos, existindo ainda um grande número de mulheres que ainda vivem no seu individualismo.

Este trabalho para mim foi uma experiência muito importante, pois conheci a realidade vivenciada por outras trabalhadoras rurais que atuavam no movimento sindical. Apesar do sucesso da pesquisa, tivemos grandes dificuldades em realizar os

trabalhos, tais como, questão de recursos financeiros e humanos, pois muitas companheiras indicadas pelo Coletivo desistiram por estarem com medo e serem tímidas para enfrentar esse desafio, como também no que se refere à questão de transporte, porque muitos locais são de difícil acesso.

Uma das dificuldades que passei para realizar esse trabalho foi quando fui para Buriti dos Montes, localizado no norte do Piauí, pois o transporte sai somente na madrugada e retornava às 20h para cidade, passando quase o dia todo para poder chegar nesse município. No dia seguinte embarquei às 4h da madrugada para Isaías Coelho, situado no sul do Piauí, chegando às 13h30. Essas cidades que visitei, quase todas eu não conhecia, sempre eu ficava hospedada na residência dos presidentes dos sindicatos ou nos centros sociais paroquiais. Através dessas visitas pude perceber o quanto nós do interior somos acolhedores até com quem a gente não conhece, pois sempre fui bem recebida nos locais onde não conhecia.

Uma cena que me chamou atenção durante as viagens para a pesquisa foi quando fui para o município de Queimada Nova, localizado no sul do Piauí, onde na estrada vi muitas mulheres passando com jumentos transportando ancoretas³ e crianças em busca de água, pois essa é uma região situada no semi-árido e era o período de estiagem (outubro) a água ficava para muitas pessoas distante até 15 quilômetros.

Também em 1997, o CMTR-PI, recebeu um convite enviado pela CPT para uma visita de intercâmbio na Itália para conhecer a realidade agrícola e agrária daquele país. Reunimos a coordenação do CMTR-PI. Fui questionada se eu toparia. Não podia perder aquela oportunidade e a partir dali comecei a me preparar. As passagens eram doadas pela Itália e a falta de roupas e calçados foi resolvida assim que cheguei em Piripiri. Visitei algumas pessoas amigas contei a história da viagem e pedi ajuda então ganhei três cortes de pano para calças e dois pares de calçados.

Na véspera da viagem o padre Sandro, da Itália, que era o coordenador do intercâmbio, enviou 300 dólares para cada um dos quatro que iam viajar. Com esse dinheiro eu fiz uma boa compra de alimentos para deixar em casa. Gostaria de salientar que sou chefe de família. Também costumo dizer que sou viúva de um marido vivo, porque meu esposo só se preocupa com a roça, cuja produção só dá para o consumo familiar. Então ele não tem acesso a dinheiro, sou eu quem tenho de me virar para comprar tudo que se precisa em casa, tanto para mim como para ele e nossos filhos.

VIAGEM A OUTROS PAÍSES CONHECENDO OUTRAS REALIDADES

No dia 1º de abril viajamos para Itália, visitamos muitas fazendas, é este o nome que dão às propriedades rurais lá.

Conheci a Itália de norte a sul. Nós tínhamos o dia inteiro para visitar e à noite nos reuníamos com as pessoas daquelas áreas onde tínhamos visitado para trocar idéias, falar da realidade do Brasil e da Itália.

3. Barril pequeno de madeira, geralmente achatado, para conduzir água; ancorote, quartola. (NR)



Foi numa dessas reuniões que um jovem me perguntou se era verdade que no Brasil morriam crianças desnutridas. Respondi a ele que sim e que eu sou vítima desta situação: perdi dois filhos em seis dias por desnutrição.

Então, quiseram saber com mais detalhes do trabalho. Marcamos para o final da semana seguinte a avaliação das atividades da semana. O companheiro que era o coordenador da equipe, disse: - Aparecida acho que você não deveria ter falado da morte dos seus filhos, pois os italianos poderiam pensar que nós viemos do Brasil pedir esmolas.” Argumentei que, apenas respondi a pergunta. Não achei que deveria mentir.

Dias depois recebi convite de umas mulheres que se reuniam para comer feijoada na quarta-feira e conversar sobre elas, ouviram falar que eu era do movimento de mulheres e me mandaram o convite. Fui lá, arranjaram uma tradutora e anotaram tudo o que eu dizia. Ao final da palestra elas me fizeram uma proposta para escrever um livro com meu testemunho. Eu fazia manualmente e elas traduziriam do português para o italiano, editando nas duas línguas. Fiquei muito feliz, pois isto era meu sonho.

Continuei a visita, recebi outro convite de um grupo chamado Mulheres de Nero. Eram mulheres que na época da Guerra do Golfo tinham protestado sobre a ida de seus filhos e maridos para a guerra e ainda continuavam protestando todas as quintas-feiras. Elas ficavam em uma praça, vestidas de preto, com manto preto, durante uma hora em protesto. Este movimento já havia se espalhado em três países, um deles era a Palestina.

Conversamos bastante sobre as mulheres do Brasil e da Itália e me fizeram um convite para visitar a Palestina com tudo pago por elas. Infelizmente não aceitei, pois já estava na semana de voltar ao Brasil e foi daí que surgiu mais um reforço para o meu livro.

Confesso que para mim foi uma experiência nota dez. Ser trabalhadora rural do nordeste brasileiro e ter uma oportunidade de conhecer a realidade agrária e agrícola na Itália é mais que um presente, é um prêmio. Tive o privilégio de sentir na pele, como vivem os trabalhadores e trabalhadoras rurais de um país europeu, um país onde houve reforma agrária de verdade, onde o governo apóia agricultura, onde tem mercado definido para produção agrícola, onde a educação é prioridade para todos, a saúde também, país onde a mulher não é discriminada e nem violentada como no Brasil. Onde ainda existem respeito e harmonia entre as famílias. Observei que todo trabalho lá é valorizado. Um país onde a população rural é apenas 8% e consegue produzir para consumo interno e ainda exportar.

Voltando ao Brasil pensei em escrever meu livro para ser editado na Itália, porém infelizmente não encontrei ajuda nem no movimento do Piauí e nem do Nordeste então parei. O que era um sonho, o que eu pensei ser novidade, virou nada de repente. Após alguns meses recebi uma carta da Itália cobrando o livro. Então voltei a me animar e ao mesmo tempo, pensava com quem iria contar, como fazer isto sozinha e tornei a tirar a idéia da cabeça. Não demorou muito outra carta chegou, li e guardei. Depois mais outra; li e só então decidi escrever sozinha.

MINHA VIDA EM LIVROS

Comprei um caderno e comecei a escrever. No primeiro momento era um entusiasmo. Quando já tinha escrito bastante, novamente me bateu um desânimo, mas fui em frente. Escrevia nas folgas, depois que chegava da roça quando terminava os trabalhos de casa ou chegava de viagem. Comecei no final de 1998, terminei, resolvi passar a limpo e foi outro grande tempo até que concluí e guardei.

Em 2001 recebi quatro jovens italianos em minha casa. Passaram uma semana comigo. Dentre eles, vinha Maria Pia, que já me conhecia. Eu tinha estado em sua casa em Padova na Itália. Pedi que ela levasse o caderno para o grupo de mulheres de lá. Maria Pia me pediu autorização para ler antes de entregar. Três meses depois recebi uma carta dela dizendo que havia lido e gostado muito e ela mesma faria o livro. Pedi paciência, pois era sozinha, professora e cuidava da mãe de 90 anos.

Padre Sandro, que estava em Teresina, mostrou interesse pelo livro. Ele disse que estava tirando cópia das páginas do livro e levando para as comunidades.

Maria Pia escreveu me pedindo mais paciência, mas através de outra carta descobri que Maria Pia estava com câncer e havia feito uma cirurgia. O livro já estava na gráfica. No dia 20 de abril de 2004, recebi pelos correios dois livros e uma carta que dizia que em agosto viria uma caravana e com ela, o restante dos livros.

No dia 3 de maio do mesmo ano, padre Sandro me ligou para avisar que Maria Pia havia falecido. Para mim foi uma grande surpresa, pois estava apenas com 13 dias que tinha recebido os livros.

Meu livro foi um grande sucesso na Itália; mandei-o para um amigo na Austrália e ele me pediu que enviasse mais. Frei Reinaldo José, da Alemanha, que mora em Piripiri me pediu autorização para traduzir para o alemão; eu estou muito feliz, pois a experiência da Itália para mim é inesquecível.

Em 1988 iniciei uma luta para a criação de uma associação de moradores dos bairros Vista Alegre e Santa Maria em Piripiri, pois no bairro Vista Alegre tinha 47 famílias morando no meio do beco e os proprietários dos lotes estavam ameaçando levar o trator para derrubar as casas. As mulheres, como sempre são as primeiras que sofrem com estes tipos de problemas, pois são elas que mais vivem em casa e são as primeiras a receber as ameaças. Tendo acesso a essas informações comecei a mobilizar as famílias falando da importância de se criar a associação e conseguimos. Aceitei ser a presidenta e elegemos a diretoria.

O primeiro trabalho que enfrentamos foi a luta pela desapropriação desses terrenos para assentar as 47 famílias. O prefeito não teve sossego. Foi grande o sofrimento, mas conseguimos que a terra fosse desapropriada. Infelizmente o prefeito não cumpriu com a parte dele que era dar o material para construir as casas em mutirão; os casebres começaram a cair com as chuvas e dentro de uma semana morreram duas crianças desnutridas.

Fui ao rádio para denunciar, mas não me deram espaço, pois ia denunciar o prefeito. Começamos a fazer a denúncia de boca em boca e a história se espalhou.



Fomos marcar audiência com o prefeito, mas ele não queria atender. Precisávamos levar muitas pessoas e sempre havia brigas quando cobrávamos agilidade no material de construção das casas e cestas de alimentos para as famílias que passavam fome.

Solicitamos apoio da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitário (Famcc), que nos socorreu com uma assessoria que nos acompanhava nas audiências.

A rádio da cidade, através de um programa da prefeitura começou a me agredir moralmente. Meu nome virou manchete neste programa. Pagaram gente para fazer abaixo-assinado para me tirar do bairro e da presidência da associação, porém a associação se organizou e consegui um abaixo-assinado a meu favor que surpreendeu a todos.

Nesse período eu era a coordenadora estadual do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí e estava acontecendo o Seminário Regional de Mulheres Trabalhadoras, na região norte do Piauí. Marquei presença somente na abertura, porque o assessor do prefeito havia me convocado através do programa para ir me defender e o nosso assessor disse que eu deveria ir para esclarecer o motivo da nossa luta em prol da comunidade. Na minha fala de abertura no seminário expus o que eu estava vivendo no momento e me despedi retornando para o meu município. Chegando lá a diretoria da associação havia mobilizado os moradores e já havia muita gente me esperando.

O assessor do prefeito dizia no programa dele que no bairro ninguém gostava de mim, por isso eu tinha que sair, que eu fazia mal às pessoas.

Organizamos os moradores e fomos ao programa de rádio. Fui acompanhada de muitas pessoas. Além do assessor da Famcc, foi também o advogado do Partido dos Trabalhadores (PT) de Piri-piri. O assessor do prefeito disse no ar que eu estava chegando com milhares de pessoas e assim contradisse tudo o que falou antes sobre mim. Falei no programa, acompanhada do advogado e me saí muito bem. As mulheres do seminário da regional norte fizeram um documento a meu favor e um abaixo-assinado e mandaram para a rádio do meu município. As rádios da região comentaram sobre o comportamento do prefeito.

As assessoras do MMTR-NE, reunidas em Fortaleza fizeram um outro abaixo-assinado a meu favor e mandaram também para a rádio do município. Depois disso o prefeito nunca mais me agrediu e nós continuamos a luta. O povo continuou morando lá; uns conseguiram material via prefeitura e outros por outras vias.

A POLÍTICA NA MINHA VIDA

Também enfrentei outro caminho difícil: a política partidária. Com meu crescimento político através das lutas sociais, o PT de Piri-piri no qual sou filiada começou a exigir que me candidatasse a vereadora. Eu que nunca havia pensado nisto. Para mim foi um grande susto e não aceitaria. Daí travou-se uma luta do diretório e essa insistência durou meses.

Eu ainda não tinha construído minha casa, tinha ganhado o lote, porém fui uma das pessoas que o prefeito não deu material. Morava em uma casa tão pequena que não tinha água e nem luz. Certo dia, na discussão em uma reunião do diretório eu falei que não aceitaria ser candidata, “pois, nem casa para morar eu tenho. Se eu for candidata e alguém passar em minha porta e disser, ‘essa é a casa da candidata,’ eu não gostaria.” Meu amigo Vicente, que estava ao meu lado, disse, “o nosso partido é dos humildes e quem deve enfrentar essas candidaturas é quem tem coragem de lutar como você, que já provou isto no dia-a-dia, nos movimentos sociais.” Após ouvir isso, aceitei e todos aplaudiram. Só meu esposo não gostou. Eu argumentei que fiz a vontade da maioria.

Chegando o período de registrar a candidatura e começar a trabalhar mesmo, percebi que eu não tinha condição, nem o partido me deu tal condição. Aliás, eram seis candidatos, só eu de mulher. O diretório escolheu um por achar mais forte e deixou os outros ao léu e eu fui uma. Fiquei sozinha, fazendo meu número em pedacinho de papel de cartolina para distribuir para o povo. Meu esposo que era contra se tornou a favor e até ele distribuía. O resultado é que tive 28 votos.

Quando chegou outra eleição, novamente veio a cogitação do meu nome. Pensei, avaliei e observei que eu tinha crescido muito em conhecimento através da experiência da minha candidatura que foi muito importante para minha vida. Eu tinha certeza que não iria me eleger, porém o mais importante é o crescimento político que consegui acumular. Desta vez não discuti muito. Aceitei logo.

Mais uma vez enfrentei outra candidatura sem recursos. Desta vez éramos três candidatos. Concorri com um advogado e um contabilista, o advogado conseguiu 158 votos, o contabilista 86 e eu 128 votos. Fiquei admirada, pois não esperava tanto e comecei a achar bom.

Candidatei-me pela terceira vez a vereadora. O nosso partido estava em uma coligação com chances de ganhar, com material possibilitando fazer um trabalho mais bonito. Nas pesquisas realizadas eu estava em sétimo lugar, de 15 vagas. Na última semana antes da eleição perdi alguns votos, pois os assessores do prefeito fizeram vários trabalhos na calada da noite como, distribuição de alimentos e de redes para as famílias que diziam que votariam em mim; eles faziam uma proposta para desviar o voto. No final consegui 277 votos não ficando nem na suplência. Depois desta fiquei muito triste, achei que ia dar certo. Tentei três vezes, não consegui, resolvi parar de tentar um cargo político.

A eleição seguinte era para governador. Neste ano Wellington Dias era candidato a deputado federal e andando em Teresina ele me falou que meu nome estava sendo cogitado para ser candidata a deputada federal, representando as mulheres rurais e que a Flora Isabel também defendia meu nome. Fiquei calada quando menos espero chegou um jornal do partido em Piripiri apresentando os pré-candidatos à eleição e o meu nome era um deles.

O diretório de Piripiri questionou o fato de eu ser candidata e não comunicar, mas expliquei que havia sido o diretório de Teresina. O assunto foi discutido e acabei sendo



candidata novamente, só que desta vez a deputada federal, sem material, sem condição. Mas tomei uma atitude, não vou trabalhar, pois não tenho condição de fazer uma campanha estadual, então registrei a candidatura tudo legal. Participei de cinco programas no rádio e participei de um programa na televisão de 40 segundos, sem falar que não fui a nenhum comício e não fiz um dia de campanha; só para ver como a televisão é poderosa e o rádio também, tive 306 votos do sul ao norte do Piauí, nem acreditei. Depois da eleição muita gente me procurou dizendo que não sabia que eu era candidata se soubesse teria me ajudado.

Foi nessa eleição que Wellington Dias foi eleito deputado federal pelo Piauí; nessa época eram candidatos ele, Roberto John e eu; se tem brincado de morrer deputado federal no Piauí como no pleito passado, eu teria assumido uma vaga em Brasília com 306 votos.

A avaliação que faço hoje da minha participação nos movimentos sociais populares me deixa tão feliz de uma forma que não sei explicar. Quando imagino quem era eu, de onde vim e onde estou não dá mesmo para explicar. Para completar, na oportunidade da eleição para governo do Piauí e a vitória de Wellington Dias, a deputada estadual Floral Isabel me indicou para ser a coordenadora estadual de Gênero, isso foi mais uma coisa maluca que aconteceu em minha vida. Tendo que trabalhar com gente intelectual, assistente social do nariz empinado que nunca enxerga o que tem ao seu redor, sofri daquelas que o diabo enxertou, porém no meio dessas pessoas ainda tem muita gente legal, compreensiva e gentil.

Considero que essa é mais uma experiência para o meu currículo e que me trouxe um grande conhecimento para saber discernir a diferença que há em trabalhar com o público urbano e rural. Isto é maravilhoso que levo comigo na minha bagagem.

AValiação de minha luta

Por isso digo, tendo as oportunidades que tive sou uma das trabalhadoras rurais mais realizadas deste país. Quando lembro que meu pai, morreu aos 82 anos e nunca viu um avião em solo, só no ar do tamanho de um urubu, meus irmãos quase todos analfabetos, a maioria deles nem a capital do nosso estado conhece e eu que já fiz várias viagens por via aérea até para outros países, só lamento não conseguir dizer para grande parte da minha família o que eu faço, da minha luta, porque eles não entendem. Falar do mundo para eles é como falar em inglês. Quem nunca viu como vai entender? Se ao menos tivessem tido oportunidade de estudar seria mais fácil compreender.

Destaco hoje na minha vida a importância que consegui através da minha militância nos movimentos sociais como um todo. O meu crescimento político diante da realidade que a sociedade oferece, porém ressalto que está longe de superar os obstáculos que atrapalham a vida cotidiana das mulheres trabalhadoras rurais no nordeste brasileiro. São enormes as burocracias, que enfrentamos em todos os segmentos, mas sabemos que temos que incluir as mulheres trabalhadoras rurais, que na maioria

são dependentes de outras pessoas, em muitos casos por falta de informação, por timidez ou medo de expressar.

Vale salientar que o analfabetismo é o grande vilão para as mulheres rurais. Não posso deixar de avaliar que por mais que uma trabalhadora cresça através de méritos próprios o fantasma do preconceito sempre lhe persegue seja, na profissão, na política e ou na família.

Mas aprendi que o importante mesmo é não baixar a cabeça e não se curvar diante dos desafios existentes. O que vale é continuar a vida vivendo o presente e olhando para o futuro.

Por isso, minha frase de luta é: “pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher.”



RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE OTACÍLIO COSTA - SC

147

EMÍLIA DE
FÁTIMA
VELHO DE
SOUZA

APRESENTAÇÃO

O presente relato pretende contar a experiência do grupo de mulheres da Associação das Famílias Agroecológicas de Otacílio Costa (Afaoc) na busca de ampliar e fortalecer as ações desenvolvidas pelo grupo de mulheres agricultoras em relação à garantia de segurança alimentar e geração de trabalho e renda principalmente para as famílias que resistem no meio rural e continuam a desenvolver uma agricultura familiar em detrimento ao aumento desenfreado do cultivo homogêneo de pinus¹ realizado por empresas e propriedades particulares na região.

Meu nome é Emília de Fátima Velho de Souza, sou presidenta da associação e faço parte de um grupo de produção agroecológica formado somente por mulheres.

As nossas propriedades se situam na região do Planalto Serrano de Santa Catarina, no município de Otacílio Costa. O município vem aumentando suas áreas de reflorestamento, inserindo-se em um importante cenário de produção de papel e celulose. A economia do município está alicerçada na extração de madeira e na indústria de papel e celulose e ocupa o segundo lugar na economia da região, sendo sua principal fonte econômica.

Com a expansão das áreas de reflorestamento, a agricultura familiar da região vem diminuindo nas mesmas proporções que avançam as áreas florestadas. Anterior a esse processo, a economia local era baseada na produção de alimentos para a subsistência e

1. Designação comum às árvores do gênero *Pinus*, da família das pináceas, que possui madeira resinosa e longas folhas, conhecidas como pinho e pinheiro. Segundo Houaiss, incluem algumas das árvores mais cultivadas, desde a Antiguidade, especialmente pela madeira e pela polpa usadas no fabrico de papel, como ornamentais, por sementes comestíveis e substâncias resinosas usadas também na produção de antitussígenos, cigarros, solventes etc., como a terebintina. Nota da revisora (NR)



comercialização do excedente. Com o advento do pinus a atividade agrícola foi substituída. As propriedades foram vendidas e o êxodo rural tornou-se uma prática.

O modelo de desenvolvimento da região apresenta sérios desafios à segurança alimentar de uma significativa parcela da população.

Historicamente, a população da região foi marcada pelo êxodo rural, a concentração fundiária, a exploração insustentável da floresta de araucária e atualmente a monocultura de pinus, contribuindo para o enfraquecimento da agricultura familiar na região, o que causa sérios impactos ambiental, social e cultural.

As famílias que permanecem nas atividades agrícolas, enfrentam dificuldades de organização por estarem sitiadas pelas extensas áreas reflorestadas, diminuição do número de famílias agricultoras que dependem exclusivamente da renda agrícola e distância entre as propriedades familiares. Outra situação peculiar é a diminuição da mão-de-obra para a realização das atividades nas propriedades devido dificuldades em organizar o processo produtivo, além de poucos recursos para investimento, fato que motivou a saída de jovens e dos homens para prestar serviços nas empresas de madeira, papel e celulose.

Esse quadro apresentado impõe desafios à agricultura familiar, como o de desencadear processos de inclusão social e desenvolvimento sustentado que tenham competência para promover a superação desses problemas em busca de um desenvolvimento sustentável, isto é, que valorize a cultura local, seja justo, tenha viabilidade econômica, preserve o ambiente e principalmente que seja solidário.

HISTÓRICO DA AFAOC

A formação do grupo ocorreu em 2000, mas a idéia surgiu em 1998 num curso de educação popular em Lages – SC promovido pelo Centro Vianei. O objetivo do curso foi a formação e capacitação de agricultores e agricultoras visando formar agentes de desenvolvimento local, desenvolver formas organizacionais da agricultura familiar e a promoção de uma agricultura agroecológica. As mulheres que participaram do curso faziam parte da Pastoral da saúde, onde somente produzir remédios não era o foco, mas mudar os hábitos.

A vontade de produzir alimentos sem a utilização de venenos, a necessidade de comercializar os produtos de forma direta e a possibilidade de assessoria técnica foram determinantes para a organização do grupo, tendo incentivo do poder público e da igreja.

As mulheres participantes do curso de educação popular mobilizaram outras pessoas interessadas e através do apoio local, realizaram uma viagem de intercâmbio para conhecer experiências desenvolvidas por associações de agricultores e agricultoras familiares nas áreas de produção agroecológica, venda direta através de feiras livres e na área da educação voltada para a realidade do meio rural (Casa Familiar Rural), no município de São José do Cerrito - SC.

O grupo de mulheres participantes do curso, muito motivadas, resolveu se organizar, fundaram uma associação que em sua fase inicial teve a participação de dois

homens, que representavam uma família e que participaram durante dois anos, principalmente no processo de comercialização. Atualmente a associação é composta somente por mulheres, responsáveis legais da instituição.

A organização inicialmente funcionou informalmente com a representação de cinco famílias, caracterizadas pela presença das mulheres, jovens e crianças que ficaram na propriedade desenvolvendo as atividades agrícolas, sendo que os homens foram em busca de trabalho nas empresas envolvidas com o plantio e beneficiamento do pinus.

Esta característica levou as mulheres a buscar alternativas para o sustento da família, que morando no meio rural estava totalmente dependente de alimentos vindos de fora da propriedade, ocasionando alto custo para a manutenção da família, restringindo o acesso a bens de consumo necessários, a exemplo de uma alimentação diversificada e saudável em termos nutricionais, bem como a saúde e educação.

FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

As dez mulheres que compõem a associação trabalham principalmente com a produção de alimentos, realizada de forma individual, ou seja, cada mulher em sua propriedade, sendo que o trabalho é realizado pelas mulheres, visto que os homens têm ocupações fora da propriedade. O trabalho inclui desde as tomadas de decisão sobre a gestão da propriedade, bem como a realização de atividades de preparo de solo, plantio, tratamentos culturais, colheita, armazenamento e comercialização. O planejamento de plantio e a comercialização são orientados pelo Centro Vianeí e Cooperativa Ecológica Ecoserra, observando-se as normas do estatuto da associação e da rede Ecovida de Agroecologia, responsável pela certificação da produção.

O processo todo é discutido na associação, onde juntas decidimos o que plantar visando o consumo e as possibilidades de comercializar, qual o mercado que iremos atingir, em função da realidade de cada uma e da aptidão, o que cada uma mais gosta de fazer. Por exemplo, eu adoro plantar feijão e batatinha. Decidimos o que será produzido, fazemos o levantamento dos insumos necessários à produção (como calcário, fosfato natural, sais, cama de aviário e sementes) e compramos de forma conjunta através da cooperativa Ecoserra. A comercialização é realizada de forma coletiva.

Oficialmente, uma vez por mês é realizada uma reunião da associação ou sempre que necessário, por ocasião de resolução de problemas e encaminhamentos pertinentes. As decisões são tomadas conjuntamente de forma democrática com a participação de todas. A administração é realizada pela direção e conselho fiscal.

Participamos de processos de formação, no mínimo duas vezes por mês, através da assessoria técnica do Centro Vianeí. Aproveitamos também o dia da feira para nos reunir e tomarmos algumas decisões. Como participamos de vários projetos e organizações, existe a necessidade de sempre estarmos fora da propriedade, participando de cursos, reuniões, principalmente nos últimos anos, onde é necessária cada vez mais, a participação da sociedade civil organizada.



Aqui as mulheres que compõem o grupo: Cléia, Beatriz, Neuza, Aleida, Ana Maria, Irma e Fátima. Faltaram na foto Neuzete, Cristiane e Fernanda. As crianças são Maria Helena e Juju.

Para que a participação fortaleça o grupo e não prejudique as atividades de produção, temos que constantemente conversar e destinar a participação nos diferentes espaços. A escolha de quem participa fica muito em função do papel que cada uma desempenha e sua afinidade com o assunto (podemos dizer que estamos sempre com o pé na estrada), ficando muitas responsabilidades para mim que sou presidenta da associação.

Procuramos seguir as normas estabelecidas no nosso estatuto, construído por nós mulheres, de forma coletiva. Houve todo um processo de formação sobre as diversas formas organizacionais e suas funções. Por ocasião de optarmos pela associação, foram discutidas todas as funções da associação e de seu quadro diretivo. As reuniões e as decisões são todas registradas no livro de atas.

Uma vez por ano é realizada uma assembléia geral ordinária, feita a prestação de contas, onde tudo é registrado nos livros de caixa e de atas. As eleições e a composição da nova direção são realizadas a cada dois anos. Cabe salientar que a associação e a direção são compostas somente por mulheres, que esta é a única organização existente no município que desenvolve a agroecologia e que também somos o único grupo produtivo formado exclusivamente por mulheres dentro da Rede de Agroecologia do território do Planalto Catarinense e da Rede Ecovida de Agroecologia.

Estamos fazendo cursos de gestão para grupos de cooperação para podermos melhor gerir a associação, principalmente as funções que cabem à tesouraria e ao conselho fiscal, visto que prestar contas não é nada fácil e a transparência é a melhor forma de não haver desconfianças, fato que geralmente desencadeia conflitos nos grupos.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO

A associação recebe assessoria técnica do Centro Vianei Educação Popular para a produção em base agroecológica e comercialização direta, participa de cursos e de outras iniciativas, algumas descritas a seguir.

1 – Participamos da Rede de Agroecologia Ecovida e do processo de certificação participativa, membros do núcleo do Planalto Serrano de SC. No grupo temos uma comissão de ética responsável por visitar as propriedades e ver se estão se adequando



Selo de certificação da Rede
Ecovida de Agroecologia que
usamos nos nossos produtos

conforme as normas de certificação. Aproveitamos as reuniões realizadas mensalmente em forma de rodízio, cada reunião na propriedade de uma agricultora, para ver se as orientações são seguidas. Não temos a função de ser fiscais, mas apontamos o que precisa ser mudado de forma educativa.

2 – Fizemos parte do Projeto da Rede de Sistemas Agroflorestais da Mata Atlântica que envolve as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. No nosso grupo tivemos duas unidades experimentais instaladas. Também participamos do encontro das entidades da Rede de Sistemas Agroflorestais em Registro – SP, com objetivo de divulgar as atividades desenvolvidas pela rede. Minha presença causou surpresa, por ser eu, a única agricultora que participou e relatou a experiência de sistemas agroflorestais que desenvolvemos. Também participamos por meio desse projeto, de intercâmbios em Ipê, Montenegro e Torres – RS, para conhecer e trocar experiências. Outra atividade referente ao projeto ao qual estivemos presentes, foi um seminário em Florianópolis, com a participação de todas as entidades do Brasil que compõem a rede.

3 – Para dar continuidade ao trabalho dos Sistemas Agroflorestais (SAF's) atualmente participamos de outro projeto que se chama Agrofloresta Familiar que objetiva o desenvolvimento da agricultura, pomar e floresta na propriedade familiar, buscando melhores condições socioeconômicas dos agricultores e agricultoras familiares e a conservação dos recursos naturais da região do Planalto Serrano Catarinense e Alto Vale do Itajaí financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Fui monitora do outro projeto e continuo neste. Temos o trabalho de fazer relatórios, ajudar a levantar indicadores e orientar sobre os SAF's. Recebemos muitas mudas, participamos de cursos e colocamos em prática os conhecimentos adquiridos. Por causa desses trabalhos somos convidadas para ir às escolas e à rádio falar de agroecologia.

4 – Fazemos parte como agricultoras gestoras do projeto de formação de uma rede de agricultores gestores de referência, desenvolvido pelo Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (Deser) com sede em Curitiba – PR, em parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONG's) do sul do Brasil com o objetivo de levantar indicadores de sustentabilidade, formar uma rede permanente de referência em agroecologia e por meio dos indicadores propor políticas públicas. Através deste trabalho pude-



mos quantificar o que produzimos e geramos de renda. Garantimos o consumo das nossas famílias com uma diversidade de alimentos e geramos anualmente uma renda de aproximadamente R\$ 100 mil. Isso nos dá condições de mostrar para a sociedade o quanto o trabalho das mulheres tem valor, mas esta é uma luta grande, pois afinal de contas ainda falta muito para sermos valorizadas em muitos espaços.

5 - Devido a necessidade de tirar o atravessador na hora da comercialização ajudamos a formar uma cooperativa regional de comercialização de produtos ecológicos que envolvem agricultores, artesãos e consumidores, chamada Ecoserra, responsável pela comercialização da produção, buscando se inserir em redes de economia solidária.

Para vender na feira local, conseguimos junto à prefeitura garantir o transporte dos produtos até a feira, realizado em um caminhão boiadeiro. Como as propriedades são distantes umas das outras, saímos às 4h30 da manhã para começar a feira às 8 horas. Mas agora a situação vai mudar. Somos beneficiárias do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) Infra-estrutura, por meio da rede de agroecologia, para a compra de uma kombi para a associação. Estamos em negociação com a prefeitura, responsável pela contratação do projeto, afinal essa conquista é fruto do nosso trabalho e da nossa organização.

A venda é feita na feira livre onde somos as únicas feirantes no município e também vendemos para as propriedades vizinhas. Alguns produtos são comercializados para a Companhia Nacional de Abastecimento Alimentar (Conab) através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com doação simultânea e mercado atacadista de São Paulo, através da Cooperativa Ecoserra. No mercado de feira livre são fornecidos produtos como feijão, batata, moranga, frango caipira, ovos, queijo, nata, couve, feijão de vagem, tomate, beterraba, cenoura, alface, mel, pães, bolachas, ervilhas, entre outros.

Na safra de 2003/2004 o grupo comercializou para a Conab, oito mil quilos de batata, totalizando R\$ 15.0000,00 e para São Paulo, 10.928 quilos de moranga, no valor de R\$ 20.800,00.

A produção objetiva primeiramente a subsistência para garantir a segurança alimentar e posteriormente a comercialização do excedente, na busca de renda.

6 – Participamos de uma rede de economia solidária levantada pela Fundação Universidade de Blumenau (Furb) e participamos das feiras estaduais de economia solidária em Lages e Itajaí – SC.

7 – Partilhamos de uma rede de agroecologia da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (Ciat), para discutir e implementar política de desenvolvimento no território. O início foi bem complicado, porque são ações do governo Federal. Como não conhecíamos muito bem o funcionamento, nas primeiras reuniões sofremos discriminações, quando técnicos das empresas de pesquisa e extensão perguntaram para nós o que estávamos fazendo ali. Até no momento em que foram apresentados projetos

e houve votações fui questionada, por ser agricultora e estar ali como delegada. Senti-me muito humilhada. Mas por meio dessas lutas conseguimos aprovar alguns projetos como beneficiárias do Pronaf Infra-estrutura, para aquisição de um veículo que está em contratação e um computador. Atualmente sou membro do núcleo diretivo do Colegiado do Desenvolvimento Territorial (Codeter).

8 – Envolvemo-nos na implantação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (Consad) Serra Catarinense. Por intermédio do Consad fomos incluídas em um projeto de empreendimentos solidários financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e beneficiárias de uma máquina de fabricação de óleo vegetal e de uma horta comunitária para o município. Como essas ações envolvem a prefeitura local não conseguimos convencer o prefeito e os vereadores de sua importância e da participação do município. Com isso não pudemos contratar o projeto. Mas o sonho de produzir óleo vegetal foi perseguido e a horta comunitária, vamos fazer com os nossos próprios esforços.

9 – Para discutir a problemática sobre a situação da mulher agricultora estamos envolvidas em uma atividade realizada pelo Grupo de Trabalho de Gênero e Geração da Rede Ecovida de Agroecologia que tem representação no Grupo de Trabalho de Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e de um espaço de discussão de gênero e políticas públicas para as mulheres, promovido pela Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário (DFDA) de Santa Catarina, representado pelo Centro Vianei. Também participamos do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Temos discutido o papel das mulheres na agricultura e principalmente a sobrecarga de trabalho, sem com isso ter uma maior valorização por parte da sociedade em geral. Aqui no município nos chamam de mulheres metidas e dizem que nossos maridos são mandados por nós, é difícil mudar a mentalidade machista e mostrar a importância do nosso trabalho. Algumas companheiras do grupo não têm apoio dos maridos, passam por momentos difíceis de violência e a participação está diminuindo, pois os maridos só querem que elas participem da feira. Tentamos trabalhar a conscientização desses homens para que compreendam que não é só o econômico, ganhar dinheiro, mas que é preciso estar organizadas para conseguirmos avançar no reconhecimento, na valorização da agroecologia e do trabalho das mulheres, que é o respeito das nossas vidas e das nossas famílias. Com isso ganhamos conhecimento e outros benefícios.

Por estarmos organizadas conseguimos muitos avanços; isso chama a atenção, mas provoca intrigas políticas. Há cinco anos fazemos feiras e somos as únicas, isso ajuda a mostrar o nosso trabalho e falar da importância da agroecologia. Uma vez por semana vamos à rádio local contar sobre as reuniões e eventos que participamos.

Atualmente estamos envolvidas num projeto que engloba outros grupos de mulheres do Planalto Catarinense, por meio de uma rede da qual iremos montar uma agroindústria de óleo vegetal. Participamos de um seminário de Gênero, agroecologia e educação popular para discutir um edital do Programa de Promoção a Igualdade de



Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para elaboração do projeto que beneficiará todos os grupos de mulheres e do qual fomos contempladas com máquinas e equipamentos para a agroindústria.

Em maio de 2006 participei, representando nossa associação e a Rede Ecovida de Agroecologia, do Encontro Nacional de Mulheres e Agroecologia, em Belém – PA, por meio da ANA. Houve a divulgação da experiência do grupo das mulheres relacionada com a temática “Preservação dos recursos naturais e biodiversidade.” Foi maravilhoso! Além de conhecer uma parte do Brasil que eu nem sabia achar no mapa, pude conhecer outras realidades, outras culturas, as lutas de outras mulheres, mas também apesar de tantas diferenças, pude perceber que os problemas são os mesmos e que temos que nos unir para conquistar nosso espaço.

10 – Participação do II Encontro Nacional de Agroecologia em Recife – PE de 2 a 9 de junho de 2006 representando as mulheres agricultoras da Rede Ecovida de Agroecologia e o sul do país.

11 – Fomos beneficiárias de um projeto desenvolvido pela Cooperativa Ecoserra e Centro Vianei, juntamente a Conab, por meio do PAA, para sementes de milho crioulo.² Produzimos alguns tipos de milho crioulo, como asteca sabugo fino, palha roxa, roxo e branco. A idéia de participar do projeto foi para termos uma maior diversidade de sementes de milho no grupo. Acabamos de plantar em forma de pixurum (termo usado por nós quando se faz o trabalho em conjunto) uma lavoura comunitária do grupo na propriedade da Irma, tesoureira da associação. O milho plantado foi uma semente da lavoura da Aleida (secretária da associação) que usa o asteca sabugo fino e o objetivo é produzir a própria semente e fornecer para os outros grupos. A quantidade de sementes que recebemos terá que ser devolvida na mesma proporção para se formar um banco de sementes no núcleo da Rede Ecovida do Planalto Serrano.

12 – Participação nos cursos promovidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) na área de agroindustrialização de alimentos e artesanato (conservas, panificação, artesanato). Também desenvolvemos atividades de artesanato como pintura, crochê, bordado e macramê.

13 – Participação da Associação da Micro-Bacia de Goiabal e Fundo do Campo, projeto desenvolvido em parceria com a Epagri e Governo do Estado de SC que visa promover o desenvolvimento das comunidades rurais, através de assistência técnica na produção e saneamento básico.

14 – O grupo recebe apoio do poder público local, a exemplo do transporte dos produtos comercializados na feira livre e para a contratação dos projetos que recebem recursos do governo Federal, como o Pronaf Infra-estrutura.

2. Que ou o que nasceu, ou foi produzido, nos países colonizados (diz-se de animal, vegetal ou objeto). (NR)

15 – O grupo é parceiro do STR, da Pastoral da Saúde, do Movimento das Mulheres Camponesas e da FURB (Economia Solidária).

16 – Participação junto a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), organização não-governamental, em um projeto chamado Matas Legais que tem como financiadora a Fundação Boticário. A minha propriedade é referência neste projeto. A instituição se situa em Alto Vale do Itajaí, mas devido às relações abrange a nossa região.

17 – O Sistema Agroflorestal da Aleida, bem como o trabalho da Associação foram apresentados no seminário sobre Recuperação de Áreas Degradadas em Curitiba-PR no primeiro semestre de 2006. Esse evento foi promovido pela Universidade Federal do Paraná e contou com a participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), universidades, centros de pesquisa, professores, técnicos e estudantes. A participação no seminário está registrada em um artigo elaborado por Simone A. Pereira, Aleida e Natal João Magnanti.

AValiação DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS MULHERES

O grupo melhorou e muito a sua segurança alimentar. Hoje sentimos orgulho de podermos ter uma mesa farta, com uma diversidade de alimentos saudáveis produzidos por nós. Sabemos que isso significa melhoria em termos de qualidade de vida, pois temos mais saúde, proporcionada pela alimentação e pela forma de produção agroecológica, que contribui muito para a preservação do ambiente e da vida.

Nessa caminhada muitos conhecimentos e relações foram estabelecidos. Hoje somos referência na produção agroecológica, principalmente nos sistemas agroflorestais. Recebemos estagiários de escolas técnicas, universidades, agricultores de outras instituições para conhecerem nossa forma de produção. Avançamos muito na organização política da associação. Estamos envolvidas em muitos projetos e espaços de discussão, participamos de muitos processos organizacionais.

Como presidenta da associação tenho participado mais ativamente, vejo como positivo e sinto orgulho do nosso trabalho. As companheiras da associação que participam menos desses espaços sentem maior dificuldade de entender as relações, principalmente das novas políticas públicas propostas por este governo. Estamos envolvidas em várias ações como representantes da sociedade civil organizada. Todas nós entendemos que precisamos participar, estar organizadas e isso exige muito esforço.

Temos dificuldades estruturais e financeiras. Moramos longe umas das outras e precisamos seguidamente participar de muitas reuniões, por mais que tenhamos ajuda de custo para deslocamento e alimentação, na maioria dos projetos que participamos, assim mesmo é difícil. O problema está na produção, ficando muitas vezes prejudicada em função das saídas e de não se ter alguém para nos substituir nesse dia de trabalho. No trabalho da agricultura e na relação com a natureza não podemos deixar para outro dia, passamos alguns sufocos com o acúmulo de trabalho.



O fato de a nossa instituição estar em muitos espaços, às vezes assusta algumas mulheres da associação, que avaliam que são agricultoras e que esses espaços são para gente estudada e que nós somos muito de base, como por exemplo, participar do Núcleo Diretivo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do MDA.

Mas entendo que o objetivo é que possamos fazer parte para termos mais voz e vez, sendo somente uma conquista de reivindicações de anos de lutas das organizações de agricultoras e agricultores. Neste caso o Codeter estabeleceu uma cota mínima de participação das mulheres, pelo menos uma mulher representante da sociedade civil e também no mínimo uma do poder público.

Ainda temos dificuldades para entender o processo de acesso e democratização das políticas públicas, seu funcionamento, principalmente dos programas de governo e toda a burocracia exigida. Sabemos que isso é um avanço, mas é tudo muito novo, complicado e causa temor. O fato interessante é que estamos mais contextualizadas do que o poder público sobre estas políticas.

A relação desencadeada com a sociedade local passou de descrença para admiração e conflitos políticos, principalmente porque contestamos e questionamos bastante. Contribuímos para a divulgação da agroecologia, que até então era praticamente desconhecida da população urbana e rural. Hoje também nos reconhecem como referência na produção agroecológica, sejam vizinhos e vizinhas das comunidades onde moramos como no próprio município. Temos uma escola nucleada de ensino fundamental e ensino médio na comunidade, da qual participamos dando depoimentos, falando sobre agroecologia, produção de sementes, biodiversidade, meio ambiente, proteção de fontes, tratamento de esgotos por zona de raízes, alimentação e tantos outros assuntos que fazem parte do nosso trabalho.

Todos os dias da feira vamos à rádio local divulgar os eventos que participamos. O nosso trabalho já foi assunto para reportagens de jornais e televisão da região; assim divulgamos a agroecologia, o trabalho das mulheres e a importância da agricultura familiar.

A fundação da feira local foi um passo muito importante para difundir a agroecologia e valorizar o nosso trabalho, além da venda direta proporcionar maior valor aos produtos. Somos o único grupo a vender na feira, dá para se dizer que a feira somos nós. É o único momento que ninguém falta, todas adoram participar, não somente pela renda que gera, mas principalmente pelas relações estabelecidas com as pessoas, a valorização do nosso saber, da agroecologia, do prazer de proporcionar uma diversidade de alimentos que foram produzidos e transformados pelas nossas mãos e que irão alimentar de uma forma saudável tanta gente, isto é maravilhoso.

Nas relações políticas com as organizações do município principalmente, sentimos dificuldades, devido ao fato de sermos mulheres e agricultoras familiares, nos questionam sobre os nossos projetos. Acham-nos impertinentes, mas estamos conseguindo ocupar um espaço onde as mulheres agricultoras nunca estiveram e nunca foram protagonistas, é difícil para eles compreenderem, mas a duras penas estamos conseguindo ocupar esse espaço com mais respeito.

Percebemos que a organização voltada para a agroecologia proporciona muitas coisas boas já descritas anteriormente, mas ainda temos muito pela frente. Nas reuniões temos discutido bastante sobre a sobrecarga do trabalho da mulher e a pouca valorização pela sociedade.

As mulheres vêm assumindo cada vez mais responsabilidades nas organizações da agricultura familiar, são responsáveis pela produção dos alimentos, tanto para o consumo da família como para a comercialização; ainda são as maiores responsáveis pelos cuidados com os filhos e com a casa; desenvolvem trabalhos na comunidade e estão buscando outras fontes de renda através da agroindustrialização dos alimentos e do artesanato, além de sair da propriedade para prestar serviços, até como empregadas domésticas, como acontece na nossa associação. Devido a todos esses fatores, procuramos trabalhar a conscientização para que tenhamos mais condições de igualdade e mais justiça. Foi através da nossa organização e da participação da Rede de Agroecologia que pudemos perceber de fato a real importância do nosso papel.

Nas relações familiares a conquista também foi grande, melhoramos muito, mas ainda temos problemas. Os homens reclamam quando saímos demais de casa, algumas mulheres do grupo ainda sofrem com a violência física e emocional de seus maridos em algumas situações. Sofremos preconceitos, somos rotuladas de metidas, tinhasas³ (“falam que não dá para lidar com nós”), dizem para os nossos maridos que eles são mandados por nós, mas felizmente são algumas pessoas. O contrário também é verdadeiro, recebemos muitos elogios e admiração de muita gente e de nossos familiares pela nossa força, nossa garra e pela beleza do nosso trabalho através da agroecologia.

Internamente no grupo somos todas guerreiras, temos nossas diferenças, problemas de saúde, ocasionados principalmente pela menopausa (maioria das mulheres) e pelo trabalho exaustivo da agricultura, mas estamos sempre nas lidas. Avaliamos que de fato somos “desconfiadas e queimadas,” ou seja, estouramos com facilidade e aí os conflitos internos acontecem, mas sempre conversamos e nos entendemos; na verdade de todas temos posicionamento.

Outra avaliação é de que temos que dar continuidade a esse belo e árduo trabalho, mantendo a associação sempre ativa. Para isso buscamos inserir mais mulheres e tentando principalmente que as mais jovens venham a se inserir, este é o grande desafio.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO DESENVOLVIDOS PELAS MULHERES

Depoimento de Aleida Pereira Lehmann sobre os Sistemas Agroflorestais (SAF's)

A propriedade localiza-se na comunidade de Goiabal, município de Otacílio Costa - SC. Meu pai adquiriu a área há 80 anos, a minha vida toda me beneficie desta terra. Há 15 anos meu pai me deu parte de sua área. Aqui nasci e aqui quero morrer. Desejo respeitar sempre

3. (Tinhoso: o diabo); obstinadas, que demonstram teimosia, insistência. (NR)

esta terra. Eu e minha irmã moramos na propriedade ela é solteira e eu sou viúva. Nos finais de semana recebemos a visita dos filhos e netos. Amamos este lugar, trabalhamos muito, mas somos muito felizes, dá trabalho, mas é gratificante.

A área total é de 31,6 hectares, sendo que 50% é com mata nativa. O relevo da propriedade é ondulado. Uma das áreas que possui é um quintal agroflorestal e outra área é destinada à criação de galinhas, através de piqueteamento. Divisão das áreas se destinada à criação de galinhas, mato e quintal. O quintal agroflorestal fica atrás da casa em local plano.

A área do quintal tem aproximadamente 50 m x 70 m, fácil acesso e aproximadamente 100 espécies cultivadas em pequena quantidade, entre hortaliças, frutíferas, plantas medicinais, adubação verde e no momento, além das hortaliças, há plantio de alho-porró, que é utilizado como tempero e também como medicamento, sendo fornecido para os animais. O alho é usado para o gado sendo moído e misturado ao sal, para as aves coloca-se na água, serve como vermífugo, antiinflamatório e como tempero.

A idéia de se ter um quintal florestal é poder ter o mais próximo da casa alimentos frescos, chás e frutas para o consumo diário, além de facilitar os cuidados pela proximidade. É o espaço onde se planta de tudo um pouco, lugar de prazer e orgulho.

A mata nativa serve de proteção para as plantas frutíferas como a ameixa vermelha, pêssego e a pereira, protegendo dos ventos frios. As palhas das culturas anteriores são enleiradas,⁴ para servirem de adubo. O solo nunca fica descoberto.

No cultivo de verão ocupamos toda a área plantando batata, batata-doce, feijão de vagem, tomate, alface, couve, brócolis, cebola, cenoura, beterraba, pimentão, pimenta, aipim, milho verde, moranga, amendoim, etc.

Ao lado do quintal temos uma área de pastagem para o gado, criamos gado comum, fazemos queijo, coalhada, doce de leite e nata para venda. O soro é dado para os porcos, algumas cabeças de gado e porcos são vendidas para proporcionar um incremento na renda.

O galpão fica no lado da casa e do quintal, favorecendo a utilização do esterco para a adubação, além de toda a cobertura morta para proteção e adubação.

As árvores também são usadas como quebra-vento.

Os arbustos que são conhecidos como vassouras ou alecrim-do-campo fornecem boa floração para as abelhas, originando o própolis verde. O butieiro é uma fruta maravilhosa que está presente no quintal, além de ornamentais como azaléias e copo-de-leite, outras frutíferas exóticas como maçã, figo, kiwi, laranjeira e árvores como o pinheiro.

Nos canteiros é possível consorciar salsa, morango, malva (planta medicinal antiinflamatória) pimenta, rúcula e adubos verdes (trevos e azevém⁵).

Também é possível embaixo de frutas nativas como a goiabeira serrana semear repolho, alface, couve, beterraba e cebolinha. Além disso é possível consorciar ainda com outras plantas medicinais e ornamentais como roseiras, tapetes de veludo, etc.

4. De leiras, que são sulcos ou regos abertos na terra para que nele se deposite semente ou muda; pequeno campo cultivado; parte de uma horta em que se cultiva uma única espécie de plantas; extensão maior ou menor de terreno; gleba. (NR)

5. Erva cespitosa (*Lolium perene*) da família das gramíneas, nativa da Europa e da Ásia, de folhas planas, lineares, espiguetas lanceoladas e cultivada como excelente forragem; erva-castelhana, erva-de-fio, erva-joeira, joio-castelhana, raigrás, relva. (NR)

No galpão se armazena abóboras e o milho, base da alimentação dos animais, principalmente dos porcos, ainda cozinhamos em fogão à lenha a quirera com abóbora entre outras plantas para tratá-los.

Além do quintal agroflorestal, existe uma outra área com SAF's, possui 100 x 150 m. O objetivo foi conter o processo erosivo e o assoreamento do açude, formado por um riozinho. Nas margens foram plantadas espécies como xaxim, plátano, deixados o alecrim-do-campo e bracatinga,⁶ sabugueiro, araucária, além de manter sempre a cobertura do solo. Nesta área são cultivadas hortaliças e plantas medicinais. Aproveitamos a cerca para plantar espécies como a buchinha vegetal, que utilizamos na propriedade para tomar banho, lavar louças e comercializamos na feira.

No inverno com temperaturas médias de 10°C, resistem espécies nativas como a goiabeira, araucária, vassouras, além da adubação verde com espécies nativas e espécies que se naturalizaram como o azevém e os trevos.

No verão nesta área foi cultivado girassol com objetivo de alimentação para os animais e para consumo humano nas formas de óleo e semente, além de alho, buchinha vegetal, porongo, moranga, batata aérea, uvaíias e medicinais (malva, losna, hortelã).

Algumas sementes são colhidas no mato, assim como mudas, fazemos muitos intercâmbios e trocas de sementes, dificilmente volto de um lugar sem trazer uma semente ou muda de alguma planta. Quando faço poda já vou utilizando os galhos e replantando.

Tenho uma terceira área com SAF's, mede 2,4 hectares, onde foi plantado pinus e deixado a bracatinga naturalmente, além de outras espécies nativas como a araucária, goiaba serrana, vassoura, sarta-bola, marmeleiro, guavirova, cinzeiro, etc.

O objetivo desta área é ter lenha para o consumo interno, floração para as abelhas, madeira para ser usada na propriedade, proteção das aguadas, enfim proteger o ambiente, já que as árvores nativas estão se acabando e espécies como o pinus não produzem flores nem frutos para os insetos e animais.

Também manejamos os campos de forma que venham a ser mais sustentáveis, as grimpas⁷ dos pinheiros são amontoadas próximo dos pés, sendo feita de três em três meses pelo fato de que as grimpas estão inteiras e fáceis de pegar. Antigamente a grimpas era queimada e a cinza era dada para o gado comer, misturada com o sal. As grimpas podem se tornar um problema para os animais ao pastarem porque machuca as ventas, mas se forem amontoadas próximo ao pé servem como adubação, proporcionando boas produções de pinhão que além de serem consumidos pela família e pelos animais, está ocupando um espaço considerável na comercialização. Deixo uma reserva de mato em meio ao campo com a função de proteger os animais do sol, chuva ou frio. O pinhão começa a produção a partir de abril, em junho ainda tem um pouco. Têm algumas espécies como o pinhão-cajuvã e o macaco que produzem tarde. Consumimos muito pinhão, se faz muitas iguarias à base de pinhão, as mais conhecidas são a paçoca e o entreveiro, mas um pinhão na chapa ou uma sapecada com grimpas são de um sabor inigualável.

6. Árvore pequena (*Mimosa escabrella*) da família das leguminosas, de inflorescências brancas, semelhantes a plumas, nativa do Brasil (PR e SC), cresce rapidamente formando matas densas, e a madeira é usada como lenha para carvão. (NR)

7. Ramos de pinheiro. (NR)



No galpão armazenamos alguns produtos que fazemos como: uréia natural, supermagro, macerado de samambaia, calda de cravo de defunto, inseticidas de pimenta, alho, arruda, entre outros. Também tenho uma farmácia caseira, onde faço muitos tipos de remédios, desde xaropes, pomadas, soluções, própolis, etc.

Numa área estamos tentando recuperar vários pés de marmelo com aproximadamente 50 anos. Foi feita a poda, passado uma pasta bordalesa, pois estavam cheios de “barbas” e coroado as plantas com húmus e cobertos com palhas. Estamos ansiosas para ver como se dará a recuperação das plantas.

Estamos introduzindo mudas como uva, vergamotas,⁸ laranjas e caqui, além de jabuticaba, vamos fazer uma experiência em produção de muda de jabuticaba para produzir no segundo ano.

Se olhar o nosso município, está tomado de pinus, para chegar aqui nesta comunidade viajamos ladeados pelas plantações. A nossa propriedade é uma reserva de mato e diversidade no mar de pinus. Neste SAF's também encontramos pinus, só que de forma diversificada e para quebra-vento em uma das áreas de lavoura. Estas áreas são todas ladeadas com quebra-ventos, além do pinus usamos plátano e sabugueiro.

As vantagens de se trabalhar com SAF's estão relacionadas com a sobrevivência da família, a preservação do meio ambiente e das águas, serve de alimentos para os pássaros e animais e para as abelhas fazerem mel.

Depoimento de Fátima Velho de Souza sobre o Sistema de Produção Agroecológico

Como temos pouca terra, aproveitamos o jardim para plantar as hortaliças juntamente com as ornamentais, frutíferas e adubação verde. A planta de tremoço, que é uma adubação verde é de uma beleza que encanta.

O alho, o repolho, a couve e alguns feijões de vagem também estão no jardim em frente à casa. Escolhemos as melhores plantas e deixamos florar. Além da beleza, buscamos coletar todas as sementes possíveis para novos cultivos.

A adubação verde de inverno é bastante usada por nós, como forma de proteger e adubar a terra, principalmente no inverno. Usamos trevo, vica, aveia preta e as plantas nativas.

Aproveitamos as reuniões do grupo para realizar a visita da comissão de ética, onde percorremos as áreas, observando se as normas de certificação estão sendo seguidas.

No quintal florestal da Ana, além das frutíferas como pêssego, figo, uva e citrus, ela planta batatinha entre as bracingas.

Nossas terras estão sitiadas pelos reflorestamentos de pinus, ao lado destes reflorestamentos, buscamos implantar Sistemas Agroflorestais. Plantamos frutíferas como, por exemplo, laranjeiras e a idéia é deixar a vegetação nativa se desenvolver e incrementar com mais mudas de nativas.

Em minhas lavouras, busco utilizar práticas de conservação do solo. Faço plantio em faixas, deixo faixas de mato que servem de quebra vento e ajudam no controle das

8. Tangerinas, bergamotas. (NR)

9. Segundo Houaiss, frasco bojudado destinado ao transporte e armazenamento de gases, produtos químicos etc. (NR)

doenças e dos insetos. Minhas áreas de plantio são bastante diversificadas, planto milho crioulo branco, semente que ganhei do meu pai e milho roxo. Adoro plantar batatinha e feijão.

Recebemos mudas de árvores frutíferas e mudas de árvores nativas para melhorar nossa oferta de alimento para a família e também poder vender na feira.

Já posso mostrar as mudas que plantei no meu quintal florestal.

Antes de plantar as mudas, discutimos o preparo da cova e depois fizemos em mutirão o preparo e plantio das mudas.

Temos plantas de marmelo que têm mais de 50 anos. Fizemos poda, adubamos com húmus e passamos pasta bordalesa na busca de preservar os marmeleiros antigos.

Todas procuramos plantar e preservar a natureza. A Aleida tem várias áreas com sistemas agroflorestais. Nos quintais, as palhas do milho são enleiradas, no meio da leira ela coloca estacas de árvores como pinheiro, vime, plátano e sabugueiro para fazer mudas, no lado da leira são plantado milho junto com ervilha.

No quintal tem de tudo, flores, árvores, hortaliças como a cebola, couve, repolho, beterraba, cenoura e outras.

Ao lado das lavouras, seguindo as cercas, estamos plantando árvores para servir de quebra-vento e aproveitamos para plantar flores para embelezar e servir de alimento para as borboletas e para as abelhas.

Aproveitamos a cerca também para plantar algumas plantas que são trepadeiras, como a bucha vegetal, que usamos nas propriedades e vendemos na feira.

Entre a cerca e a lavoura de milho crioulo asteca do sabugo fino deixamos uma faixa para o plantio de outras plantas como batata-doce, moranga, abóbora, repolho, feijão de vagem, beterraba e outras.

As árvores que servirão de quebra-vento também irão proporcionar sombra para o gado. Foram plantados pinheiros, plátanos e sabugueiros.

As abóboras servem para fazer doces e também para alimentar os animais.

Hoje somos referências nos sistemas agroflorestais, mostrando que é possível plantar de tudo um pouco numa mesma área de terra. As árvores nativas e frutíferas podem ser cultivadas com outras plantas e ainda dá para colher sementes. Neste quintal o alho está em floração, onde vamos colher as sementes e já foi plantado girassol.

As áreas destinadas à criação animal são todas piqueteadas, as áreas da criação de aves são cercadas por telas. Vendemos muita galinha caipira na feira.

O que sobra da horta também serve para alimentar os animais.

As grimpas são amontoadas nos pés dos pinheiros para limpar o pasto e servir de adubo. Por causa da lei é proibido cortar os pinheiros. Quando nasce um pinheiro, os agricultores já cortam para não se incomodarem, nós cuidamos, porque além do pinheiro estar em extinção, produz o pinhão que é um alimento delicioso e que faz parte da nossa cultura. Também vendemos o pinhão que é uma semente e fazemos paçoca, uma comida típica da nossa região que é muito apreciada, feita de pinhão moído com carne de porco. Cada pinheiro grande pode render até R\$350,00 por safra. Outras mudas que são plantadas nos pastos, protegemos para o gado não prejudicar.

Fazemos feira a cada 15 dias, onde fornecemos mel, doces, pinhão, cenoura, beterraba, alface, moranga, couve picada, conservas, ovos, queijo, doce de leite, requeijão, galinha caipira, pães, biscoitos, feijão, feijão de vagem, ervilha, milho verde, farinha de milho, batata, aipim, batata-doce, entre outras.

A feira é realizada na praça central do município.

Participei do Encontro Nacional de Mulheres e Agroecologia em Belém no Pará. Levamos duas caixas com sementes de diversas plantas para expor e trocar. Esse encontro foi preparatório para o Encontro Nacional de Agroecologia em Recife no Pernambuco, no qual fui representando as mulheres.

As amostras de milhos crioulos como o palha roxa, língua de papagaio, asteca do sabugo fino, roxo, pixurum, milho branco, abóbora, feijões, ervilhas, adubação verde, flores e muitas outras sementes causaram um alvoroço nas mulheres do Brasil inteiro. Nós temos o hábito de todos os lugares aonde vamos sempre voltarmos com alguma semente ou muda.

Colhi uma enorme pinha de um pinheiro que tenho em frente a minha casa e levei para Belém, não sabia que as mulheres daquela região nunca tinham ouvido falar do pinheiro e muito menos do pinhão. Ficaram impressionadas e acabei oferecendo pinhão cozido para elas provarem, foi fila para experimentar e se deliciar.

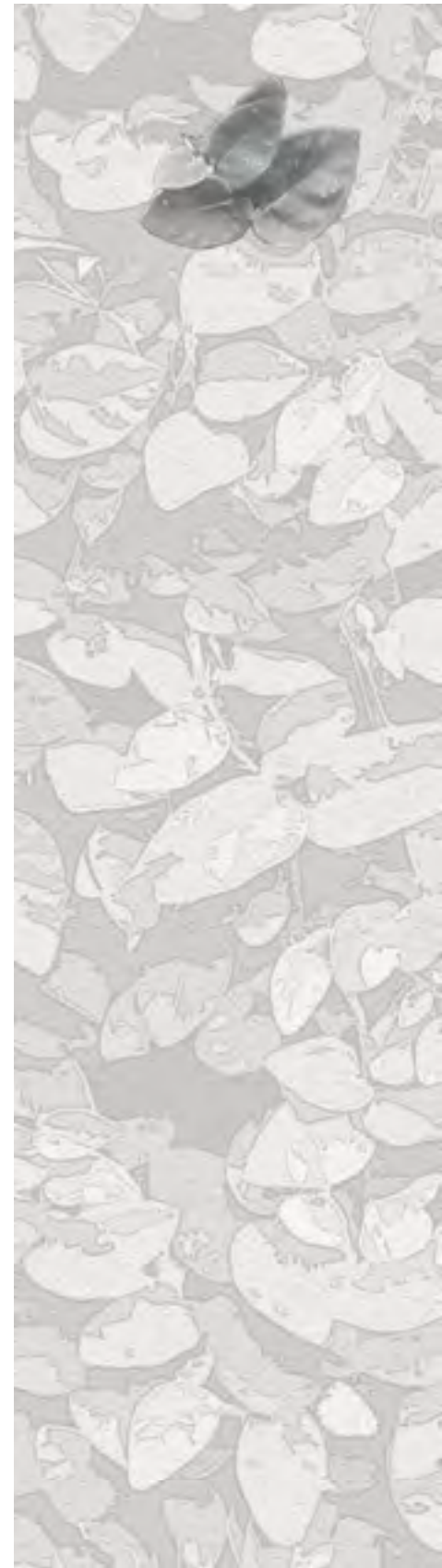
As experiências desenvolvidas por grupos de mulheres foram apresentadas por tema, participei do grupo que apresentou experiências com segurança alimentar e biodiversidade. A apresentação foi feita de uma forma muito legal, chamada de carrossel onde uma do grupo apresentava as experiências para os outros grupos visitantes e assim pudemos conhecer o que as mulheres do Brasil estão fazendo através da agroecologia.

Participamos de reunião sobre a produção de sementes de milho crioulo.

É no galpão que fazemos a escolha das melhores espigas para o plantio da lavoura comunitária de milho.

Recebemos bombonas⁹ de vários tipos de milho crioulo, distribuídas pelo PAA, sementes da Conab.

Contei um pouco da nossa história, mulheres que com muita luta e coragem, desejam construir um mundo melhor. Agora vou indo para casa plantar estas sementes e semear o futuro das próximas gerações.





Um novo projeto de desenvolvimento para o país passa pela transformação do meio rural num espaço com qualidade de vida, acesso a direitos, sustentabilidade social e ambiental.

Ampliar e qualificar as ações de reforma agrária, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais. Esses são os desafios que orientam as ações do **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)**, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado para a produção e difusão de conhecimento que subsidia as políticas de desenvolvimento rural.

Trata-se de um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diferentes centros de produção de conhecimento sobre o meio rural, nacionais e internacionais, como núcleos universitários, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, centros de movimentos sociais, agências de cooperação.

Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o **NEAD** desenvolve um projeto de cooperação técnica intitulado “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável”, que abrange um conjunto diversificado de ações de pesquisa, intercâmbio e difusão.

Eixos articuladores

Construção de uma rede rural de cooperação técnica e científica para o desenvolvimento

Democratização ao acesso às informações e ampliação do reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar

O **NEAD** busca também:

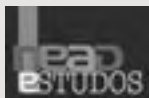
Estimular o processo de autonomia social

Debater a promoção da igualdade

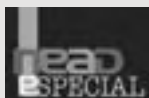
Analisar os impactos dos acordos comerciais

Difundir a diversidade cultural dos diversos segmentos rurais

Publicações



Reúne estudos elaborados pelo **NEAD**, por outros órgãos do MDA e organizações parceiras sobre variados aspectos relacionados ao desenvolvimento rural.



Inclui coletâneas, traduções, reimpressões, textos clássicos, compêndios, anais de congressos e seminários.



Apresenta temas atuais relacionados ao desenvolvimento rural que estão na agenda dos diferentes atores sociais ou que estão ainda pouco divulgados.



Difunde experiências e iniciativas de desenvolvimento rural a partir de textos dos próprios protagonistas.

Portal

Um grande volume de dados é atualizado diariamente na página eletrônica www.nead.org.br, estabelecendo, assim, um canal de comunicação entre os vários setores interessados na temática rural. Todas as informações coletadas convergem para o **Portal NEAD** e são divulgadas por meio de diferentes serviços.

A difusão de informações sobre o meio rural contam com uma biblioteca virtual temática integrada ao acervo de diversas instituições parceiras. Um catálogo *on-line* também está disponível no portal para consulta de textos, estudos, pesquisas, artigos e outros documentos relevantes no debate nacional e internacional.

Boletim

Para fortalecer o fluxo de informações entre os diversos setores que atuam no meio rural, o **NEAD** publica, semanalmente, o boletim **NEAD Notícias Agrárias**. O informativo é distribuído para mais de 10 mil usuários, entre pesquisadores, professores, estudantes, universidades, centros de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e sindicais, organismos internacionais e órgãos de imprensa.

Enviado todas as sextas-feiras, o boletim traz notícias atualizadas sobre estudos e pesquisas, políticas de desenvolvimento rural, entrevistas, experiências, acompanhamento do trabalho legislativo, cobertura de eventos, além de dicas e sugestões de textos para fomentar o debate sobre o mundo rural.

Visite o Portal www.nead.org.br

nead@nead.gov.br – Telefone: (61) 3328 8661

SCN Quadra 1, Bloco C, Ed. Brasília Trade Center, 5º andar, sala 506
Brasília (DF) CEP 70711-901



Programa de Promoção
da Igualdade de
Gênero, Raça e Etnia

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

